

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**AGRICULTORES FAMILIARES E DIVERSIFICAÇÃO
EM ÁREAS DE CULTIVO DE TABACO:
O CASO DE MONTE CASTELO/SC**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daniel Uba

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**AGRICULTORES FAMILIARES E DIVERSIFICAÇÃO
EM ÁREAS DE CULTIVO DE TABACO:
O CASO DE MONTE CASTELO/SC**

Daniel Uba

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**

Orientador: Prof. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**AGRICULTORES FAMILIARES E DIVERSIFICAÇÃO
EM ÁREAS DE CULTIVO DE TABACO:
O CASO DE MONTE CASTELO/SC**

elaborada por
Daniel Uba

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr.
(Presidente/Orientador)

Luiz Carlos Mior, Dr. (Coorientador/Epagri)

Delma Pessanha Neves, Dra. (UFF)

Vivien Diesel, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 12 de setembro de 2012.

Dedico este Mestrado para as pessoas mais importantes na minha vida, que me ajudaram a chegar aqui.

Aos meus pais, Getúlio e Mara, minhas referências de vida, exemplos de amor e vontade de viver. Verdadeiros faróis que me ajudam a navegar no rumo certo.

Aos meus filhos, Felipe e Martha, minhas fontes de energia e motivação, fundamentais nos momentos em que pensei em desistir, mas segui em frente pensando neles.

À minha esposa, Viviana, companheira e guerreira que soube compreender a importância desta etapa e, desde o primeiro momento, me deu força e apoio. Com certeza, sem ela, eu não estaria escrevendo esta dedicatória.

AGRADECIMENTOS

Chegando ao final desta etapa, é justo reconhecer que ela não foi construída sozinha. Por isso, é importante agradecer.

Agradecer à Epagri, empresa em que trabalho e que me possibilitou cursar o Mestrado. Em nome da colega Tânia Bianchini, quero agradecer à Diretoria e a todos que me oportunizaram esta etapa e me acompanharam nesta trajetória. Quem é a Tânia? A Tânia é a colega que foi meu elo com a empresa nestes 30 meses. Com competência, dedicação e paciência, auxiliou-me em tudo que foi preciso para me manter dentro do regulamento. Parabéns pelo trabalho.

Agradecer também à Embrapa, pelo apoio financeiro e por acreditar no projeto de pesquisa proposto.

Agradecer ao meu coorientador Mior, pelo apoio nas horas em que foi preciso e pelas conversas durante este período. Espero poder ter a oportunidade de continuar trocando ideias e desenvolvendo trabalhos no meu retorno.

Agradecer ao meu orientador Prof. Joel. É difícil encontrar palavras para expressar o respeito que aprendi a ter por este profissional, por sua dedicação, conteúdo, paciência e sabedoria durante a orientação. Com maestria, soube cobrar, criticar e apoiar nas horas certas, sempre respeitando os limites do seu orientado. Mas sempre acreditando ser possível fazer um pouco melhor. Foi uma honra tê-lo como orientador.

Agradecer a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), que, no decorrer das disciplinas, foram me apresentando um novo olhar à extensão rural, com menos preconceitos e mais respeito às diferenças.

Aos colegas do PPGExR, tanto do Mestrado como do Doutorado, agradecer pela amizade e companheirismo. A vocês, quero dizer que *estive pensando comigo mesmo*, numa frase que pudesse simbolizar minha gratidão e que não corresse o risco de *levar uma bochada*. E encontrei uma que *estava escrita aqui na minha testa: Obrigado!*

Agradecer de forma especial a Martin e Nara, muito obrigado pela amizade e pelo carinho de vocês. Com certeza, participaremos de outras pesquisas de campo.

Agradecer à minha família de Santa Maria: Aquiles, Marione e Luis. Muito obrigado pela acolhida, carinho, atenção, preocupação e apoio. Foi muito importante contar com a amizade de vocês durante este período.

Agradecer a todo o povo de Monte Castelo: agricultores, técnicos e dirigentes, pelo apoio à pesquisa, principalmente ao colega e amigo Tissi, extensionista local da Epagri, que não mediu esforços para viabilizar e facilitar as minhas idas a campo. Parabéns pelo trabalho desenvolvido no município.

Em nome da equipe do Escritório Municipal de Canoinhas: Jaime, Hélio, Noêmia e Josiane, que me deram força para realizar o Mestrado, agradeço pela torcida de todos os colegas epagrianos da região de Canoinhas. Aos epagrianos com quem convivi em Santa Maria, uns velhos e outros novos amigos, um especial agradecimento pelo apoio.

Agradecer à Elisa, que, nas sessões de terapia, ensinou-me a lidar com a ansiedade, sendo fundamental no meu equilíbrio emocional.

Por fim, quero agradecer à minha família e tantos outros amigos. Sem este apoio, eu não conseguiria chegar aonde cheguei. Muito obrigado a todos, pela paciência, orações, energia e confiança. Sei que todos, estejam onde estiverem, torceram por mim e me apoiaram.

Não ande atrás de mim,
talvez eu não saiba liderar.
Não ande na minha frente,
talvez eu não queira segui-lo.
Ande ao meu lado,
para podermos caminhar juntos.
(Provérbio Ute)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

AGRICULTORES FAMILIARES E DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS DE CULTIVO DE TABACO: O CASO DE MONTE CASTELO/SC

AUTOR: DANIEL UBA

ORIENTADOR: JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 12 de setembro de 2012.

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, promulgada pela Organização Mundial da Saúde, em 2003, internacionalizou o problema do consumo, da comercialização e da produção do tabaco. Para atender aos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro, o Brasil criou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco com o intuito de apoiar ações de desenvolvimento rural para motivar a adesão dos agricultores familiares às propostas de diversificação produtiva nas regiões produtoras de tabaco. O objetivo da dissertação foi analisar as estratégias utilizadas pelo governo federal para garantir a legitimidade no processo de incentivo à diversificação produtiva no município de Monte Castelo, estado de Santa Catarina, destacando suas repercussões sobre as ações dos agentes locais e nas escolhas dos agricultores familiares, produtores de tabaco. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso, realizado no município de Monte Castelo/SC, com abordagem qualitativa dos dados. Os procedimentos metodológicos utilizados para o levantamento de dados combinou a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, dirigidas para agentes de desenvolvimento rural e agricultores familiares, tanto os que aderiram à diversificação, quanto os que decidiram manter-se na produção de fumo. No Brasil, por se tratar de um país produtor de tabaco, as questões inerentes aos impactos da adoção da Convenção-Quadro junto aos agricultores familiares ocupam um expressivo peso na pauta de negociações. Em Monte Castelo, os agentes sociais têm maior relação com a agroindústria do tabaco do que com o Programa Nacional, refletindo nos significados atribuídos pelas instituições à noção de diversificação e nas ações de desenvolvimento apresentadas aos agricultores familiares. Sob a perspectiva dos agricultores familiares, a diversificação é entendida como a presença de múltiplas atividades desenvolvidas na propriedade, praticada ao longo das gerações. Conclui-se que a adesão às propostas de diversificação está relacionada com as vantagens que uma nova atividade oferece em relação ao que já está disponível ao produtor pelo sistema de integração com a agroindústria. Mas a segurança proporcionada pelo sistema de integração agroindustrial orienta a decisão de agricultores familiares pela continuidade do cultivo do tabaco em Monte Castelo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Diversificação produtiva. Tabaco. Convenção-Quadro.

ABSTRACT

Master`s thesis
Post-Graduation Program in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

FAMILY FARMERS AND DIVERSIFICATION IN TOBACCO CULTIVATION AREAS: THE CASE OF MONTE CASTELO/SC

AUTHOR: DANIEL UBA

ADVISOR: JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN

Date and Place of Defense: Santa Maria (September, 12) 2012.

The Framework Convention on Tobacco Control, promulgated by the World Health Organization, in 2003, internationalized the tobacco consumerism, commercialization and production problem. To comply with the Articles 17 and 18 from the Framework Convention, Brazil created the National Program for Diversification in Tobacco Cultivated Areas (Programa Nacional de Diversificação em Áreas com Cultivo de Tabaco) aiming at supporting rural development actions to motivate family farmers to accede to the productive diversification proposals in the tobacco production regions. The objective of this thesis was to analyze the strategies employed by the federal government to ensure legitimacy in the incentive process to the productive diversification in the city of Monte Castelo, in the state of Santa Catarina, highlighting its repercussions on local agents` actions and family farmers` choices, tobacco producers. The research was developed from a case study, accomplished in Monte Castelo/SC, with a qualitative approach. The methodological procedures used for data collection combined the bibliographical research, documental research and semi-structured interviews, directed to rural development agents and family farmers, both those who joined the diversification, and those who decided to remain in tobacco production. As Brazil is a tobacco producer, issues related to the impacts of the Framework Convention adoption by family farmers have a significant role in the negotiation agenda. In Monte Castelo, the social agents` relation with the tobacco agroindustry is greater than the relation with the National Program, reflecting on the meanings ascribed to the diversification notion by institutions and on the development actions presented to family farmers. To family farmers, diversification is understood as the presence of multiple activities developed in the property, practiced along generations. It can be concluded that the accession to the diversification proposals is related to the advantages that a new activity offers in relation to what is already available to the producer by the agroindustry integration system. However, the safety provided by the agroindustry integration system encourages family farmers to continue tobacco production in Monte Castelo.

Keywords: Family agriculture. Productive diversification. Tobacco. Framework Convention.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Monte Castelo/SC.....	25
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais argumentos contrários à ratificação da CQCT	41
Quadro 2 – Plano de Ações para a Estratégia 9 (continua).....	46
Quadro 2 – Plano de Ações para a Estratégia 9 (conclusão).....	47
Quadro 3 – Proposta de diversificação sustentável do PNDACT	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área cultivada com feijão, milho e fumo, em Monte Castelo, no período de 1990 a 2010.....	63
Tabela 2 – Valores das produções (mil reais) de feijão, milho e fumo e o percentual de participação (%) no cultivo de lavouras temporárias em Monte Castelo, no período de 1990 a 2010 (continua)	65
Tabela 2 – Valores das produções (mil reais) de feijão, milho e fumo e o percentual de participação (%) no cultivo de lavouras temporárias em Monte Castelo, no período de 1990 a 2010 (conclusão).....	66

LISTA DE SIGLAS

- Abifumo – Associação Brasileira da Indústria do Fumo
- ACT-BR – Aliança de Controle do Tabagismo do Brasil
- Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil
- Amplanorte – Associação dos Municípios do Planalto Norte
- Amvarp – Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo
- Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
- BAT – *British American Tobacco*
- Ciram – Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina
- CNCT – Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco
- Conicq – Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco e de seus Protocolos
- Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- Cooperpomares – Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense
- COP – Conferência das Partes
- CP – Consulta Pública
- CQCT – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DAP – Declaração de Aptidão Pronaf
- DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis
- Deser – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
- DOU – Diário Oficial da União
- Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- Famurs – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
- FCA – *Framework Convention Alliance*
- Fentifumo – Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins
- Fetaesc – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina

Fetag/RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul

Fetraf-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil

Ifsim – Instituto de Formação Sindical

Inca – Instituto Nacional do Câncer

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONI – Órgão de Negociação Intergovernamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PGPM – Política de Garantia dos Preços Mínimos

Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pnater – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNDACT – Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

Sindifumo – Sindicato da Indústria do Fumo

SindiTabaco – Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

WHA – *World Health Assembly*

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Aviso da ministra da Casa Civil Dilma Roussef ao senador Heráclito Fortes	139
Anexo B – Decreto nº 5.658/2006, que promulga a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco	147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Marco referencial teórico	18
Procedimentos metodológicos de pesquisa	23
O plano da obra	28
CAPÍTULO I	30
1 A CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO E O PROGRAMA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO	30
1.1 A Convenção-Quadro: um tratado mundial para o controle do tabagismo	31
1.2 A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil	36
1.3 O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco	47
CAPÍTULO II	58
2 PRODUÇÃO DO TABACO E DIVERSIFICAÇÃO, SOB A PERSPECTIVA DOS AGENTES SOCIAIS DE MONTE CASTELO	58
2.1 A fumicultura no município de Monte Castelo	59
2.2 A cadeia produtiva do tabaco em Monte Castelo	68
2.3 A diversificação em Monte Castelo	72
CAPÍTULO III	89
3 AÇÕES E PERCEPÇÕES DOS PRODUTORES DE TABACO DE MONTE CASTELO FRENTE À PROPOSTA DE DIVERSIFICAÇÃO	89
3.1 Agricultores familiares e a produção de tabaco	90
3.2 Agricultores familiares e a diversificação produtiva nas propriedades	100
3.2.1 Agricultores que aderiram à diversificação e mantêm o cultivo do tabaco	107
3.2.2 Agricultores que aderiram à diversificação e abandonaram o cultivo do tabaco	110
3.2.3 Agricultores que aderiram e, posteriormente, desistiram da diversificação implantada	112
3.3 Agricultores familiares que mantiveram o sistema produtivo da propriedade	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	139

INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco. Na safra 2009-2010, a produção mundial foi de 7,19 milhões de toneladas. A China, maior produtora, foi responsável por, aproximadamente, 2,9 milhões de toneladas (43%) da produção, seguida pelo Brasil, com 850 mil toneladas (12%) (EPAGRI/CEPA, 2012).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Brasil é o maior exportador mundial de folhas de tabaco, com venda de, aproximadamente, 500 mil toneladas ao mercado externo em 2010 (MDIC, 2012).

Os estados da Região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) concentram, aproximadamente, 95% da produção de fumo, seguidos do Nordeste, com 4,8%. Santa Catarina ocupa a segunda colocação nacional na produção de tabaco, com 230 mil toneladas na safra 2010-2011. No estado, aproximadamente 55 mil famílias trabalham na atividade de fumo, ou seja, 25% dos produtores de tabaco do Brasil. Entre as regiões catarinenses, o Planalto Norte destaca-se no cultivo do tabaco, responsável por 29,5% da produção estadual (EPAGRI/CEPA, 2012).

No Brasil existem, aproximadamente, 4,4 milhões de estabelecimentos rurais ocupados pela agricultura familiar. Desse total, aproximadamente 200 mil famílias são produtoras de tabaco que produzem para a agroindústria por meio de contrato, em um sistema de integração. Essa dinâmica da cadeia produtiva tem gerado desafios à implantação de projetos visando à diversificação produtiva nas áreas cultivadas com tabaco (BRASIL, 2010).

Dentro dessa perspectiva, várias políticas públicas e programas foram propostas ao longo dos últimos anos, com foco na diversificação das atividades produtivas junto às propriedades rurais. Na área específica da produção de fumo, essas ações ganharam força a partir da ratificação, pelo Brasil, da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que, nos artigos 17 e 18, determina que os países promovam alternativas de produção, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis, aos produtores de fumo. Com o objetivo de cumprir esse compromisso, o governo federal criou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que desenvolve ações nos âmbitos mundial e nacional e nas regiões produtoras de fumo no Brasil.

A tendência mundial de redução no consumo de cigarros, no médio e longo prazo, provocará mudanças na vida dessas famílias que dependem econômica e socialmente da

produção do tabaco. Nesse sentido, o governo brasileiro tem realizado um esforço na integração de políticas públicas de apoio a diversificação nas regiões produtoras de fumo, preparando os agricultores para essa possível retração na demanda desse produto no mercado (BRASIL, 2010).

No entanto, manifestações como as realizadas no início do ano de 2011 pelos agricultores familiares, produtores de tabaco, e instituições ligadas ao setor tabaqueiro contrários às Consultas Públicas nº 112 e 117/10, apresentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que propõem a proibição à agregação de aditivos (açúcares e sabores) ao tabaco e a exposição direta de cigarros nos pontos de venda, expuseram mais um momento de tensão vivida por essa cadeia produtiva, revelando a existência de agentes sociais articulados no intuito de garantir a continuidade do cultivo do fumo.

No estado de Santa Catarina, segundo o delegado do MDA, o Ministério financiou, por meio do PNDACT, 19 projetos atendendo a, aproximadamente, 36 mil agricultores familiares fumicultores (GUGEL, 2011). Dentre as iniciativas apoiadas, encontra-se a Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense (Cooperpomares), que propõe a fruticultura como atividade alternativa para diversificação à cultura de tabaco. O convênio permitiu o repasse de recursos para a cooperativa com o objetivo de contratar os serviços de assistência técnica e extensão rural na safra 2009-2010. A ação do PNDACT contribuiu para a melhoria da produção, favorecendo a consolidação da fruticultura e a inserção dos produtos no mercado.

Entretanto, só os aspectos econômicos e mercadológicos não são suficientes para se entender a complexidade da escolha do agricultor em continuar cultivando fumo. Por um lado, há produtores de fumo que, mesmo satisfeitos com o retorno econômico da atividade, manifestam a intenção de substituir o fumo por meio da diversificação produtiva. Por outro lado, existem aqueles que se mantêm na produção de tabaco, satisfeitos com os resultados econômicos e com a segurança que a agroindústria do tabaco oferece, por meio de um sistema de produção integrada, e que não sentem necessidade de desenvolver uma nova atividade.

A motivação para esta proposta de pesquisa deu-se a partir da constatação das dificuldades de adesão dos agricultores familiares, produtores de tabaco, às políticas públicas de diversificação das atividades produtivas. Essas dificuldades aparecem tanto na participação individual da família quanto nas ações que visam à organização coletiva.

O objetivo desta dissertação é analisar o processo de implantação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco e quais as medidas adotadas com o objetivo de incentivar a

diversificação nas regiões produtoras de fumo no Brasil. Também, analisar como essas ações influenciam os projetos de vida, ações e concepções dos agricultores familiares produtores de tabaco do município de Monte Castelo e interferem na adesão às políticas públicas de diversificação ou na continuidade desses agricultores no cultivo do tabaco. Os objetivos específicos são: a) compreender os significados expressos nos discursos e as estratégias nas ações adotadas pelo governo federal, para garantir legitimidade no processo de incentivo à diversificação produtiva em áreas de cultivo do tabaco, fundada na consolidação dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco; b) analisar as posições assumidas pelos agentes sociais que atuam junto aos agricultores familiares e que emergem em torno da cadeia produtiva do tabaco no município de Monte Castelo; e c) estudar os diversos projetos de vida, ações e concepções dos agricultores familiares produtores de tabaco do município de Monte Castelo que, diante das propostas de programas de diversificação das áreas produtoras de tabaco, aderem a esses programas, assim como os que não aderem à proposta de diversificação.

Marco referencial teórico

Nos últimos anos, a questão tabaco atraiu a atenção dos pesquisadores, motivados em desenvolver estudos acerca dos efeitos nocivos do consumo de produtos derivados do fumo, especialmente do cigarro, à saúde das pessoas. Além disso, as pesquisas buscam conhecer, mais aprofundadamente, a produção do tabaco no que tange às relações entre o setor produtivo da agroindústria tabaqueira e os agricultores familiares, dentro de um modelo integrado de produção.

O estudo de Paulilo (1990) contribui com elementos referentes ao modelo de integração produtiva entre a agroindústria de tabaco e o produtor, inclusive a forma com que o produtor vê a si mesmo enquanto parte dessa relação com a agroindústria. Por meio de entrevistas com os agricultores, a autora procedeu à análise “a partir desse produtor integrado, isto é, tomando como ponto de partida sua própria visão de mundo onde a relação com a empresa é apenas um dos aspectos relevantes” (PAULILO, 1990, p. 23). Os resultados da pesquisa revelaram alguns aspectos que nem sempre estão visíveis aos que não se aprofundam no tema, como, por exemplo, o fato de o fumo não ser utilizado para a alimentação e, como exige esforço na produção e prejudica a saúde, sua principal motivação ser a econômica. Essa afirmação é derivada de relatos, tal como o do agricultor que afirmou: “O colono não planta fumo porque gosta. Ninguém gosta, mas é o que dá dinheiro” (PAULILO, 1990, p. 134).

O estudo de Vogt (1997) propõe uma análise da história da produção de tabaco no município de Santa Cruz do Sul/RS, pontuando aspectos da atividade da época do Brasil colonial até meados do século XX e, posteriormente, da modernização e subordinação do agricultor familiar fumicultor ao capital agroindustrial. O conhecimento dos processos de desenvolvimento possibilita a compreensão da estruturação da cadeia produtiva do tabaco na região, subsidiando as análises das relações entre os agentes envolvidos desse setor. A partir dessa obra, pode-se fazer um paralelo com o processo de reprodução da atividade tabaqueira no Planalto Norte catarinense, uma vez que as histórias das duas regiões apresentam similaridades, principalmente no que diz respeito ao processo de colonização.

Por sua vez, Diesel, Scheibler e Palma (2001, p. 10) estudaram a estabilidade das relações de integração contratual entre produtores familiares e agroindústria na produção de fumo no Rio Grande do Sul, concluindo que “o exame do comportamento da área plantada de tabaco, no período de 1960-1997 sob relações de integração contratual, evidencia diferenças quanto à estabilidade da produção”. Essas diferenças estão relacionadas a ações de fatores como interesses das agroindústrias, perfil do produtor, especialização do sistema de produção e arranjo institucional e suas inter-relações.

Silva (2002), em sua tese de doutorado, analisa os aspectos do complexo agroindustrial fumageiro no sul do Brasil, com base na Teoria da Economia dos Custos de Transação. O estudo avalia a relação de coordenação da agroindústria do tabaco com o produtor rural, a partir do desenvolvimento da estrutura interna do setor fumageiro, as relações contratuais estabelecidas com base no sistema de integração, aspectos do sistema produtivo do tabaco e o seu desempenho no mercado internacional.

Buainain e Souza Filho (2009) estudaram o funcionamento do sistema produtivo e do mercado de tabaco no sul do Brasil, destacando as vantagens e desvantagens para os atores envolvidos, os processos de coordenação do sistema e o papel do contrato nas relações firmadas entre agroindústria e agricultor. Os autores abordam também a influência das medidas praticadas com a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco na produção mundial e brasileira. Com isso, os autores discutem o papel da regulação social, por meio dos agentes representativos, dentro desse sistema de produção.

A pluriatividade e a sua relação com a produção de tabaco é abordada por Prieb (2005), ao destacar a magnitude dos aspectos inter e intrassetoriais, que interagem com a atividade de fumo na propriedade. A autora apresenta o desenvolvimento da fumicultura em duas fases de desenvolvimento: a primeira compreendida desde os primórdios da formação das colônias de imigrantes europeus até 1965, na qual

as empresas fumageiras eram, em sua maior parte de capital nacional e em que a produção agrícola era efetuada em base tradicional; e a segunda fase que ocorre após a década dos anos 1970 caracterizada pela centralização e desnacionalização das empresas e a produção passando por um processo de modernização. (PRIEB, 2005, p. 26).

No Planalto Norte de Santa Catarina, Sebben (2010) pesquisou a atividade do fumo frente às políticas públicas que propõem a transição desta para a atividade leiteira sob a ótica social, econômica e ambiental. No estudo, o autor alerta para a necessidade de um profundo conhecimento da estrutura produtiva e das estratégias dos agricultores e produtores rurais antes de se proceder a qualquer intervenção ou proposição da diversificação da atividade agropecuária em busca do desenvolvimento rural.

Com base nos textos citados, constata-se o uso de uma diversidade de nomenclaturas para designar o segmento social que mora e trabalha no meio rural, cada qual com sua intencionalidade. Nesse sentido, Neves (2006) demonstra que as mais utilizadas no final do século passado pelos estudiosos das Ciências Sociais e recorrentes em projetos agronômicos eram *pequeno produtor*, *pequeno proprietário* e *camponês*. Todavia, a partir dos anos 90, o termo *agricultura familiar* adquire expressão e tal consagração que passa a ser utilizado sob a interpretação de diversos significados. Para efeito desta pesquisa, utilizou-se *agricultor familiar* e *agricultura familiar* no sentido:

De construção de uma definição geral (conceitualmente universalizável), capaz de abstratamente referenciar a extensa diversidade de situações históricas e socioeconômicas e de tipos econômicos, a *agricultura familiar* corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Esta condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor. (NEVES, 2006, p. 267, grifo da autora).

Apesar das diferentes abordagens, referenciais teóricos e resultados, os estudos convergem, ao buscar elementos que possibilitem entender melhor a complexidade dessa cadeia produtiva, tais como os principais fatores que influenciam os agricultores familiares a produzirem o tabaco e que pesam para a sua decisão em continuar, safra após safra, a cultivar fumo.

Nesta dissertação, realizou-se um esforço para utilizar o referencial teórico de Pierre Bourdieu, especialmente os conceitos de campos, na análise dos dados levantados acerca da

relação dos agricultores familiares, produtores de fumo, de Monte Castelo diante das propostas de diversificação produtiva.

O campo, segundo Bourdieu (2010), está relacionado ao ambiente onde ocorrem relações com encontros e desencontros de interesses de distintos grupos sociais e onde o limite de um campo vai até o limite dos seus efeitos. O autor afirma que a apreensão do todo é dificultada pela existência de várias visões, em perspectiva, dentro do campo ou, até mesmo, formando vários campos que se relacionam entre si, originando espaços sociais mais amplos que influenciam e são influenciados concomitantemente:

O Campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. (BOURDIEU, 2010, p. 179).

A abordagem bourdieuniana de campo contribuiu para a compreensão do espaço social em torno da cadeia produtiva do tabaco, entendido como um espaço plural e de relações sociais de disputas e de influências. A sua pluralidade pode ser observada na composição pelos agentes sociais envolvidos na cadeia produtiva do tabaco, ou seja, os próprios agricultores familiares, a agroindústria, o Estado e a sociedade onde estão inseridos. Entretanto, a intensidade e o modo como atuam vai variar com o universo em que estão inseridos, ou seja, em âmbito mundial, nacional e local, cada qual com suas peculiaridades.

Além do conceito de Bourdieu acerca de campo, sua abordagem de poder simbólico, definido como a habilidade de conservar ou transformar a realidade, pela formação das representações sociais, contribuiu na análise do caso. O poder simbólico, exercido dentro do campo, é fortalecido com a relação de outro campo ainda mais forte por meio da imposição de conhecimentos, valores e crenças. Nesse processo de construção da realidade, os discursos escondem ou iluminam certos aspectos da realidade, para torná-los socialmente aceitáveis: “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subscrevê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que a pronunciam, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 2010, p. 15).

De acordo com Bourdieu (2010), a partir da subordinação das ideias, há possibilidade da construção de uma homogeneidade de pensamento onde, muitas vezes, também de forma invisível, as pessoas vão assumindo como “verdade” uma realidade que está sendo imposta sem que haja consciência dos atores envolvidos, exatamente em uma estratégia do poder

simbólico, ou seja, um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem ou um mito, sendo incorporada como um pensamento aceito por todos:

O poder simbólico é, com efeito esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. [...] As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. (BOURDIEU, 2010, p. 8, 10).

Assim, as formações socioeconômicas de uma determinada sociedade ou grupo social são construídas ao longo do tempo, em um processo dinâmico. A construção social produz estruturas que procuram manter a sua legitimidade através da imposição de seu modo de pensar junto a uma determinada classe por ela representada. É o que Bourdieu define como o poder simbólico exercido pelas estruturas estruturantes das quais é composta uma sociedade.

Todavia, Bourdieu procura apresentar uma percepção de sociedade não fundamentada prioritariamente na economia, mas levar em conta também os aspectos culturais:

Tudo leva a supor que a teoria econômica, como se espera poder um dia demonstrar, em vez de ser um modelo fundador, deve antes ser pensada como um caso particular da teoria dos campos que se constrói pouco a pouco, de generalização a generalização e que, ao mesmo tempo permite compreender a fecundidade e os limites de validade de transferência como as que Weber opera, e obriga a repensar os pressupostos da teoria econômica à luz sobretudo dos conhecimentos adquiridos a partir da análise dos campos de produção cultural. (BOURDIEU, 2010, p. 69).

Bourdieu, no final da década de 1990, analisa criticamente um momento que o mundo e, principalmente, a Europa está vivendo: a expansão do neoliberalismo e a implementação de um sistema econômico que vem revelando consequências sociais negativas. A abordagem bourdieuniana, quando relacionada à segurança, revela como ela é utilizada como um mecanismo de poder entre os campos e de que maneira isso vai sendo incorporado à vida, agregando mais um elemento na compreensão do motivo que justifica uma pessoa continuar reproduzindo a sua realidade. Dessa forma, o indivíduo tem medo de mudar sua condição e arriscar em um novo caminho, influenciado pela insegurança que a mudança possa causar na sua vida, mesmo que seu trabalho lhe proporcione somente uma condição precária de sobrevivência. Essa insegurança, muitas vezes, é utilizada como uma forma de manter seu poder:

A instituição prática de um mundo darwiniano que encontra as molas da adesão na insegurança em relação à tarefa e à empresa, no sofrimento e no estresse, não

poderia certamente ter sucesso completo, caso não contasse com a cumplicidade de trabalhadores a braços com condições precárias de vida produzidas pela insegurança bem como pela existência – em todos os níveis da hierarquia, e até nos mais elevados, sobretudo entre os executivos – de um exército de reserva de mão de obra docilizada pela precarização e pela ameaça permanente do desemprego. (BOURDIEU, 1998, p. 140).

Destarte, as ideias de Bourdieu contribuem para buscar respostas ao problema de pesquisa, por meio da análise de campos de poder que envolvem os agricultores familiares, produtores de tabaco, do município de Monte Castelo. Da mesma forma, a abordagem sobre a questão do uso da insegurança como um mecanismo simbólico de poder traz subsídios à análise da situação do produtor de tabaco diante da proposta de diversificação.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

Para atender aos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa dos dados. Segundo Gil (2010, p. 27-28), a pesquisa descritiva tem por objetivo “a descrição das características de determinada população. [...] podendo ser utilizada com o objetivo de levantar opiniões de uma determinada população”. A definição pela abordagem qualitativa se deu em função do interesse em se buscar, por meio das informações pesquisadas, os significados das ações praticadas pelos agricultores familiares. Nesse aspecto, Minayo (1994, p. 22) define a abordagem qualitativa como aquela que:

Se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações humanas. [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Para coleta de dados, procurou-se triangular pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. Dessa forma, é possível relacionar as informações empíricas com os documentos e obras sobre o tema, tornando a pesquisa mais consistente.

O procedimento para a pesquisa bibliográfica compreendeu a coleta e sistematização de dados de fontes secundárias, trabalhos acadêmicos já produzidos e informações disponibilizadas por órgãos e instituições, através de publicações e banco de dados disponíveis na internet.

Paralelamente, foi realizada pesquisa documental, diferenciada da anterior por Gil (2010) como aquela em que o material consultado é interno à organização. Nesta pesquisa,

foram consultados documentos oficiais sobre a Convenção-Quadro e o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, em âmbito mundial e nacional, assim como documentos da legislação sobre tabagismo no Brasil. Ademais, foram coletados documentos acerca das instituições que atuam no município.

Entre as fontes pesquisadas, este estudo buscou aquelas que fossem mais apropriadas ao objetivo proposto, porém sem a pretensão de considerar que outras não pudessem ter contribuído com a pesquisa.

Quanto à definição do estudo de caso como o método de pesquisa, deve-se ao fato de o mesmo ter se mostrado o mais apropriado para entender os fenômenos sociais propostos pelo estudo. Segundo Yin (2010), o estudo de caso é adequado quando o enfoque está sobre um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real. Dessa forma:

Permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais de vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança [...]. (YIN, 2010, p. 24).

Para melhor analisar a relação dos agricultores familiares e a diversificação em áreas cultivadas com tabaco, realizou-se um estudo de caso no município de Monte Castelo, localizado na região do Planalto Norte de Santa Catarina (Figura 1). Localiza-se a 350km de Florianópolis e possui uma área de 561.733km². Sua população é de 8.346 habitantes, sendo 42% moradores no meio rural, com uma densidade demográfica de 14,86 habitantes/km² (IBGE, 2010).

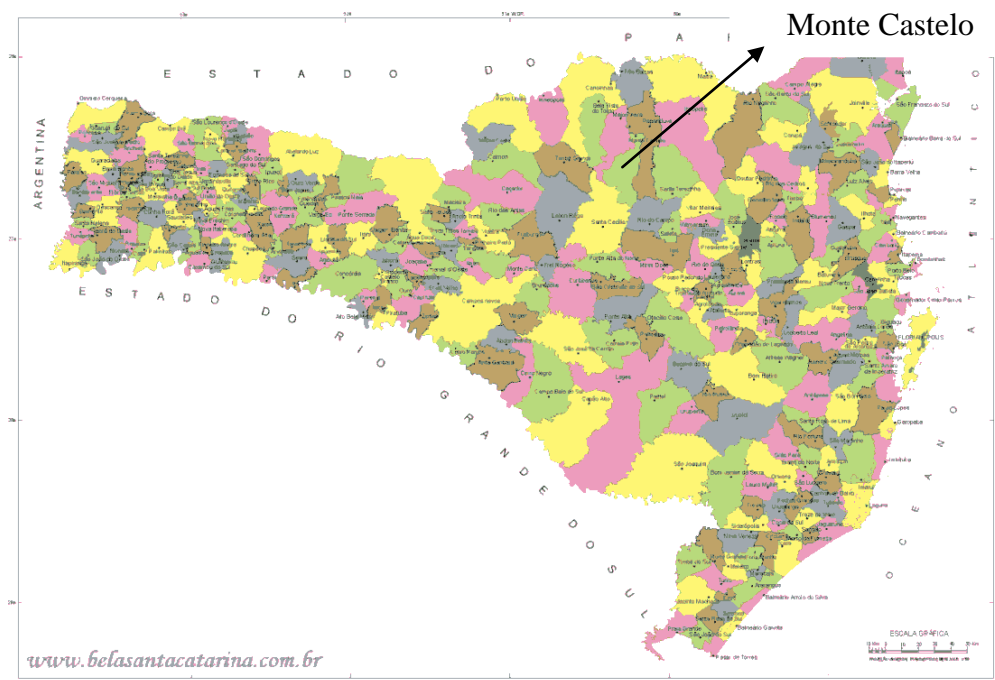


Figura 1 – Localização do município de Monte Castelo/SC

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul (2010).

O município fez parte da rota dos tropeiros entre os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo nos séculos XVIII e XIX. Posteriormente, já na primeira metade do século XX, foi colonizado principalmente por poloneses, alemães e ucranianos, que se instalavam em pequenos lotes de terra. Sua economia, inicialmente, esteve baseada na exploração da floresta nativa, passando aos poucos para uma agricultura diversificada, com base principalmente na produção de grãos e gado de leite. Ao longo do seu desenvolvimento, veio apresentando alternância entre os principais produtos agropecuários na sustentação da sua economia, tais como madeira, erva-mate, leite, milho e feijão. Atualmente, o tabaco é responsável pela principal fonte de renda da agricultura familiar do município.

Conforme informações de Tonet (2011), o relatório da Afubra demonstrou que, na safra 2008-2009, 402 famílias produziram fumo em Monte Castelo, representando, aproximadamente, 50% do número de agricultores familiares, sendo uma quantidade representativa, principalmente no momento em que se observa um processo recente de mobilização em torno dos debates e adoção de políticas para uma menor dependência da cultura do fumo entre os agricultores familiares. Essa realidade não foge da média da região do Planalto Norte, que é constituída de 13 municípios onde se encontram, aproximadamente, 20% dos agricultores familiares fomicultores de Santa Catarina, que, por sua vez, é

responsável por 33% de toda a área produtiva de tabaco no sul do Brasil, como mostra o SindiTabaco (2009).

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a observação, entrevistas semiestruturadas e questionários.

No primeiro momento, com o objetivo de buscar uma aproximação com o local estudado, foi utilizada a observação ordinária, que, conforme recomendado por Soriano (2004), é o método adequado quando o pesquisador não participa da vida do grupo pesquisado, proporcionando o reconhecimento dos atores envolvidos e a definição dos informantes-chave.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Para Poupart (2010), numa pesquisa com enfoque qualitativo, a entrevista tem o papel de fazer com que o pesquisador possa ter acesso às realidades sociais, principalmente como instrumento privilegiado de contato à experiência dos atores.

Segundo Minayo (1994) as entrevistas semiestruturadas são aquelas que seguem um roteiro de perguntas previamente formuladas. As entrevistas foram dirigidas tanto para os representantes de instituições que atuam na cadeia produtiva do fumo em Monte Castelo, como também para os agricultores familiares.

As entrevistas foram realizadas com 10 agentes sociais, representantes de diferentes organizações, com o objetivo de identificar a maneira como se posicionam dentro da cadeia produtiva do tabaco e como estão trabalhando o tema da diversificação com os agricultores familiares inseridos no seu campo de atuação. No município, foram definidos a partir da sua relação com os agricultores familiares, sendo, assim, pesquisados os representantes do Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Castelo (SPR), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Castelo (STR), da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), da Cooperpomares, do Banco do Brasil (BB), da Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas (Unitagri) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), bem como um ex extensionista rural da Epagri de Monte Castelo. Na esfera das instituições que não estão instaladas no município, mas que desenvolvem ações no local do estudo, foram entrevistados o Delegado do MDA/SC e o representante da Empresa Souza Cruz S.A. Cabe registrar que, após contato preliminar com os representantes da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco e de seus Protocolos (Conicq) e do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, foi encaminhado um roteiro de perguntas para ser respondido, porém não foi devolvido, privando o estudo de informações relevantes sob a perspectiva dos agentes

governamentais. Todavia, buscou-se contornar essa limitação por meio de informações coletadas em bibliografias e documentos.

As entrevistas semiestruturadas foram também dirigidas a um total de 17 agricultores familiares de Monte Castelo que cultivam ou cultivaram fumo. O propósito dessas entrevistas foi captar a opinião acerca da inserção da família na cadeia produtiva do tabaco e suas escolhas diante das novas propostas de diversificação produtiva da propriedade. Foi considerada como unidade de coleta de dados a família de agricultores, produtores de tabaco, e a sua relação com a diversificação da propriedade.

Por *família agricultora, produtora de tabaco* entende-se a unidade produtiva que cultiva o tabaco (ou fumo) e realiza, ou não, outras atividades de tipo primárias (agricultura, criações de animais, extrativismo) de origem animal e vegetal.

Por *diversificação* entende-se a adoção de uma nova atividade produtiva, além da produção de fumo, já praticada pela família.

Foi considerado como sujeito de pesquisa o casal responsável pela gestão da unidade produtiva e familiar. Também foram consideradas as informações dos filhos, quando estes estavam presentes.

Foram pesquisados dois grupos de agricultores familiares, produtores de tabaco: o primeiro formado por aqueles que aderiram aos propósitos da diversificação das áreas de cultivo de tabaco e o segundo composto pelos que não aderiram à diversificação. Isso significa que, na composição da amostragem, a pesquisa adotou critérios não probabilísticos. Para estabelecer o número de famílias pesquisadas que integraram a amostragem, foi utilizado o recurso da saturação teórica. Segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008, p. 17), a saturação “ocorre quando os dados obtidos começam a apresentar uma redundância ou a repetirem, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados”. Com base nesse pressuposto, foram entrevistadas nove famílias do primeiro grupo e oito do segundo.

Para definição das famílias pesquisadas, foi realizado um levantamento junto ao escritório local da Epagri para identificar quais as unidades familiares que se enquadram em cada grupo. Após essa fase, foi realizada a randomização simples, que confere um caráter aleatório para a definição dos participantes. Segundo Gil (2010), a randomização garante que todos tenham a mesma chance de serem alocados em qualquer grupo. Em cada um dos grupos, as famílias foram numeradas ao acaso, sendo, posteriormente, procedido um sorteio para definir os que seriam pesquisados.

A realização da entrevista foi, preferencialmente, nos domicílios das famílias, em uma visita pré-agendada com os agricultores familiares. Inicialmente, eram feitos os

esclarecimentos sobre a pesquisa para os que estavam presentes, e, a seguir, era lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Uma vez aceita a participação, era iniciada a entrevista, conforme roteiro pré-estabelecido, sendo registrada com o auxílio de um gravador de voz.

De forma complementar às entrevistas semiestruturadas, foi utilizado um questionário padronizado, com o intuito de conhecer o perfil socioeconômico dos agricultores pesquisados. O questionário foi organizado em tópicos que permitiram reconstruir tanto a realidade objetiva quanto a realidade subjetiva do processo a ser investigado, compondo-se, assim, de um conjunto de questões que foram de simples a mais complexas, que visaram ao raciocínio reflexivo nas respostas. Os questionários foram respondidos pelas famílias dos agricultores após a realização da entrevista.

O plano da obra

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo identifica os principais agentes sociais envolvidos no debate ou na formação da cadeia produtiva do tabaco, no contexto mundial e nacional. Para tanto, apresentam-se o histórico da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, sua concepção e implementação no mundo e no Brasil, bem como se evidenciam os agentes sociais envolvidos, tais como a agroindústria do tabaco e o governo federal, e suas posições de consensos e dissensos diante do tema. O capítulo também aborda a estratégia que o Brasil utiliza para implantar os artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro, que tratam da diversificação em áreas cultivadas com tabaco. Na sequência, é apresentado o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e as ações desenvolvidas no Brasil com o objetivo de ampliar a diversificação nas propriedades produtoras de fumo.

O segundo capítulo apresenta a produção de tabaco no município de Monte Castelo/SC, e as discussões e ações levadas a termo pelos agentes locais, em torno da diversificação produtiva nas propriedades produtoras de fumo. Inicialmente, procurou-se reconstruir os processos históricos do desenvolvimento da atividade fumicultora e sua importância socioeconômica para o município. A representação dessa realidade foi construída a partir das entrevistas junto aos agentes locais, mostrando que são atribuídos significados diferentes à importância do tabaco para a vida dos agricultores, assim como à importância da diversificação para a manutenção e a reprodução das famílias rurais de Monte Castelo.

Finalmente, o terceiro capítulo enfoca a posição dos agricultores familiares, produtores de tabaco, diante da diversificação produtiva. A ênfase é dada à trajetória das atividades produtivas das famílias, especialmente no que tange ao envolvimento com a cultura do tabaco e aos principais fatores que influenciam na decisão de aderir a uma proposta de diversificação ou de permanecer no sistema produtivo que já estão praticando. Além disso, o capítulo traz a visão do agricultor em relação à produção de tabaco e da diversificação produtiva na sua propriedade.

CAPÍTULO I

A CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO E O PROGRAMA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

A preocupação com o crescimento do consumo e da produção de tabaco expressou-se pela primeira vez na Organização Mundial da Saúde (OMS), na década dos anos 1960, com a constatação do crescente consumo de cigarros pela população mundial.

A partir de então, a discussão acerca do efeito nocivo do tabagismo à saúde humana esteve presente na pauta de discussão da OMS. Em 1999, foi constituído um grupo de trabalho com a responsabilidade pela elaboração de um documento com medidas de contenção ao crescimento do tabagismo no mundo nos moldes de uma Convenção-Quadro.

Dessa forma, durante a 56^a Assembleia Mundial de Saúde, realizada em 2003, foi aprovado por unanimidade pelos países presentes o primeiro tratado internacional de saúde pública, sob a denominação de Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Convenção-Quadro)¹. O Brasil ratificou sua participação no ano de 2005 após aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Posteriormente, com a assinatura do Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006, a Convenção-Quadro foi promulgada, entrando em vigor a partir de 1º de fevereiro do mesmo ano (INCA, 2011).

O objetivo deste capítulo é analisar os processos de elaboração da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, as estratégias expressas nos discursos e nas ações adotadas pelo governo brasileiro, para garantir a legitimidade no processo de incentivo à diversificação produtiva em áreas de cultivo de tabaco no Brasil.

O capítulo está dividido em três seções. A primeira aborda os processos de elaboração da Convenção-Quadro e as suas estratégias de ações internacionais para problematizar o consumo, comércio e produção do tabaco, destacando os artigos que geram mais polêmicas nos debates acerca do tema tabagismo. A segunda seção descreve os processos de estruturação da Convenção-Quadro no Brasil e os esforços do governo para o cumprimento dos compromissos acordados nesse tratado, com ênfase nas ações relativas aos artigos 17 e 18. A terceira seção analisa especificamente os esforços empreendidos pelo Ministério do

¹ Segundo especialistas, a expressão “Convenção-Quadro” não tem significado técnico-jurídico específico, existindo as Convenções-Quadro de Biodiversidade e das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (ZIMMERMANN, 2009). O termo “Convenção” é utilizado, principalmente, para tratados multilaterais formais com um grande número de partes/membros. Pode também ser adotado por um órgão de uma organização internacional, como a Convenção dos Direitos da Criança (NGLS, 2003).

Desenvolvimento Agrário para a implantação do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, destacando sua organização e os mecanismos para alcançar a adesão dos agricultores familiares produtores de tabaco.

1.1 A Convenção-Quadro: um tratado mundial para o controle do tabagismo

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco constitui-se no primeiro tratado internacional na área da saúde pública, cujo objetivo é, conforme o artigo 3º:

[...] proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle de tabaco, a serem implantadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco. (BRASIL, 2011a, p. 31).

Entretanto, a discussão dentro da OMS sobre o uso do tabaco iniciou em 1967 com uma série de reuniões internacionais.

A partir da 23ª Assembleia Mundial de Saúde (*World Health Assembly – WHA*), em 1970, com a solicitação de que os participantes não fumassem dentro do local do evento e com a implementação de resoluções restritivas ao tabagismo, o tema tabaco tornou-se recorrente na pauta das assembleias da OMS (SCHEIBLER, 2006).

Na década seguinte, o assunto ganhou força com a crescente preocupação do efeito nocivo do tabagismo à população mundial. Desde então, temas como crescimento do consumo dos produtos derivados do tabaco e o reconhecimento dos danos decorrentes do tabagismo começaram a fazer parte da pauta de discussões nas assembleias anuais da OMS, culminando na decisão de formular um acordo internacional nos moldes da Convenção-Quadro.

Segundo Scheibler (2006), a ideia de criar um mecanismo internacional para o controle de tabaco foi concebida durante a 48ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 1995, a partir da resolução WHA48.11 – *Uma estratégia internacional de luta antitabagista da OMS*.

O início de sua elaboração ocorreu em 1999, na 52ª assembleia, por meio da resolução WHA52.18 – *Para uma convenção-quadro da OMS para uma luta antitabagista*, na qual a OMS “reconhece, entre outras coisas a necessidade de estratégias multissetoriais para promover o consenso e a ação internacionais em relação a elaboração da Convenção-Quadro

para o Controle do Tabaco e dos protocolos conexos” (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009, p. 47; SCHEIBLER, 2006, p. 44). Para redigir o documento, a resolução WHA52.18 estabeleceu a formação de um grupo de trabalho técnico e um Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI), criados para a elaboração e negociação da Convenção-Quadro. Após quatro anos de trabalho, em maio de 2003, durante a 56^a Assembleia Mundial da Saúde, a Convenção-Quadro foi aprovada pelos 192 Estados Membros da OMS. O passo seguinte foi a ratificação da Convenção-Quadro por cada país, pela sua aprovação nas respectivas instâncias legislativas federais.

Atendendo ao artigo 36 do documento, a Convenção-Quadro “entrou em vigor no nonagésimo dia após a data da entrega ao Depositário do quadragésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão” (BRASIL, 2011a, p. 57). Segundo Silva e Borges (2011), isso ocorreu em 27 de fevereiro de 2005, quando o Peru apresentou documentação de ratificação ao tratado. Adede (2004, p. 91) ressalta que a adesão pelos países foi motivada pelo fato de que os “negociadores da CQCT aproveitaram cabalmente da existência de evidência científica fundamentada, estabelecendo a ligação entre o tabagismo e má saúde, incapacidade e morte [...]”.

O documento da Convenção-Quadro apresenta, inicialmente, as justificativas para a sua elaboração, seguidas pela introdução, objetivos, princípios norteadores e as obrigações assumidas pelos países signatários do tratado no sentido de firmar compromissos com a sua implementação. Apesar de enfatizar a preocupação dos efeitos nocivos do tabagismo à saúde humana, o parágrafo 6º do artigo 4º já menciona o problema da produção do tabaco:

Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, das Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição. (BRASIL, 2011a, p. 32).

A terceira parte trata das medidas relativas à redução da demanda de tabaco, principalmente relacionadas a preços e impostos, ações contra a exposição à fumaça do tabaco, propostas de diretrizes para análise e mensuração dos conteúdos e emissões dos produtos de tabaco, regulamentação e divulgação dessas informações aos órgãos competentes por parte dos fabricantes e importadores de produtos derivados do tabaco. Nesta seção, também é prevista a normatização ao uso de embalagem e etiquetagem desses produtos, bem como ações que desenvolvam a consciência da população sobre as questões de controle do

tabagismo, através da proibição total ou, pelo menos, da restrição das diversas formas de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco. Por fim, medidas de redução de demandas relativas à dependência e à cessação do uso do tabaco.

Os artigos 9º e 10º têm gerado um amplo debate entre os setores que são favoráveis e os que são contrários à Convenção-Quadro. O artigo 9º trata da “regulamentação do conteúdo dos produtos do tabaco”, enquanto que o artigo 10 prevê a “regulamentação da divulgação das informações sobre o produto do tabaco” (BRASIL, 2011a, p. 35).

A divergência está na restrição ou não da adição de ingredientes que podem ser utilizados para aumentar e melhorar a palatabilidade (açúcares e doces, substâncias flavorizantes, temperos e ervas) em cigarros e produtos de tabaco similares a cigarros. A discussão maior deu-se na preparação e durante a 4ª sessão da Conferência das Partes (COP4), que ocorreu no Uruguai em novembro de 2010, ocasião em que “instituiu um grupo de trabalho que conta com a participação de peritos de 23 países, inclusive o Brasil, representado pela ANVISA” (BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010, p. 87), com a incumbência de elaborar uma minuta de diretrizes para a implementação desses dois artigos.

Na sequência, o documento trata de medidas que buscam a redução da oferta de tabaco através de ações no combate ao comércio ilícito desses produtos, à venda deles aos menores de idade.

Entre os 38 artigos que compõem a Convenção-Quadro, dois deles manifestam a preocupação com questões relacionadas à produção do fumo, à saúde dos trabalhadores e aos problemas ambientais decorrentes do cultivo e industrialização do tabaco. O artigo 17 recomenda que os governos apoiem ações e projetos que tenham como objetivo oferecer alternativas economicamente viáveis à produção de fumo aos agricultores familiares inseridos nessa cadeia produtiva:

As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e eventualmente, os varejistas de pequeno porte. (BRASIL, 2011a, p. 44).

Nessa mesma abordagem, o artigo 18 relaciona a produção das folhas do tabaco e a fabricação dos produtos delas derivados com a preservação e conservação do meio ambiente e saúde das pessoas dentro dessas questões ambientais:

Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à

fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente. (BRASIL, 2011a, p. 44).

Para viabilizar os artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro, o governo federal implantou, em 2006, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa foi criado para apoiar ações de extensão e pesquisa na construção de estratégias de diversificação da produção nas propriedades de agricultores familiares que produzem tabaco, visando à garantia de renda e melhoria da qualidade de vida dessas famílias (BRASIL, 2010).

As questões relacionadas com a responsabilidade civil e penal da indústria do tabaco na adoção das medidas legais assim como a promoção das leis vigentes nas Partes de controle do tabaco estão descritas na parte 6.

No seu artigo 23, o documento estabelece a Conferência das Partes (COP) como uma instância executiva, com o objetivo de promover e implementar a convenção nos países signatários. Além disso, é responsável também por acompanhar a aplicação da convenção e possibilitar a troca de experiências entre as partes no processo de execução. Fazem parte da COP todos os países que ratificaram a Convenção-Quadro, e suas reuniões acontecem a cada dois anos (SILVA; BORGES, 2011). A primeira Conferência das Partes (COP1) ocorreu em Genebra, no ano de 2006, ocasião em que foi criada a Secretaria Permanente, conforme previsto no artigo 24, com a função de operacionalizar as conferências e apoiar as Partes para a implantação da Convenção-Quadro (BRASIL, 2011a).

Nas partes 9 e 10, são previstas medidas administrativas em caso de controvérsias entre as partes, referentes à implementação ou aplicação da convenção e à forma como se dará o seu desenvolvimento quando houver a necessidade de formulações de emendas ao documento. Por fim, o tratado é encerrado com disposições finais que definem medidas quanto a denúncias, quem tem direito a voto, ratificação, entre outros.

Em uma análise comparativa entre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e outras convenções, a exemplo da Convenção sobre a Camada de Ozônio e da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, Adede (2004) avalia a primeira como sendo um acordo delicadamente equilibrado com características positivas singulares, pois incluiu, no seu texto, a evidência científica da associação do tabagismo e a má saúde, incapacidade e morte, bem como considerações sobre as implicações econômicas, sociais e políticas de uma campanha mundial para reduzir a prevalência do tabagismo e a exposição a ele.

Mesmo com todo o apelo da Convenção-Quadro em relação à sua preocupação com a melhoria da saúde pública, propondo ações de combate ao consumo de produtos derivados de tabaco pela população, houve uma reação contrária à sua implementação, em nível internacional, por parte de um campo formado por atores que compõem a cadeia produtiva do tabaco. Esses empresários do setor tabaqueiro, para defender seus interesses e “para influenciar politicamente outros setores da sociedade (*stakeholders*), como a mídia, as associações comerciais e industriais, o parlamento, os órgãos técnicos dos poderes executivos, criaram suas próprias ONG’s (associações, sindicatos)” (BOEIRA; JOHNS, 2007).

No documento intitulado *British American Tobacco’s submission to the WHO’s Framework Convention on Tobacco Control* (BAT, 2000), apresentado em audiência pública organizada pela OMS em outubro de 2000, a *British American Tobacco* (BAT)² afirmou que a Convenção-Quadro continha falhas na sua concepção e não alcançaria os seus objetivos.

A indústria argumentava que uma política regulatória igual para todos os países não daria certo, devido às suas particularidades econômicas, políticas, sociais e ambientais; que os regulamentos devem ser desenvolvidos de forma aberta, transparente, garantindo a participação ampla de todos os setores interessados; que a Convenção-Quadro promoverá o aumento do comércio ilegal de produtos derivados de tabaco; que os dados apresentados pela OMS quanto à previsão de mortes causadas pelo tabagismo para os próximos anos estão equivocados; e que os países desenvolvidos são plenamente capazes de criar suas próprias legislações para controlar o uso do tabaco.

Nesse mesmo documento, a *British American Tobacco*, após reconhecer os riscos que o tabagismo pode provocar à saúde humana, propôs ações que visam a diminuir e controlar esses efeitos.

Como alternativa à Convenção-Quadro, a empresa propôs a criação de um grupo de cooperação com o objetivo de buscar soluções para diminuir o uso do tabagismo pelos jovens; também, regulamentar a questão das informações sobre os teores de nicotina e alcatrão nos produtos de tabaco, bem como criar legislação própria para cada região em relação à comercialização desses produtos (BAT, 2000).

Em relação ao documento da *British American Tobacco* acima mencionado, Scheibler (2006, p. 45) afirma que os representantes das instituições da saúde presentes no mesmo evento sustentaram que, “para ser realmente viável, a luta antitabagista devia realizar-se em escala mundial, respeitando ao mesmo tempo as soluções específicas de cada país e cultura”.

² A *British American Tobacco* é o segundo maior grupo de companhias de tabaco presentes em 180 países, sendo, no Brasil, a controladora da empresa Souza Cruz.

Este último posicionamento faz parte da articulação daqueles agentes sociais que buscam, através da implementação da Convenção-Quadro, a extinção ou pelo menos a redução do consumo de produtos derivados do tabaco no mundo, devido aos malefícios causados à saúde humana. Compõem esse campo, representantes de organizações e entidades governamentais e não governamentais, especialmente ligados à área da saúde e outras que buscam alternativas produtivas para os agricultores através da diversificação das áreas cultivadas com tabaco.

Nesse contexto, destaca-se o surgimento da *Framework Convention Alliance* (FCA), que “reúne organizações não governamentais de vários países e cuja atuação concentra-se no desenvolvimento de posicionamentos baseados na coleta das evidências disponíveis na comunidade científica global” (BOEIRA; JOHNS, 2007) sobre os efeitos do tabagismo na saúde.

1.2 A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil

O Brasil teve atuação efetiva desde os primeiros passos da construção da Convenção-Quadro. Na formação do grupo de trabalho responsável pela sua elaboração, denominado Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI), os brasileiros assumiram a sua presidência até a aprovação do documento em 2003. Como demonstra o Ministério da Saúde (BRASIL, 2011b), o governo federal sempre esteve à frente da questão do tabagismo, consolidando sua posição de liderança mundial nesse debate. Mostra disso foi o fato de o Brasil ter sido o segundo país a assinar a convenção no dia em que foi colocada à disposição para tal.

No Brasil, as negociações para a ratificação da Convenção-Quadro envolveram amplas discussões, uma vez que o país é o segundo maior produtor de folhas de tabaco e o maior exportador mundial dessa matéria-prima. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2012), no ano de 2010, o volume vendido ao mercado externo foi de, aproximadamente, 500 mil toneladas, gerando uma receita de exportação de US\$2,75 bilhões³. O Ministério do Desenvolvimento Agrário estima que, aproximadamente, 200 mil famílias de agricultores dependam da renda dessa atividade, conferindo ao governo brasileiro uma grande responsabilidade com as questões sociais decorrentes das ações que promovam a diversificação e substituição ao tabaco (BRASIL, 2010).

³ Os valores de volume exportado e receita de geração levam em conta a soma das exportações do fumo em folha pré-processamento e fumo em folha pós-processamento.

Para executar esses trabalhos, foi criada pelo governo federal, através do Decreto nº 3.136/1999, a Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco (CNCT), composta, como consta no seu artigo 3º, por representantes do Ministério da Saúde, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda, da Justiça, do Trabalho e Emprego, da Educação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sob a presidência do primeiro. A secretaria-executiva era exercida pelo Instituto Nacional do Câncer (BRASIL, 1999).

O principal objetivo da CNCT era reunir informações acerca das ações do controle do tabagismo no Brasil, visando a subsidiar a presidência da República nas discussões sobre a Convenção-Quadro entre o período de 1999 a 2003. Entre as suas ações na área da produção de tabaco, ressalta-se a “proibição do uso do crédito público do Programa Nacional de Agricultura Familiar para a produção de fumo” (INCA, 2012a).

Em 2003, por meio do Decreto de 1º de agosto, foi criada a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco e de seus Protocolos (Conicq), em substituição à CNCT. Vale notar que esta última tinha apenas um caráter consultivo, enquanto que a Conicq tem um caráter executivo. Sob o novo enfoque, os objetivos da Conicq são:

Articular a organização e implementação de uma agenda governamental intersetorial para o cumprimento das obrigações da CQCT. [...] promover o desenvolvimento, a implementação e a avaliação das estratégias da Convenção-Quadro, planos e programas, assim como políticas, legislações e outras medidas. (INCA, 2012a).

A partir do que está previsto no decreto, compete à Comissão Nacional assessorar o governo brasileiro no efetivo cumprimento das obrigações assumidas com a ratificação da Convenção-Quadro, seja com a formulação de políticas nacionais, seja com a adoção de protocolos complementares, anexos e emendas ao tratado. A Conicq é responsável pela articulação de uma agenda intersetorial do governo federal no sentido de promover estudos e pesquisas sobre as temáticas relacionadas ao controle do tabagismo, bem como pelo estabelecimento de diálogo com instituições e entidades nacionais e internacionais, com o objetivo de contribuir com o debate do problema do tabagismo e avaliar as estratégias de implementação da Convenção-Quadro no Brasil. O referido decreto atribui à Comissão Nacional a competência de adotar ações e executar outras atribuições que sejam necessárias para o alcance do objetivo da Convenção-Quadro (BRASIL, 2003).

Integram a Conicq representantes dos Ministérios da Saúde (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Assessoria de Assuntos Internacionais, Instituto Nacional de Câncer), das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda, da Justiça, do Trabalho e Emprego, da Educação, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, junto com a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e com a Casa Civil. A presidência e a secretaria-executiva mantiveram-se ocupadas pelos mesmos representantes, ou seja, pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), respectivamente.

O espaço ocupado pelas instituições é de acesso bastante restrito, onde apenas o representante indicado diretamente pelo ministro tem cadeira permanente nas discussões. Ademais, as atas não são disponibilizadas na íntegra, embora os principais resultados das reuniões sejam apresentados por meio do *site* do Inca e pelos meios de comunicação. “O que existe, no entanto, é a possibilidade de entidades de participar de algumas reuniões como convidadas da Comissão, porém sem direito a voto” (SCHEIBLER, 2006, p. 71).

Dentre as ações da Conicq, uma delas foi a de convencer o Congresso Nacional a ratificar a Convenção-Quadro, tarefa esta que gerou muito enfrentamento com o setor produtivo tabaqueiro. O processo teve início em 27 de agosto de 2003, com a apresentação e entrega do documento oficial do tratado àquela casa pelos ministros da Saúde e das Relações Exteriores, durante o Seminário Internacional sobre a Convenção-Quadro, organizado pela Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados (INCA, 2012b; BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010).

Na Câmara dos Deputados, o documento foi aprovado por unanimidade em 13 de maio de 2004 (INCA, 2012b). A tramitação do processo nesta casa se deu em regime de urgência, sendo discutido e aprovado através de um acordo de lideranças. Esse fato acabou gerando polêmicas e um clima de descontentamento especialmente por parte dos representantes do campo contrário à ratificação da Convenção-Quadro.

No Senado Federal, a interferência de representantes de setores da agroindústria do tabaco intensificou a discussão e atrasou o processo de ratificação naquela casa. Nesses embates, ficaram mais claras as posições dos diversos agentes em torno da problemática do tabaco, uma vez que ocorreu “em um cenário de grande turbulência, pressão e disputa entre diferentes setores da sociedade, favoráveis e contrários à ratificação” (BRASIL, 2010, p. 8). Boeira e Johns (2007) retratam aquele momento do confronto entre os campos de poder em

torno da ratificação da Convenção-Quadro como uma “verdadeira batalha no Senado Federal entre os grupos pró-CQCT e contra-CQCT”.

Os debates tiveram como palco as audiências públicas promovidas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.⁴ O objetivo foi debater as ideias e os posicionamentos daqueles implicados no tema, uma vez que, no Senado, não havia consenso sobre a matéria. Com o debate, a comissão reuniu subsídios para a elaboração de um parecer⁵ que auxiliou os senadores a votarem a ratificação da Convenção-Quadro.

O principal conflito se deu em relação ao futuro dos agricultores produtores de tabaco. Tal preocupação ficou expressa na seguinte afirmação: “se o vício do tabaco causa a morte, a cultura do tabaco é o ganha-pão de muitas famílias [...] e não se pode retirar o meio de sustento dessas famílias de uma hora para a outra, sem oferecer-lhes alternativas com rentabilidade econômica compatível” (COMISSÃO, 2005).

Segundo Mengel (2011), a Comissão do Senado, até aquele momento, via a implementação da Convenção-Quadro como uma ameaça a essas famílias que eram consideradas de poucos recursos e vulneráveis, devendo ser protegidas dos riscos colocados pelas políticas públicas que estavam sendo discutidas.

Destarte, as audiências públicas se tornaram o espaço de disputa de poder entre aqueles que formavam o campo favorável à ratificação e, por outro lado, por quem era contra a ratificação da Convenção-Quadro.

O campo que reagiu contra a ratificação da Convenção-Quadro era formado pela indústria do tabaco e instituições alinhadas com esse setor. Destacam-se nesse grupo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo)⁶, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura, as Federações da Agricultura, a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins (Fentifumo), a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), a Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (Amvarp) e a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo (ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Quanto aos representantes políticos, os que se posicionaram desfavoráveis à Convenção-Quadro foram, principalmente, aqueles que atuavam em regiões onde a atividade tabaqueira tem uma grande importância econômica e social, e as medidas de controle do

⁴ Entre setembro de 2004 e outubro de 2005, foram realizadas seis audiências, que ocorreram: duas em Brasília, nas principais regiões produtoras de fumo do Sul (Florianópolis/SC, Santa Cruz do Sul/RS e Camaquã/RS) e do Nordeste (Cruz das Almas/BA) do Brasil (INCA, 2012a).

⁵ Parecer nº 1.830, de 2005-CRA: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle e Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

⁶ Atualmente, denomina-se Sindicato da Indústria do Tabaco da Região Sul do Brasil (SindiTabaco).

tabaco poderiam causar impactos negativos. Há uma relação do posicionamento do agente político nesse tema com a sua atividade profissional e associativa. Os agentes vinculados à área da saúde tendiam a se posicionar a favor da ratificação, enquanto que aqueles ligados aos agricultores ou às suas entidades representativas eram contra (SCHEIBLER, 2006).

Segundo Zimmermann (2009, p. 102), a indústria não se expunha diretamente no debate, “quanto menos envolvimento em questões polêmicas, melhor, visto que a própria atividade fumageira já se configura como uma das mais polêmicas da atualidade”. A estratégia utilizada pela indústria do tabaco era utilizar os organismos da sua representação como seus porta-vozes, principalmente o Sindifumo e a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo). Essa situação é descrita também por Prieb (2004), demonstrando que a indústria tabaqueira valeu-se de agentes intermediários para externar seu posicionamento diante do debate da Convenção-Quadro:

Percebe-se que essas instituições possuem um discurso que defendem as empresas fumageiras, sendo que na imprensa tentam incutir a necessidade de continuidade do setor, justificando a importância que se traduz não apenas na renda dos agricultores, mas na geração de empregos e principalmente na manutenção do homem no campo uma vez que de forma crescente a parte agrícola da produção ocupa braços de pessoas desprovidas de terra. (PRIEB, 2004, p. 37).

Os principais argumentos se fundamentavam nas questões socioeconômicas dos produtores de tabaco. A justificativa era de que, com a implementação da Convenção-Quadro, seria proibido o plantio de fumo no Brasil, causando desemprego no campo e prejuízos que atingiriam cerca de 2,4 milhões de pessoas envolvidas diretamente na atividade produtiva e de mais de 1 milhão de pessoas que dependiam diretamente do emprego nessa cadeia produtiva. (ZIMMERMANN, 2009; CAVALCANTE, 2005; BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010).

Nesse sentido, Cavalcante (2005, p. 287) relata que as indústrias do tabaco, representadas pela *British American Tobacco*, atuavam:

disseminando inverdades sobre as implicações da adesão do Brasil e buscando criar uma falsa relação de causa e efeito entre a ratificação e um suposto caos econômico, o movimento buscou criar um clima de hostilidade e terror entre os fumicultores e, ao mesmo tempo, retardar e confundir o julgamento da matéria pelo Senado Federal [...].

Importante se faz ressaltar que os artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro não mencionam a proibição do tabaco, mas responsabilizam as Partes em viabilizar alternativas

para sua substituição. Isso demonstra que o objetivo das ações contrárias à ratificação era o de provocar a desinformação acerca do que era defendido e proposto pela Convenção-Quadro.

A Afubra, principal representante dos produtores de tabaco, foi outro agente social que atuou intensamente nesse campo. Ela defendia que o governo deveria apresentar um plano de reconversão das propriedades produtoras de fumo, antes da ratificação da CQCT, como uma forma de garantia de que o artigo 17 do tratado fosse implantado. Nesse plano, deveriam constar quais as culturas que seriam recomendadas para a substituição do tabaco, além de recursos destinados para essa transição. Outra exigência era de que os fumicultores deveriam ser indenizados nos seus investimentos já realizados para a produção do fumo, uma vez que os mesmos teriam usos em outras atividades, não sendo justo que o agricultor ficasse com o prejuízo (SILVA; BORGES, 2011).

Foram utilizadas como estratégias contrárias à ratificação da CQCT: a participação nas audiências públicas, ações junto a políticos e empresários, uso intensivo dos meios de comunicação como instrumento para influenciar a opinião pública contra a Convenção-Quadro e mobilização dos produtores de fumo para fortalecer o movimento para impedir sua implementação.

No quadro 1, são apresentados os principais argumentos utilizados pelos agentes contrários à ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

- Os produtores serão prejudicados pelo controle do tabaco;
- A CQCT visa acabar com a cultura do tabaco;
- Fuma quem quer (as pessoas adultas têm o direito de escolher se querem fumar ou não);
- Antes de ratificar, o governo deveria apresentar uma proposta de alternativas para os agricultores;
- O governo perderia muito em arrecadação de impostos com as restrições;
- O aumento nos impostos contribuirá para o aumento no contrabando;
- A propaganda de tabaco não afeta seu consumo;
- Existem outras questões que mereceriam destaque como problemas de saúde pública (p. ex., o alcoolismo);
- Mesmo que CQCT seja aprovada, as pessoas continuarão fumando (restrições não seriam suficientes para impedir o hábito de fumar, assim como não impedem o consumo de drogas);
- A CQCT viola os princípios da soberania.

Quadro 1 – Principais argumentos contrários à ratificação da CQCT

Fonte: Scheibler (2006, p. 82).

O fato é que, na época, as informações sobre os efeitos da Convenção-Quadro na produção de tabaco ainda não estavam sendo suficientes para que houvesse confiança de que o objetivo não era simplesmente proibir a sua produção. Mesmo hoje em dia, esse debate, no âmbito dos municípios produtores, não está acontecendo de forma imparcial e esclarecedora da opinião pública. O jogo de informações faz com que os argumentos contrários à Convenção-Quadro sejam considerados como verdadeiros, sem o contraponto daqueles que são favoráveis à convenção.

Segundo o delegado do MDA/SC, o governo federal vem fazendo um trabalho, até certo ponto, solitário no sentido de discutir a diversificação nas áreas cultivadas com tabaco. Ele ainda afirma que a falta de posicionamento diante da legitimidade da produção de fumo deixa o governo nessa situação de ter que agir como se estivesse isolado na defesa da Convenção-Quadro. Assim, os argumentos constantes no quadro 1, que foram utilizados na época das discussões sobre a ratificação, continuam sendo usados, muitos deles, ainda hoje:

Eu percebo que há uma quase unanimidade de quem produz, e de todo o conjunto de instituições que trabalham com a questão rural, que presta assistência técnica, que presta serviço pra questão da agricultura familiar, de que a fumicultura, o tabaco, é um problema sério até na questão da saúde de quem produz. Há, hoje, todo um conjunto de informações dos malefícios pra quem fuma, para os consumidores. Mas do ponto de vista da diversificação efetivamente, para fazer uma ação de saída para a agricultura familiar, enquanto atividade econômica, as vozes são muito poucas. Diria que assim, há uma voz no deserto porque pegando.

Mesmo após a ratificação pelo Brasil da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, seus opositores continuaram articulados e agindo no sentido de dificultar a implementação das medidas de controle ao tabagismo no Brasil.

O outro campo de poder foi formado em torno da defesa pela ratificação da Convenção-Quadro. Destacaram-se nesse grupo, conforme Scheibler (2006), nas esferas do governo federal, os representantes da Conicq, por meio dos Ministérios da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e das Relações Exteriores, e ainda pelo Inca e pela Casa Civil. As organizações da sociedade civil eram representadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), ONG Rede Tabaco Zero (atual ACT-BR), o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser), as associações médicas e a Igreja Católica (por meio da participação da Ir. Lourdes Dill, que representava o Projeto Esperança-Coesperança da Diocese de Santa Maria/RS). Segundo Bonato, Zotti e Angelis (2010), a participação de organizações da sociedade civil,

com ênfase àquelas ligadas à saúde, e outras ligadas à agricultura familiar foi fundamental para rebater os argumentos antirratificação.

O processo foi articulado pela Conicq, principalmente pelo Ministério da Saúde, e com forte apoio da OMS. A organização “zelou para que o Brasil aprovasse e ratificasse a Convenção-Quadro tempestivamente, pois o país que liderou as negociações do texto não poderia dar o ‘mau exemplo’ de não acatá-lo internamente” (SOGOCIO, 2008, p. 71).

A principal justificativa fundamentava-se nas evidências científicas da associação do tabagismo à má saúde, incapacidade e morte, além de colocar em dúvida as consequências danosas que seriam causadas no setor de produção de tabaco com a implementação da Convenção-Quadro.

Buscando informar e esclarecer a população e a classe política do conteúdo da Convenção-Quadro, foram publicados vários materiais pelo Ministério da Saúde, por meio do Instituto Nacional do Câncer, com destaque: “Por que aprovar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?”, “A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: mitos e verdades” e “Ação global para o Controle do Tabaco: 1º Tratado Internacional de Saúde Pública” (INCA, 2012b), bem como o livro *Tabaco e pobreza, um círculo vicioso: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: uma resposta* (BRASIL, 2004). Além disso, foram promovidos eventos com o objetivo de mobilizar a opinião pública em torno da problemática do efeito nocivo do uso do tabaco à saúde.

As participações nas audiências públicas promovidas pelo Senado Federal foram intensas, fazendo o contraponto aos argumentos daqueles que eram contrários à Convenção-Quadro. O problema não estava em justificar a validade da convenção, mas sim desencadear ações de defesa à saúde. Em relação aos efeitos do tabagismo à saúde, o Inca (2012a) destacava que o tabaco é um fator de risco de diversas doenças, sendo responsável por cerca de 5 milhões de mortes no mundo anualmente e pelos gastos elevados do governo para tratar de doenças causadas pelo tabagismo no Sistema Único de Saúde. Nesse aspecto, a divergência surgia em torno dos números dos resultados de pesquisa ou de estatísticas, mas não representou o principal ponto do enfrentamento.

O principal desafio desses agentes sociais era assegurar que, mesmo com implementação da Convenção-Quadro, os agricultores familiares que produziam o tabaco não ficassem sem alternativa de produção. Para isso, o campo favorável à Convenção-Quadro argumentou que, se o Brasil ficasse fora do tratado, não poderia participar das reuniões que decidiriam o futuro da produção do tabaco nem da criação de um fundo para a reconversão de atividades. Argumentou-se, ainda, que as empresas tabaqueiras exploravam a mão de obra nos

países em desenvolvimento, existindo uma relação entre tabaco e pobreza, e que o trabalho infantil era explorado na produção de fumo (SCHEIBLER, 2006). Conseqüentemente, a partir do momento em que fosse apresentada uma estratégia de ação nessa perspectiva, o principal argumento do setor industrial e seus aliados estaria dirimido.

Segundo Sogocio (2008), o governo federal, através da Casa Civil, com receio de que a Convenção-Quadro não fosse ratificada dentro do prazo estipulado pela OMS, cujo prazo limite era 7 de novembro de 2005, decidiu construir uma conciliação entre os agentes opositores. Destarte, para assegurar que não haveria restrições quanto à produção de fumo, a então ministra Dilma Rousseff encaminhou para o relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, senador Heráclito Fortes, um aviso (Anexo A) com o objetivo de auxiliar na ratificação. O mesmo documento foi também assinado pelos ministros de Estado das Relações Exteriores, da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e da própria Casa Civil:

O Aviso reiterava o apoio do Governo, agora em uníssono, à ratificação da Convenção. Como o Tratado não admitia reservas, o documento sugeria que o Brasil depositasse nas Nações Unidas, juntamente com o instrumento de ratificação, uma Declaração Interpretativa, pela qual o País se comprometia a não proibir o cultivo de tabaco; a não reduzir políticas de crédito já existentes aos fumicultores e, além disso, promover medidas de assistência aos produtores que optassem pela diversificação da cultura do tabaco. (SOGOCIO, 2008, p. 87-88).

A referida Declaração Interpretativa previa a criação do Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo, atualmente denominado Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

Diante desse comprometimento do poder executivo, o processo de ratificação recebeu parecer favorável por parte do relator da Comissão do Senado, sendo encaminhado, em regime de urgência, para a apreciação do plenário e aprovado pelos senadores por meio do Decreto Legislativo nº 1.012, de 27 de outubro de 2005.

Com a anuência do Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006, que promulgou a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003 (Anexo B).

Após a promulgação da convenção, o governo federal, em janeiro de 2006, por meio da Conicq, assumiu o papel de coordenar as iniciativas intersetoriais visando ao controle do

tabagismo. Capitaneadas pela Anvisa e pelo Inca, as medidas legislativas e executivas foram elaboradas para cumprir o proposto pelo tratado (INCA, 2012a).

A Anvisa é responsável pela regulamentação, controle e fiscalização dos produtos e serviços que possam causar risco à saúde pública. Por meio da Lei nº 9.782/1999, a agência é responsável pela normatização dos produtos derivados do tabaco, cujas ações desenvolvidas envolvem:

a obrigatoriedade da inserção das advertências sanitárias, incluindo as imagens e frases nas embalagens dos produtos e na propaganda, a proibição da propaganda fora do ponto de venda e da promoção dos produtos e a proibição de alimentos que simulem derivados do tabaco e a fiscalização no comércio dos produtos, na propagando e do uso em ambientes fechados. (ANVISA, 2012a).

A regulamentação estabelece normas e procedimentos para o registro, a comercialização e a propaganda de produtos derivados do tabaco.⁷

Segundo Zimmermann (2009), a Anvisa conta com o Inca como um grande aliado e um apoiador sistemático na elaboração de legislação que regulamenta o consumo, a produção e a venda dos produtos oriundos do tabaco.

O Inca também exerce um papel estratégico para a implementação da Convenção-Quadro no Brasil, sendo responsável pela coordenação e execução do Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco, que visa à prevenção e à redução de doenças relacionadas ao tabaco no país. O programa vem atuando de forma intensiva por meio de capacitação de recursos humanos das equipes coordenadoras dos órgãos de saúde e educação dos estados e municípios. O objetivo é fazer com que essas equipes preparem os profissionais em seus locais de trabalho nas unidades de saúde, ambientes de trabalho e escolas, respectivamente, para atuar junto ao público na prevenção e tratamento para cessação ao tabagismo (BRASIL, 2003).

Como Secretaria Executiva da Conicq, o Inca tem o papel de articular e desenvolver ações com instituições e entidades, nacionais e internacionais, envolvidas na luta antitabagista, com destaque à Aliança de Controle do Tabagismo (ACT) (ANVISA, 2012a).

De acordo com avaliação da coordenadora da Conicq, o principal desafio é conter a interferência das indústrias do tabaco, para reverter medidas antitabagistas já implantadas no país, uma vez que o setor fumageiro promove a desinformação em relação à atividade

⁷ Todas as resoluções implementadas pela Anvisa podem ser acessadas por meio do *site* <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/derivadostabaco>>, campo “assunto de interesse/legislação”.

agrícola, criando falsas expectativas, especialmente para os agricultores produtores de tabaco. Por outro lado, a maior parte das medidas previstas na Convenção-Quadro já está sendo implementada no Brasil com bons resultados, como, por exemplo, a Lei nº 12.546/2011, que proíbe o uso de produtos fumígenos, derivados de tabaco ou não, em recinto coletivo, fechado, privado ou público. Outras ainda precisam ser colocadas em prática e dependem da elaboração e aprovação de leis (CAVALCANTE, 2011).

Mas o grande avanço na luta contra o tabagismo foi na inclusão do tema “tabaco” no Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022, apresentado pelo governo brasileiro na Reunião de Alto Nível da ONU, em setembro de 2011, sobre DCNT. Sob a coordenação do Ministério da Saúde, o plano foi elaborado com participação da sociedade civil e de outras instâncias governamentais (BRASIL, 2011b).

O documento reconhece o tabagismo como um dos fatores de risco modificáveis. No seu Eixo II: Promoção da Saúde, Estratégia 9 – Avançar nas ações de implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – CQCT, estão descritas as ações planejadas que deverão ser implantadas na próxima década no país (BRASIL, 2011b).

Com a presença do Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, no item 7 do Plano de Ações, o governo federal o reconhece como sendo uma estratégia de relevante importância para a implementação dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro no Brasil. As demais ações previstas têm como objetivo apoiar e comprometer o governo brasileiro com a Conicq para a implementação dos demais artigos do tratado.

O quadro 2 mostra todas as ações previstas no plano citado.

(continua)

1 - Fortalecer mecanismo de governança intersetorial da Política Nacional de Controle do Tabaco (Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – CONICQ) e da governança setorial da implementação das ações da CQCT na agenda de saúde, em consonância com o Art. 19 e cumprindo as diretrizes do Art. 5.3.
2 - Adequar a legislação nacional que regula o ato de fumar em recintos coletivos, em consonância com a diretriz da CQCT que estabelece o banimento do fumo em ambientes coletivos fechados, bem como com a legislação referente aos produtos derivados do tabaco (propaganda, rotulagem e outros).
3 - Ampliar as ações de prevenção e de cessação do tabagismo em toda população, com atenção especial aos grupos mais vulneráveis (jovens, mulheres, população de menor renda e escolaridade, indígenas e quilombolas).
4 - Fortalecer a implementação da política de preços e de aumento de impostos dos produtos derivados do tabaco com o objetivo de reduzir o consumo.
5 - Fortalecer mecanismos intersetoriais para combate ao mercado ilegal de produtos derivados do tabaco e ratificar o protocolo sobre a eliminação de mercado ilícito de produtos derivados do tabaco.
6 - Fortalecer a regulação dos produtos derivados do tabaco.

(conclusão)

7 - Fortalecer a integração do setor saúde e demais setores governamentais com o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com o Tabaco (MDA), visando à ampliação da cobertura desse programa.
8 - Monitorar, avaliar e desenvolver pesquisas para subsidiar a implementação da CQCT no Brasil.
9 - Participar dos mecanismos de cooperação internacional relacionados à implementação da CQCT no Brasil.
10 - Monitorar as estratégias da indústria do tabaco que visam restringir a adoção das medidas da CQCT, inclusive no âmbito do Judiciário.
11 - Fortalecer ações de promoção da saúde junto aos escolares por meio da parceria MS/MEC (Programa Saúde na Escola).

Quadro 2 – Plano de Ações para a Estratégia 9

Fonte: Brasil (2011b, p. 113).

Outra medida importante da implementação da CQCT no Brasil foi a criação do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Os esforços governamentais são no sentido de colocar em marcha o programa nas principais regiões produtoras de tabaco no Brasil.

1.3 O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco⁸ surgiu em um momento de amplo debate no Senado Federal sobre a Convenção-Quadro no Brasil. Naquele contexto, o setor fumageiro, contrário à implementação desse tratado, argumentava que haveria restrições ao direito de cultivar o tabaco e, com isso, seria instalada uma crise social e econômica no meio rural. Essas justificativas se tornaram o principal ponto de tensão e entrave para que os senadores aprovassem a convenção.

Na tentativa de construir uma conciliação entre as partes divergentes, o governo federal se comprometeu em implantar ações no intuito de garantir a viabilidade econômica dos agricultores produtores de fumo, por meio de auxílio técnico e científico e de financiamento para a diversificação da produção, para aqueles que desejassem livremente buscar outras atividades (BRASIL, 2005). Para ressaltar sua posição, o governo faz a seguinte declaração interpretativa:

O Brasil interpreta que, no contexto dos parágrafos 15 e 16 do preâmbulo, e dos Artigos 4(6), 17 e 26(3) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da

⁸ Cabe ressaltar que houve modificação do nome do programa em relação ao nome original. Quando foi criado em 2005, denominava-se Programa de Apoio à Diversificação das Áreas Cultivadas com Fumo.

Organização Mundial da Saúde, não há proibição à produção do tabaco ou restrição a políticas nacionais de apoio aos agricultores que atualmente se dedicam a essa atividade. Além disso, declara ser interpretativo que a Convenção seja instrumento efetivo para a mobilização de recursos técnicos e financeiros internacionais para auxiliar os países em desenvolvimento a viabilizarem alternativas econômicas à produção agrícola do tabaco, como parte de suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2005, p. 4-5).

Com essa atitude, o governo federal consolidou sua posição em relação ao tema, buscando tranquilizar os agricultores e enfraquecer a posição dos segmentos sociais contrários à Convenção-Quadro. Valendo-se dessa estratégia, foi criado o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, que se tornou espaço privilegiado das discussões dentro da Conicq, no que tange aos assuntos relacionados aos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro.

O programa é coordenado pela Secretaria da Agricultura Familiar do MDA e atua na articulação das “suas políticas públicas para a agricultura familiar para subsidiar o processo de diversificação da produção e renda em áreas fumicultoras” (BRASIL, 2010, p. 6). Para realizar a gestão do PNDACT, em 2008, foi criada a Rede Temática de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, sendo formada por:

Representantes de 25 instituições parceiras do MDA na implementação das ações de diversificação em áreas de fumo. Esta se reúne periodicamente para debater as ações do programa, apresentar as experiências dos projetos em andamento, planejar e propor atividades assim como definir as demandas para se avançar na implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT. Realiza a interface com as políticas públicas, as intersetorialidades e as medidas para o controle do tabaco no âmbito da Convenção-Quadro. (BRASIL, 2010, p. 28).

As ações e instrumentos de políticas para o fortalecimento da agricultura familiar são norteados por quatro eixos: combate à pobreza rural; segurança e soberania alimentar; sustentabilidade dos sistemas de produção; e geração de renda e agregação de valor. Assim, o objetivo do PNDACT é:

Apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo e criar novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida às famílias. (BRASIL, 2010, p. 9).

Os seus princípios são baseados no desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação, participação e parceria. Com eles, o programa defende que não basta substituir o cultivo de tabaco, mas buscar a implantação de uma nova matriz de desenvolvimento

relacionada com a produção sustentável. Com a implantação do modelo proposto, o governo pretende que o agricultor familiar não dependa da agroindústria de tabaco, voltando a valorizar o conhecimento na agricultura que foi acumulado ao longo do tempo e que vem se reproduzindo pelas gerações e retornar ao controle da sua produção: o que plantar, quanto plantar, que tecnologia utilizar e como comercializar, respeitando as questões de gênero, geração, raça e etnia. Diferente do individualismo produtivo provocado pelo sistema integrado de fumo, bem como na suinocultura e avicultura, o programa evidencia a importância de apoiar as ações coletivas de agricultores familiares. Não basta substituir o tabaco por outro produto, se o modelo de produção continuar sendo o mesmo (BRASIL, 2010).

A proposta de diversificação apresentada pelo PNDACT vai além da substituição do plantio de fumo. A forma como o governo diferencia os dois sistemas está apresentada no quadro 3, elaborado por Schneider⁹ e constante no documento do MDA.

Substituição de cultivos	Diversificação sustentável
1) Reduz a dependência da indústria; 2) Busca aumentar rendas agrícolas; 3) Preconiza intensificação no uso de recursos (terra, água, trabalho) na produção; 4) Mantém a base tecnológica assentada sobre o uso de agroquímicos; 5) Contribui para reduzir a fertilidade solos e da biodiversidade; 6) Privilegia economias de escala e crescimento setorial; 7) Traz risco à saúde (doenças) e ao trabalho dos produtores; 8) Atende aos objetivos da indústria: manter produção e oferta tabaco.	1) Maior potencial de gerar autonomia; 2) Diversifica as rendas agrícolas e não agrícolas; 3) Menor intensidade no uso de recursos produtivos; 4) Base para a transição à produção orgânica e agroecológica; 5) Recupera fertilidade e preserva biodiversidade; 6) Gera externalidades positivas sobre a economia; 7) Mais comprometida com qualidade de vida; 8) Atende aos objetivos da saúde pública: reduzir oferta e consumo de tabaco.

Quadro 3 – Proposta de diversificação sustentável do PNDACT

Fonte: Brasil (2010, p. 8).

A partir dessa estratégia do PNDACT, os discursos do setor fumageiro passaram a mudar substancialmente, enfraquecendo o argumento de que haverá restrição ao desenvolvimento da atividade tabacaleira. O assunto é retomado apenas em algumas ocasiões, como no caso da audiência pública promovida pela Anvisa sobre as Consultas Públicas (CP)

⁹ Sérgio Schneider é professor dos programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro da Rede Temática de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

112 e 117¹⁰, onde o presidente da Afubra manifestou a preocupação com os efeitos desastrosos que os agricultores sofrerão com o avanço das ações de restrição ao consumo de tabaco e afirmou que, no momento, “a diversificação não passa de um sonho” (AFUBRA, 2011). Sob esse prisma, para o representante da Afubra, não há alternativas economicamente viáveis para a substituição imediata ao cultivo de fumo.

No entanto, a Afubra passa a discutir a diversificação na propriedade rural e a dar visibilidade ao tema em seus eventos, como no caso da Expoagro Afubra¹¹, apresentando possibilidades de diversificação aos pequenos e médios produtores, por meio da demonstração de novos equipamentos, técnicas, tecnologia e culturas (AFUBRA, 2012).

Segundo com uma política de conciliação, o programa nacional abriu espaços para a participação de entidades componentes ao campo que, até então, haviam se posicionado contrárias à implementação da Convenção-Quadro no Brasil. Tal fato pode ser demonstrado no relatório apresentado pelo MDA no ano de 2010 sobre as ações do PNDACT, em que menciona como organizações parceiras nos projetos de pesquisa, assistência técnica e extensão rural (Ater) e capacitação: Afubra, Fetag/RS e Instituto de Formação Sindical (Ifsim). Em relação à participação da agroindústria tabaqueira no programa, em entrevista realizada com o gerente de Sustentabilidade e Produção Agrícola da Souza Cruz S.A., foi relatado que a empresa nunca foi chamada para participar da Rede Temática de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, mas que a Souza Cruz mantém um relacionamento e contato com o MDA. Segundo o gerente, existem divergências entre a agroindústria e alguns segmentos da rede em relação ao sentido dado à diversificação da propriedade. Do ponto de vista da agroindústria, o tabaco é considerado como uma cultura adequada na composição do policultivo na propriedade de pequenos e médios produtores, visando à sustentabilidade econômica dessas famílias, posição esta que não estaria alinhada às diretrizes do PNDACT, segundo depoimento oral de um representante da Souza Cruz:

Primeiro que nós não somos chamados a participar do programa junto ao MDA. Nós nos relacionamos com eles, temos contato, mas não fazemos parte do programa em si. Nós entendemos que o seguinte: diversificação, que a nossa cultura [tabaco] é uma opção de diversificação do pequeno proprietário. Pequeno e médio proprietário, e nós acreditamos que o problema do MDA é que ele vai de encontro com esse problema de diversificação.

¹⁰ Estas audiências fazem parte do processo de discussão entre Anvisa e sociedade, recomendado pela COP4 acerca desse tema. A CP 112 propõe a proibição de aditivos que conferem sabor doce, mentolado, ou de especiarias aos produtos derivados de tabaco. A CP 117 propõe regras para a impressão das imagens de advertências sanitárias, para restrição de propaganda nos pontos de venda e para a comercialização pela internet.

¹¹ A Expoagro Afubra é considerada a maior feira para a agricultura familiar e é realizada anualmente desde 2001.

O programa procura construir parcerias com organizações, a exemplo das empresas oficiais de Ater, organizações não governamentais, cooperativas, universidades e prefeituras, por meio de repasses de recursos e acompanhamento técnico nos projetos dentro das áreas apoiadas. Estes são selecionados em Chamadas Públicas de Projetos com base na sua afinidade com as diretrizes e orientações metodológicas do PNDACT. Nesse sentido, segundo o Delegado do MDA em Santa Catarina (2011), o ministério apresenta uma série de ações e políticas públicas indutoras à diversificação da produção e renda, tais como: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Além disso, ainda segundo o delegado, o governo tem “*colocado também recursos nos chamados de ‘compra direta’, ou ‘compra especial’ da agricultura familiar que são os valores da PGPM¹² mais 10%*”.

Com a criação do Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco, o governo inicia o processo da sua construção com ações internas, bem como em âmbito internacional.

A primeira ação relevante aconteceu com a participação do Brasil na I Conferência das Partes da Convenção-Quadro (COP1), ocorrida em fevereiro de 2006, em Genebra. A delegação brasileira, composta também por integrantes do PNDACT, liderou as negociações para que o tema adquirisse prioridade nas pautas de discussões, culminando no estabelecimento de um grupo de estudos *ad hoc* da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco sobre Alternativas Agrícolas à produção de Fumo.¹³ O objetivo desse grupo é reunir representantes de países produtores de tabaco no sentido de construir propostas para a implementação do artigo 17, que trata desse tema.

A primeira reunião do referido grupo no Brasil ocorreu em fevereiro de 2007, sob os auspícios da OMS e do governo brasileiro, por meio dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores. Participaram representantes de diversos países, como: Argentina, Bangladesh, Canadá, China, Quênia, Quirguistão, Paquistão, República Democrática do Laos, Sudão, Uruguai, Peru, Paraguai, Síria, Armênia e Índia, além de países da União Europeia. O evento contou também com observadores de organizações nacionais integrantes da *Framework*

¹² PGPM se refere à Política de Garantia dos Preços Mínimos do Governo Federal.

¹³ O documento original que criou o grupo de estudos sobre alternativas de produção está disponível em: <http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop1/FCTC_COP1_15-en.pdf>.

Convention Alliance (FCA)¹⁴, como a Aliança de Controle ao Tabagismo (ACT), a Fetraf-Sul, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Os debates giraram em torno da relação entre produção de fumo e riscos ambientais e sanitários, bem como da integração do agricultor à agroindústria do tabaco (CONICQ, 2007).

O governo brasileiro, com os trabalhos desenvolvidos pelo PNDACT, assumiu um papel de destaque e de liderança frente a outras nações produtoras de tabaco, no que diz respeito à necessidade de construir alternativas agrícolas para a atividade fumageira, durante a terceira sessão da Conferência das Partes (COP3), em Durban, África do Sul, em 2008. Na ocasião, foi estabelecido um grupo de trabalho em alternativas economicamente sustentáveis à cultura do tabaco em relação aos artigos 17 e 18 da CQCT. O Brasil, juntamente com Grécia, México, Índia e Turquia, assumiu o papel de “facilitador-chave” desse novo grupo, sendo, assim, extinto o grupo de estudos criado na COP1.

A última reunião do grupo de estudos aconteceu em fevereiro de 2012, em Genebra, ocasião em que se avaliou o desenvolvimento dos trabalhos nos países componentes do grupo, referentes à implementação dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro, e se promoveu o debate preparatório para a quinta Conferência das Partes, que ocorrerá em Seul, no mês de novembro de 2012.

Com o objetivo de fortalecer o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, o Ministério do Desenvolvimento Agrário promoveu eventos nacionais e regionais como estratégia de mobilização e visibilidade às experiências que promovem o desenvolvimento de alternativas para as áreas plantadas com fumo.

Esses espaços também oportunizaram a discussão e enfrentamento entre os campos favoráveis e contrários à Convenção-Quadro, como foi observado durante a audiência pública internacional sobre alternativas de produção ao cultivo do tabaco, que ocorreu em fevereiro de 2007, em Brasília. Segundo o relatório apresentado pela Conicq (2007, p. 2), “os debates durante a audiência foram bastante ricos e acalorados e mediados de forma bastante firme e equilibrada pelo Embaixador Juan Martabit”.

De um lado,

Representantes da saúde pública, de organizações de pequenos agricultores e organizações ligadas à agroecologia manifestaram suas preocupações com os riscos da produção agrícola de fumo para a saúde dos agricultores, para suas famílias e para o meio ambiente. Denunciaram aspectos relacionados ao trabalho infantil e à violação dos direitos humanos que essa atividade tem imputado aos pequenos

¹⁴ A FCA é uma rede formada por cerca de 200 organizações não governamentais de diferentes países que apoiam a implementação da CQCT (CONICQ, 2007).

agricultores, assim como as barreiras sociais e econômicas que a dinâmica da cadeia produtiva do fumo tem colocado frente às propostas alternativas a essa atividade. Também se manifestaram quanto à urgência de se iniciar pesquisas e projetos para a identificação de alternativas de fumo. (CONICQ, 2007, p. 2).

Por outro lado,

Os representantes do setor fumo de forma geral defenderam a produção de tabaco como uma atividade que traz desenvolvimento, riqueza e qualidade de vida para os agricultores e o ponto de vista de que nenhuma outra atividade agrícola oferece para o agricultor as vantagens e a rentabilidade oferecidas pela produção de fumo. Também buscaram defender o setor fumo das denúncias levantadas por outras organizações, buscando mostrar iniciativas que vêm desenvolvendo para diversificação da produção e para proteção do meio ambiente. (CONICQ, 2007, p. 2).

Dois seminários nacionais destacaram-se entre as ações do PNDACT. No primeiro, ocorrido em Porto Alegre, em 2007, foram apresentados a cadeia produtiva do tabaco, a Convenção-Quadro e seus impactos junto aos produtores de fumo, visando a debater o papel do PNDACT dentro da Convenção-Quadro (MDA, 2012c). No segundo seminário, que aconteceu em Curitiba, no ano de 2009, discutiu-se a realidade dos produtores do fumo e a diversificação como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável. Foram também apresentados relatos de projetos apoiados pelo PNDACT (BRASIL, 2010).

A Rede Temática de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, como gestora do PNDACT, vem propiciando espaços para o debate acerca da produção do tabaco, uma vez que permite a participação de diversas frações sociais, inclusive de representantes de instituições que, historicamente, manifestaram-se reticentes à implementação da Convenção-Quadro no Brasil. Por meio do relatório “Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil” (BRASIL, 2010), é possível observar o modo como os encontros contribuem no fortalecimento e na construção do programa, onde são socializadas experiências e informações procurando dar maior visibilidade às ações que estão sendo desenvolvidas na diversificação produtiva nas propriedades produtoras de fumo no Brasil.

A Rede Temática teve uma forte ação junto com a Conicq na preparação de uma minuta de diretrizes para ser levada na quarta sessão da Conferência das Partes (COP4), que aconteceu em novembro de 2011, no Uruguai. Dentre esses eventos, esteve o seminário sobre os artigos 17 e 18 da CQCT da OMS, em agosto, na cidade de Brasília.

A preparação para a COP4 foi cercada de muita tensão, pois um dos temas a ser deliberado sobre uma minuta de diretrizes era o que recomendava que as Partes devessem proibir ou restringir ingredientes que pudessem ser usados para aumentar a palatabilidade (açúcares e doces, substâncias flavorizantes, temperos e ervas) em cigarros e produtos de tabaco e cigarros. A principal justificativa para essa recomendação é que esses aditivos aumentam a atratividade ao consumo do tabaco. Por outro lado, a indústria de fumo argumenta que, se for proibido o uso desses produtos, a produção do fumo tipo *Burley* será inviabilizada.

Uma das estratégias da indústria tabaqueira e seus aliados foi o uso da imprensa para mobilizar os agricultores a se posicionarem contra a medida, veiculando várias matérias sobre o tema, como a intitulada “Fumo tipo *Burley* na corda bamba” (CORREIO DO POVO, 2010). Na época, o diretor-secretário da Afubra e também presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco afirmou que a inviabilização da produção dessa variedade implicaria a perda de renda das 50 mil famílias que cultivavam a variedade *Burley*. Tal afirmação ganhou amplos espaços nos meios de comunicação de massa locais, a exemplo da Rádio Fandango de Cachoeira do Sul, em junho de 2010. Essas e outras manifestações públicas contribuíram para que a Afubra deslocasse uma comitiva ao Uruguai para acompanhar a conferência, com a intenção de postergar a decisão da implementação de tais medidas, em uma ação conjunta de entidades como Afubra, Contag e federações com o governo brasileiro. Além da Associação dos Fumicultores, estiveram presentes alguns prefeitos de municípios produtores de tabaco.¹⁵

O enfrentamento também foi representado pelas reações das entidades a favor da adoção das medidas proibitivas à adição de aromatizantes ao tabaco. Em nota oficial, o assessor técnico da Fetraf-Sul afirmou que a Afubra teria mentido quando divulgou que o cultivo de fumo *Burley* seria proibido com a implementação da Convenção-Quadro e que a COP4 teria decidido pela continuação do uso de açúcares, proibindo apenas a adição de aromatizantes aos produtos do tabaco. Ele ainda esclareceu que a resolução da COP4 aprovou a recomendação e que cada Parte deveria regulamentar os ingredientes que pudessem ser utilizados (FETRAF-SUL, 2012).

Nesse sentido, a Anvisa adotou as Consultas Públicas 112 e 117 e, por meio de audiências realizadas nas principais regiões produtoras de fumo do Brasil, a sociedade pode debater acerca do uso de aditivos nos produtos derivados do tabaco. Nesses eventos, a Rede

¹⁵ Matéria disponível em: <http://www.gaz.com.br/noticia/247229-comitiva_brasileira_acompanhara_cop_4_no_uruguai.html>. Acesso em: 6 dez. 2011.

Temática vem fazendo o contraponto aos argumentos do setor fumageiro de que, com as medidas, a comercialização do fumo do tipo *Burley* será proibida.

Na sucessão da etapa das Consultas Públicas 112 e 117, a Anvisa publicou a Resolução RDC nº 14/2012, que restringe o uso de aditivos em produtos derivados de tabaco comercializados no Brasil. Dessa forma, os cigarros com sabor serão retirados do mercado brasileiro no prazo de dois anos; quanto à utilização de açúcar, continuará permitido exclusivamente com a finalidade de recompor o que foi perdido no processo de secagem das folhas de tabaco (ANVISA, 2012b).

Na disputa entre os campos opostos quanto à implementação das ações previstas na Convenção-Quadro, a medida representa um avanço do governo federal no controle ao tabagismo no país. Da mesma forma, a indústria tabaqueira conseguiu demonstrar seu poder de articulação e influência com o fato de não ter sido proibido o uso de açúcar na etapa de produção do tabaco.

Os resultados alcançados pelo PNDACT dizem respeito ao desenvolvimento das ações nas áreas estratégicas de pesquisa, Ater e capacitação. O governo espera que, com os projetos apoiados, haja a construção de uma nova matriz produtiva nas áreas produtoras de tabaco.

A linha de pesquisa do PNDACT é uma ação estratégica que busca gerar referências para dar suporte ao processo de diversificação. Segundo o relatório do programa, até o ano de 2010, foram apoiados dez projetos, envolvendo, aproximadamente, 20 mil famílias.

Na linha de Ater e capacitação, até 2010, o PNDACT apoiou 50 projetos, com um envolvimento de, aproximadamente, 30 mil famílias. Com essas ações, o programa busca promover o debate com os agricultores, em torno do tabagismo não só na questão da produção, mas também em outras variáveis, como saúde, educação, meio ambiente, lazer e cultura, valorizando a troca de experiências entre os produtores e sua capacitação em planejamento e gestão coletiva das ações do PNDACT. Entre os projetos apoiados pelo programa, está o da Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense (Cooperpomares/SC) (BRASIL, 2010).

No ano de 2011, com o objetivo de atender às diretrizes do PNDACT, o Ministério do Desenvolvimento lançou uma chamada pública, visando a firmar parcerias para projetos de prestação de serviços com vistas à diversificação da produção e renda nas propriedades produtoras de tabaco. Com o *Chamamento público de projetos de apoio à diversificação em áreas de tabaco*, somado às políticas públicas disponíveis para o fortalecimento da agricultura familiar, o governo espera reduzir a pobreza rural por meio da implantação de sistemas produtivos sustentáveis, que envolvam os vários atores rurais nas questões de gênero, raça e

etnia, gerando renda às famílias, ao mesmo que promovam a segurança alimentar e nutricional com a diversificação das propriedades (MDA, 2012c).

O relatório do PNDACT destaca também o *Projeto de pesquisa e desenvolvimento de D. Feliciano/RS*. Trata-se de um projeto piloto com o objetivo de integrar as políticas, programas e ações de âmbito federal, territorial e local, buscando ampliar as oportunidades de desenvolvimento em D. Feliciano/RS e na região Centro-Sul do Rio Grande do Sul. Com isso, serão geradas referências para o programa de diversificação e para o Grupo de Trabalho (GT) Internacional dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro. A Conicq também está presente nesse projeto, por meio de outros órgãos, além do MDA, que desenvolvem ações no município, tais como universidades, secretarias de estado, instituições de Ater e pesquisa da região.

Na avaliação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), para a implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT no Brasil, há a necessidade de se atuar na melhoria da comunicação e informação acerca da Convenção-Quadro, buscando ampliar o debate entre agricultores técnicos, gestores públicos e sociedade em geral. Outro desafio é o de ampliar o montante de recursos financeiros, a fim de que o PNDACT possa apoiar mais projetos e implementar medidas para o controle do tabaco nas áreas rurais. Na questão de saúde, é preciso intensificar e qualificar ações junto aos agricultores familiares no sentido de conscientizá-los quanto à doença da folha verde do tabaco¹⁶ e as consequências do uso dos agrotóxicos. Na linha de Ater, capacitação e pesquisa, o desafio é o de aumentar a quantidade de projetos nessas áreas, seguindo os princípios norteadores do PNDACT. A intersectorialidade é também uma meta a ser alcançada, para congregar ações e áreas de conhecimento dos diversos setores do governo no sentido da implementação dos artigos 17 e 18 (BRASIL, 2010).

É sabido que as ações do governo para cumprir o estabelecido pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco estão sendo desenvolvidas há sete anos, ou seja, curto período para uma avaliação dos seus impactos (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). Da mesma forma que se sucede com o Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco, seu tempo de existência é relativamente mais curto, do que em relação ao período em que a

¹⁶ Doença da folha verde do tabaco é uma intoxicação relacionada ao trabalho, própria da manipulação das folhas do tabaco. A exposição à nicotina é intensificada no momento da colheita, pois à medida que as folhas amadurecem são colhidas manualmente e carregadas junto ao corpo até o local onde serão processadas. A folha molhada colhida nas primeiras horas do dia, bem como os suores do corpo, facilita a absorção dérmica da nicotina. (INCA, 2012c)

indústria tabaqueira vem construindo a “cultura do fumo” junto ao meio rural e à sociedade como um todo, dificultando medir a eficácia das suas ações.

O capítulo seguinte abordará a ação do PNDACT no município de Monte Castelo/SC e como o tema da diversificação em áreas cultivadas com tabaco é discutido pelos agentes locais.

CAPÍTULO II

PRODUÇÃO DO TABACO E DIVERSIFICAÇÃO, SOB AS PERSPECTIVAS DOS AGENTES SOCIAIS DE MONTE CASTELO

Da mesma forma que a cadeia produtiva do tabaco é problematizada em âmbito mundial e nacional, o tema está presente também nas regiões produtoras, como é o caso do município de Monte Castelo, localizado no Planalto Norte de Santa Catarina. Além do aspecto da saúde pública, o debate sobre a produção do tabaco está cada vez mais inserido nos meios de comunicação de massa, nas instituições de desenvolvimento rural e nas associações e entidades representativas dos agricultores. A discussão no município de Monte Castelo acerca do problema da fumicultura tem gerado consensos e dissensos entre os diversos agentes sociais locais que, de uma maneira ou de outra, acabam influenciando os agricultores familiares a continuar plantando o fumo ou aderir aos programas de diversificação produtiva, propostos por meio de programas federais, estaduais e municipais ou diretamente fomentados pela iniciativa privada.

Os primeiros colonizadores que se instalaram em Monte Castelo, em meados do século XX, já cultivavam o tabaco. Todavia, a produção do fumo ganhou expressão econômica e social no final da década de 1980, na medida em que outras culturas, especialmente milho e feijão, não garantiam o retorno econômico para os agricultores. Com a crise desses produtos alimentares, o fumo surgiu como uma alternativa de renda para as famílias de Monte Castelo. O debate acerca da diversificação da cultura do fumo foi desencadeado a partir do final da década de 1990, quando a atividade passou por um momento de instabilidade e de insegurança ao produtor. Nessa ocasião, os agricultores buscaram, mais uma vez, alguma atividade produtiva que trouxesse outra fonte de renda, além do tabaco e dos grãos, surgindo a proposta da produção de frutas e madeira. Porém, a fumicultura continua como principal responsável pela ocupação da maioria das unidades produtivas dos agricultores familiares.

O objetivo deste capítulo é de analisar as formas como os agentes sociais atuam na cadeia produtiva do tabaco em Monte Castelo, procurando particularizar tanto os agentes e organizações que defendem a fumicultura como a melhor alternativa para a viabilização dos agricultores familiares, quanto os que procuram promover a diversificação nas unidades produtivas que cultivam o tabaco. Dessa maneira, procura-se compreender como esses

embates se expressam localmente, na tentativa de influenciar as famílias em relação ao tema da produção do tabaco.

O capítulo está composto de três seções inter-relacionadas. A primeira procura caracterizar a produção agropecuária em Monte Castelo, destacando os processos de expansão e organização das atividades produtivas do tabaco. Na segunda seção, são apresentados os principais agentes locais que atuam junto aos agricultores familiares neste município, no sentido de garantir a continuidade da produção do tabaco, evidenciando os interesses que eles representam e quais são as principais ações que desenvolvem. A terceira seção analisa os posicionamentos das instituições que procuram desenvolver propostas de diversificação nas propriedades rurais e, mais especificamente, nas áreas cultivadas com tabaco. A partir do posicionamento e das estratégias dos diferentes agentes e instituições sociais, procura-se dar visibilidade aos campos instituídos em Monte Castelo, para criar espaços de discussão dessas ideias e a adesão dos agricultores familiares em torno da questão da produção do tabaco.

2.1 A fumicultura no município de Monte Castelo

De acordo com o Histórico das Cidades, do IBGE (2012b), o desenvolvimento de Monte Castelo se deu a partir dos anos 50 com a construção da estrada de ferro e da rodovia BR-116, que faz a ligação norte-sul do Brasil e perpassa a sede do município. As famílias estabelecidas na região passaram a explorar os recursos florestais nativos, principalmente madeira e erva-mate, e a praticar a agricultura diversificada, visando ao autoconsumo familiar e à venda do excedente da produção.

As informações orais, obtidas com moradores mais idosos, indicam que o tabaco já existia na década de 1950, além dos cultivos de milho, feijão, arroz e mandioca. Os dados do Censo IBGE de 1960 mostram que a produção de tabaco já estava presente em Monte Castelo, que, na época, ainda era distrito do município de Papanduva. De acordo com as informações censitárias, foram produzidas 56 toneladas de folhas de fumo (IBGE, 2012b). Mesmo que os dados sejam de Papanduva, os relatos de moradores antigos confirmam a presença do tabaco em áreas que hoje compõem Monte Castelo. O fumo produzido no município, após a secagem em galpão, era vendido para intermediários e empresas fumageiras que atuavam na região. Parte da produção de fumo era utilizada na fabricação do fumo em corda que servia para a confecção artesanal do cigarro de palha, visando ao autoconsumo dos agricultores e atendimento dos mercados locais.

Segundo Mattei (2004), a partir dos anos 60, houve a expansão da atividade tabaqueira em Santa Catarina, incentivada pela empresa Souza Cruz (*British American Tobacco*), tomando o espaço de outros produtos agrícolas alimentares, como o milho, feijão, arroz e mandioca. Desde então, a produção de fumo começou a ser desenvolvida de forma integrada com as agroindústrias. De acordo com os dados da Epagri/Cepa, publicados em 1976, as principais companhias que comercializavam o tabaco no estado eram Cia. Souza Cruz Ind. e Comércio, Flórida S.A., Exportadora Catarinense de Fumos S.A., Tabacos Blumenau S.A. e Verafumos S.A. No entanto, a Souza Cruz tinha um predomínio na comercialização do tabaco (EPAGRI/CEPA, 1976). O depoimento de um agricultor retrata o cenário da produção de tabaco no município de Monte Castelo, na época em que a atividade mudava de um sistema artesanal para um sistema mais intensificado:

Eu comecei a plantar fumo com meus pais nesta época, em 1968, aqui em Monte Castelo. O pai plantava junto com o vizinho e foram os primeiros plantadores de fumo da comunidade de Rodeio Grande, estimulados pela empresa Tabaco, que tinha sede em Blumenau ou Pomerode, não lembro direito. O instrutor vinha por Papanduva, comunidade de Moema, vinha a cavalo pra passar as instruções. E eles plantavam 200, 300 pés de fumo, que dava 200 a 300kg de fumo por safra. Colhiam isso, e os trabalhos eram feitos em forma conjunta, onde reunia cinco, seis famílias para produzir. No final da safra era dividido o dinheiro na proporção de cada um e que dava bem pra todas as famílias. (Agricultor familiar, 61 anos).

Na década de 1970, o sistema de integração cresceu no sul do Brasil, especialmente nas atividades de fumo, frango e suínos, estabelecendo-se como uma das formas de viabilizar a permanência e a reprodução dos agricultores familiares com pouca terra e capital. A integração consistia em uma relação contratual, na qual o agricultor assinava um contrato com a indústria, comprometendo-se em vender a sua produção. Em contrapartida, a empresa fumageira fornecia os insumos para a lavoura e prestava a assistência técnica durante a safra. O interesse da empresa nessa relação é garantir o fornecimento de matéria-prima no tipo, quantidade e qualidade almejados (DIESEL; SCHEIBLER; PALMA, 2001).

Esse modelo de integração agroindustrial, específico no caso do tabaco, favoreceu as mudanças nos processos produtivos, uma vez que o produtor se comprometia a seguir o pacote tecnológico de produção determinado pela agroindústria. O pacote consistia, entre outras coisas, na incorporação de novas variedades geneticamente melhoradas e no uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos. O sistema de secagem das folhas também foi modificado, com a instalação de estufas com fornalhas que utilizavam a queima de lenha como fonte de energia. Após esse processo, as folhas eram classificadas na propriedade,

seguindo orientações determinadas pela agroindústria fumageira. Na sequência, elas eram enfiadas e etiquetadas. No momento da entrega, na agroindústria, o fumo era classificado novamente, por um funcionário que definia a classe final, resultando no valor que o agricultor teria direito a receber.

Por meio do sistema de integração, a agroindústria fumageira ofereceu facilidade para os agricultores ingressarem na atividade, financiando estufas de secagem e máquinas e, principalmente, garantia de compra da produção. Na avaliação do representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Castelo, o sistema de integração agroindustrial apresentava certas vantagens aos agricultores:

Tem aquela situação dos pequenos produtores que tinham que achar uma alternativa e as fumageiras se instalaram aqui. E eles pensaram assim: 'Meu terreno é pequeno, o orientador traz tudo na minha porta, e tenho assistência técnica gratuita, e não tenho um real no bolso e consigo financiar uma estufa. Consigo produzir o ano inteiro. Não pago nada e, aí chega final do ano, entrego meu fumo, desconto as despesas e ainda tenho dinheiro pra comprar um carro, manter a casa, fazer uma cozinha.'

Entretanto, estudos realizados têm mostrado que a relação de integração implica a subordinação do agricultor à agroindústria, estabelecendo-se uma dependência econômica que reduz a autonomia do produtor e as condições de ruptura dessa relação, com uma tendência à sua perpetuação (DIESEL; SCHEIBLER; PALMA, 2001).

Em Monte Castelo, de acordo com as informações do ex-prefeito Lydio Seccom, no início da década de 1970, alguns agricultores estavam aderindo ao sistema de integração, mas a atividade tabaqueira ainda não representava grande força econômica para o município e não envolvia muitos produtores, uma vez que os cultivos de feijão e milho garantiam a renda familiar.

Dessa forma, pode-se dizer que a dinâmica de produção da cultura do tabaco de Monte Castelo apresenta certa relação com aquela relatada por Prieb (2005) em estudos realizados no Rio Grande do Sul. Ao reconstruir os processos históricos da cultura do tabaco, a autora apresenta duas fases de desenvolvimento:

[...] o período anterior a 1965, em que as empresas fumageiras eram, em sua maior parte, de capital nacional e em que a produção agrícola era efetuada em base tradicional; e de um período posterior à década de 70 em que ocorre uma centralização e desnacionalização das empresas, e em que a parte agrícola da produção passa por um processo de modernização [...]. (PRIEB, 2005, p. 26).

A partir dessa periodização, pode-se observar que, em Monte Castelo, a implantação e desenvolvimento da atividade fumicultora apresentou similaridades ao que ocorreu nas regiões produtoras de tabaco do Rio Grande do Sul. Assim, na década de 1980, os mercados do feijão e o milho começaram a apresentar queda nos preços pagos aos produtores. Por se tratar de culturas que representavam importância na geração de renda agrícola, os agricultores começaram a diminuir o investimento nessas atividades e a procurar novas opções de renda. Nesse momento, o tabaco adquiriu uma importância expressiva como uma alternativa de produção e renda para diversificação aos grãos. Mas, como destacam Buainain e Souza Filho (2009), fatores como a evolução do cenário internacional do mercado de tabaco e características climáticas locais também influenciaram na evolução da atividade tabaqueira.

Com base nos dados do IBGE/Sidra (2012c), é possível observar as oscilações nas produções agrícolas do Planalto Norte de Santa Catarina. Na safra de 1986, em relação à informação de área plantada, o feijão foi cultivado em 28 mil ha, o milho em 53 mil ha, a soja em 26,5 mil ha e o fumo em 7,5 mil ha. Segundo o mesmo levantamento, em 2010, houve redução de 67% na área de feijão, que foi produzido em 9.200ha. Nas outras culturas, houve aumento na área plantada: 12% no milho (58.900ha), 385% na soja (102.150ha) e 401% no fumo (30.310ha).

Além dessas informações, a Epagri/Cepa (1996) apresenta os dados que demonstram que, no período entre 1990 e 1995, houve um incremento de 32% na área cultivada com tabaco no Planalto Norte catarinense, indicando uma expansão da atividade na região.

A análise desse cenário indica que a cultura do milho não sofreu uma alteração expressiva se comparada às culturas de feijão, fumo e soja. Uma hipótese para esse fato é de que o milho, além da venda de grãos produzidos, é também utilizado na alimentação das criações dentro da propriedade, fazendo com que o produtor não reduza muito a quantidade plantada. Por outro lado, é possível identificar que, no Planalto Norte catarinense, houve uma redução significativa na quantidade de área produtiva de feijão, uma vez que, como enfatizado anteriormente, a sequência de preços pagos pelo mercado aos agricultores desestimulou o seu plantio.

Com a necessidade de substituir o feijão por alguma cultura que recompusesse a renda da produção, o fumo e a soja apresentaram-se como alternativas viáveis, representadas no aumento de suas áreas cultivadas, conforme os dados oficiais apresentados na tabela 1. Segundo Buainain e Souza Filho (2009), o fumo representou a principal alternativa de renda para a agricultura familiar, por se tratar de uma produção de caráter predominantemente

familiar, onde a contratação de mão de obra representa apenas 8% do total de mão de obra utilizada.

Tabela 1 – Área cultivada com feijão, milho e fumo, em Monte Castelo, no período de 1990 a 2010

Anos	Feijão (hectares)	Milho (hectares)	Fumo (hectares)
1990	2.500	2.400	177
1991	2.250	2.700	159
1992	1.800	2.900	378
1993	1.850	2.900	400
1994	1.525	3.200	362
1995	1.500	3.200	369
1996	672	1.400	350
1997	550	1.800	393
1998	430	1.800	420
1999	560	1.500	398
2000	560	1.500	354
2001	500	2.000	373
2002	560	1.800	430
2003	580	1.800	524
2004	640	1.800	750
2005	600	1.800	868
2006	760	1.800	862
2007	720	1.400	796
2008	520	2.000	707
2009	580	2.000	917
2010	450	2.000	830

Fonte: IBGE (2012c).

A partir da análise dos dados do IBGE sobre a evolução das atividades agrícolas de Monte Castelo, pode-se observar que o município apresentou um aumento similar ao conjunto dos demais municípios que integram a região do Planalto Norte de Santa Catarina.

A partir de 1990, com base nos dados anuais levantados pelo IBGE, nota-se que houve uma diminuição na área cultivada de feijão e um aumento nas de milho e fumo.

Vale notar que, por características climáticas da região onde há grande probabilidade de frio logo após o verão, o uso da terra após o fumo torna-se limitado para outra cultura de verão, como o feijão. O milho, algumas vezes, é utilizado quando a colheita de fumo é encerrada até a segunda quinzena de janeiro. Normalmente, os agricultores implantam uma cultura de inverno, principalmente semeadura de pastagem anual, em sucessão ao fumo.

A queda dos preços pagos aos agricultores fez com que eles necessitassem de alternativas de produção para compensar suas perdas, optando pelo milho e fumo, como observado na tabela 1. Outras culturas com menos expressão agrícola, mas que compunham a diversidade de produção agrícola da propriedade, também apresentaram retração. A partir dos dados do IBGE (2012c), constata-se que o cultivo de arroz, erva-mate, mandioca, batata e cebola chegou a ter redução de 50 a 80% nas áreas cultivadas. Tal processo de redução da diversificação produtiva da propriedade foi relatado pelo representante da Cooperpomares:

Eu trabalhava em 300 profissão. Então eu sou agricultor, trabalho com fumo, com soja, com milho, e eu tinha uma ervateira também. Então eu tinha bastante erva da produção própria. Aí deu a crise e a nossa erva-mate não vendia no mercado interno, só no externo, e foi indo, até que em 94, 95 não teve condições de tocar mais.

A partir do ano de 1996, a redução da área de cultivo mostrou-se ainda mais acentuada para o feijão, mantendo-se até 2010 em níveis bem abaixo daqueles apresentados em 1990. O milho também sofreu um declínio de mais de 50% na quantidade de área plantada em 1996 em relação à safra anterior, mas, na sequência apresentou uma pequena reação, mantendo-se até o final do período com, aproximadamente, 1.800ha cultivados por safra. Importante ressaltar que o milho é componente da alimentação animal, sendo utilizado na pecuária de corte e de leite, avicultura e suinocultura. O milho é matéria-prima na ração ou o grão é fornecido diretamente aos animais. Assim, esse produto é consumido dentro da propriedade e, conseqüentemente, o produtor estabelece um limite na diminuição da sua lavoura sem comprometer a sua produção animal, diferente do feijão e fumo, cujo destino é para “fora da porteira”, ou seja, vendê-los ao mercado.

Os dados do IBGE (2012c) também demonstram que, no início da década de 1990, houve um incremento superior a 100% na área cultivada com fumo. De 1993 a 2001, a quantidade de área cultivada de tabaco não apresentou variação significativa, seguindo uma tendência similar à do milho e feijão. A partir de 2002, ocorreu um incremento na área de cultivo do tabaco, chegando a mais que dobrar os hectares de lavoura, como foi caso das safras entre 2005 e 2010.

A análise dos dados sobre o valor da produção do fumo e sua importância econômica em comparação ao feijão e milho também ajuda a compreender a importância gradativa da produção de tabaco no município de Monte Castelo. Em termos de percentual de participação no montante da produção das lavouras temporárias, observa-se a diminuição da importância econômica do feijão na economia de Monte Castelo, ao longo do período analisado. Em 1990,

a cultura era responsável por 26,69% do valor econômico gerado pelas lavouras temporárias, chegando a um pico de 34,99% na safra seguinte. Mesmo com pequenos sinais de reação durante o período, o feijão não chegou aos valores de produção obtidos no início da década de 1990. Na safra de 2010, o feijão obteve a sua menor porcentagem de participação na produção agrícola de Monte Castelo, com apenas 2,43%. A partir da safra 1994-1995, nota-se que houve uma migração significativa da produção do feijão para o milho e fumo, mas ainda com predominância do milho. Em 1996, o fumo tornou-se a atividade agrícola de maior representação econômica em Monte Castelo, posição que mantém até os dias de hoje, conforme os dados da tabela 2.

Tabela 2 – Valores das produções (mil reais)¹ de feijão, milho e fumo e o percentual de participação (%) no cultivo de lavouras temporárias em Monte Castelo, no período de 1990 a 2010

Anos	Feijão		Milho		Fumo	
	mil reais	%	mil reais	%	mil reais	%
1990	0,190*	26,69	0,016*	23,19	0,007*	10,87
1991	0,099*	34,99	0,094*	33,17	0,026*	9,23
1992	0,445*	16,57	0,734*	27,32	0,760*	28,31
1993	10,80**	23,69	11,14**	24,42	7,01**	15,38
1994	787	21,67	1.060	29,19	951	26,18
1995	200	7,69	1.075	41,31	963	37,01
1996	214	9,41	396	17,41	1.101	48,42
1997	118	3,76	720	22,94	1.530	48,78
1998	159	6,30	674	26,72	857	33,98
1999	404	12,52	778	24,10	1.262	39,10
2000	418	8,95	1.323	28,32	1.516	32,46
2001	300	6,11	1.294	26,37	1.840	37,50
2002	1.075	14,73	1.728	23,67	2.631	(conclusão)
2003	1.260	11,68	2.479	22,99	3.818	35,40
2004	830	5,43	2.754	18,02	6.771	44,31
2005	1.210	8,55	2.221	15,69	7.768	54,88
2006	1.349	10,63	1.901	14,99	6.946	54,76
2007	778	4,77	2.587	15,86	8.134	49,86
2008	1.494	6,62	5.244	23,25	8.147	36,12
2009	1.563	6,41	4.039	16,57	11.869	48,68
2010	616	2,43	4.091	16,13	13.056	51,49

* Valores convertidos de cruzeiros para reais.

¹ Fez-se a conversão dos valores monetários de cruzeiros (1990 a 1992) e cruzeiros reais (1993) para o real, por ser a moeda vigente desde 1994.

** Valores convertidos de cruzeiros reais para reais.

Fonte: IBGE (2012c).

Os depoimentos orais reforçam a ideia de que as lavouras de feijão e milho não asseguravam renda suficiente para a reprodução das famílias dos agricultores. O fumo, em contrapartida, oferecia retorno dos investimentos e garantia a renda agrícola para a permanência das famílias no meio rural. Na avaliação do ex extensionista rural da Epagri, que atuou durante 35 anos no município prestando assistência técnica aos agricultores, a busca de alternativas rentáveis foi o principal motivo da expansão do cultivo do fumo:

Então chegou numa época que o feijão já não era [...] renda, não plantava cinco, sete hectares, naquele tempo já era quase tudo no arado, então não fazia muito. Daí que o pessoal começou ir atrás de alternativa. A grande maioria foi pro fumo. Ele já existia. Só que ele foi cada vez aumentando mais a partir do momento que o feijão e o milho deixaram de ser as atividades que sustentavam a propriedade. Ele começou a se avolumar, daí todo mundo plantava. O pai plantava, daí já arrumava um pedaço pro filho plantar com o dinheiro, daí foi assim.

Além do aspecto da segurança econômica, o tabaco passou a ser responsável pela melhoria nas relações sociais. Segundo o representante do Sindicato dos Produtores Rurais, oriundo de uma família produtora de fumo, ele vivenciou o impacto positivo na qualidade de vida dos agricultores locais com a renda obtida dessa atividade:

Eu, em 1986, quando morava na colônia, fomos a primeira família a plantar fumo na colônia inteira. Então deu aquela coisa assim: 'O que é esse tal de fumo?' [...] Não tinha luz... Nós colocamos luz na casa através do fumo. A primeira motosserra, nossa! A geladeira, por exemplo, o fusquinha que foi comprado. E daí todo mundo viu aquilo e todo mundo começou. E daí o fumo veio, gradativamente daquela época pra agora.

Se, por um lado, o fumo representou a alternativa de geração de renda para os agricultores familiares e tornou-se a principal atividade agrícola de Monte Castelo, por outro lado, na análise da economia agropecuária do município, o tabaco não tem tamanha expressão. Segundo os dados econômicos levantados pela Associação dos Municípios do Planalto Norte (Amplanorte)² dos últimos cinco anos, a participação da atividade fumageira no setor primário do município tem diminuído em relação às demais atividades, principalmente se comparada com o crescimento da produção de pinus e eucalipto. O

² Dados disponíveis em: <<http://amplanorte.org.br>>.

levantamento mostrou que, no ano de 2007, a atividade chegou a uma participação de 24,1% no movimento econômico agropecuário, mas recuou para 11,2% em 2011.

Ao analisar os dados dos parâmetros apresentados, é possível perceber o papel ambivalente da cultura do tabaco em Monte Castelo, uma vez que a importância da fumicultura não consiste, prioritariamente, no valor econômico gerado na economia global do município, mas no fato da sua relevância para o universo da agricultura familiar local. O aumento da área cultivada com tabaco representa não apenas um valor em hectares, mas traduz a realidade de ser uma atividade presente na maioria das unidades produtivas da agricultura familiar do município.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, Monte Castelo apresentava 763 estabelecimentos agropecuários, sendo que aproximadamente 400 propriedades cultivavam tabaco, representando 70,92% dos estabelecimentos (IBGE, 2012a). Essas informações são confirmadas pelo acompanhamento de safra realizado pela Afubra, segundo o qual havia 402 famílias produzindo fumo na safra 2008-2009. Na safra 2010-2011, o levantamento mostra uma diminuição para 328 produtores, mesmo assim representando, aproximadamente, 60% dos agricultores familiares de Monte Castelo.

Entretanto, essa retração pode estar relacionada com o fato de a safra ter apresentado problemas acerca das divergências na classificação do fumo, que implicou o rebaixamento dos valores pagos pela agroindústria fumageira, muito aquém do esperado pelos produtores. Esse descontentamento fez com que algumas famílias não renovassem o contrato de produção para a safra seguinte, como ficou expresso nas entrevistas com os agentes locais:

O momento hoje acho o mais difícil que já teve na história, pelo que nós temos acompanhado aqui no sindicato. Eu tenho escutado muito, que as empresas como tem entrado lá na África e o preço tá baixo, bem menos do que eles esperavam, na questão da classificação. Mas também tenho falado muito pra eles da gestão da propriedade, que eles se organizem melhor. Assim tem algumas questões e aqui em Monte Castelo a gente tem olhado da questão do fumo, toda aquela empolgação do aumento que nós tivemos e daí financiou trator, financiou outras coisas e a propriedade às vezes não comporta isso. Não havia necessidade de fazer estas dívidas. (Representante do SPR).

Neste ano que deu novamente aquela crise do fumo, aquele pessoal de serra abaixo, dos lados de Criciúma, Alto Vale, que parece que teve uns problemas de até fecharem a fábrica e Canoinhas que teve alguns protestos. Teve alguns produtores que chegaram aqui chorando que 'não dá mais! Não sei o que vou fazer!', e tem uns que tão felizes, que falaram que foram bem. (Representante da Epagri/Monte Castelo).

Por conta desses problemas na safra, sobretudo na comercialização do fumo, que transcorreu por um longo período de intensa negociação, na safra 2011-2012 houve uma diminuição de, aproximadamente, 10% na área plantada com tabaco. A prioridade é que os produtores invistam no sentido de melhorarem a qualidade do produto final como forma de garantirem preços que mantenham a rentabilidade que sustente a atividade (EPAGRI/CEPA, 2012).

2.2 A cadeia produtiva do tabaco em Monte Castelo

Com a intensificação da produção de tabaco a partir da década de 1980, a agroindústria tabaqueira passou a exercer uma influência determinante no modo de produção da agricultura familiar em Monte Castelo, por meio do sistema de integração com as famílias agricultoras.

Como no processo de integração produtor-agroindústria quem determina o *modus operandi* da produção é a agroindústria, ao longo do tempo, foi se criando uma homogeneidade produtiva. Ou seja, os produtores produziam tabaco da mesma maneira, uma vez que seguiam o que estava determinado pelo pacote tecnológico, que incluía planejamento de produção, definição dos insumos e produtos a serem aplicados na lavoura, incentivos econômicos e instrumentos financeiros e jurídicos de estímulo, controle e punição. Para a implantação do pacote tecnológico, os agricultores familiares recebiam uma assistência técnica individualizada, por meio de seus técnicos, conhecidos como instrutores ou orientadores, que estavam em contato permanente com os agricultores e as instituições locais. Segundo Paulilo (1990), as empresas fumageiras contratavam os filhos dos agricultores para trabalharem como instrutores, como estratégia de convencer a família a se integrar aos instrutores. Pode-se dizer, parafraseando Mesquita e Oliveira (2003, p. 1), que esse sistema de integração agroindustrial representou a instituição de uma “cultura do fumo, cujos reflexos se estendem até os dias atuais, moldando costumes, comportamentos, relações econômicas, sociais e políticas”.

Com base nas entrevistas realizadas com os agentes locais, é possível perceber que essa “cultura do fumo” acabou sendo incorporada na vida dos agricultores de tal forma que se tornou uma característica do modo de vida do agricultor monte-castelense:

Há, nas próprias famílias, uma cultura de produção já muito arraigada. Ela está presente há algumas gerações. Então, eu acho que esse é outro gargalo para o agricultor diversificar o fumo. (Delegado do MDA/SC).

Um pouco assim com a cultura. É o costume de eles terem a fumageira como assim... É fazer tudo na mão deles. Tudo tá aqui, em casa, só falta colocar no armário pra eles. Isso a gente sentiu no início, pelo fato da compra dos insumos, o agricultor não sabia sair de casa comprar insumo pra cultura que ele tava produzindo [...]. Então agora que eles estão começando a se soltar e andar com as próprias pernas. Mas isso era uma coisa que no início pra eles se não entregasse em casa era um absurdo. Se a cooperativa não levasse, 'olha, tá aqui, você tem que fazer isso, comprar 1,2kg pra você aplicar', não saía de lá. É o costume. Você acaba se acomodando pela facilidade que as outras empresas deram e toda vida dele. [...] Querem que tire do fumo. O filho nasce no meio do fumo e planta e sabe muito melhor que o instrutor. (Engenheiro agrônomo da Cooperpomares).

No período da expansão fumageira em Monte Castelo, as discussões acerca dos efeitos maléficos do tabaco não estavam presentes no âmbito do município, pois a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco ainda era discutida nas reuniões da Organização Mundial de Saúde. Sem essa problematização, a indústria tabaqueira não encontrou obstáculos para o desenvolvimento de suas atividades no município.

Nessa ocasião, enquanto a agricultura à base de grãos passava por um momento de instabilidade econômica, o fumo ocupava uma importância econômica local, tanto diretamente para as famílias produtoras, quanto indiretamente por meio da geração de empregos e no comércio local. Esse aspecto social foi destacado por Buainain e Souza Filho (2009) ao abordarem o tabaco como o responsável pelo resgate da autoestima do agricultor, modernização das relações de trabalho e, principalmente, na promoção e ascensão de membros das comunidades rurais, que, com o passar do tempo, foram se transformando em lideranças e assumindo posições de comando nas instituições locais. Tais mudanças também podem ser notadas em Monte Castelo, uma vez que os principais agentes sociais são oriundos de famílias produtoras de tabaco, fazendo com que se reproduzisse a chamada “cultura do fumo” para dentro das instituições.

Como a maioria dos agricultores familiares de Monte Castelo é produtora de fumo, as instituições que os representam entendem que, ao atuar no sentido da defesa da cadeia produtiva do tabaco, estão defendendo os interesses de seus representados. A crença dos agricultores nas palavras dos seus dirigentes vem da legitimação que as instituições constroem ao longo do tempo, muitas vezes transformando um discurso individual em um discurso consensual do coletivo representado.

Uma das ações dos representantes³ da classe dos produtores de fumo se dá por meio das reuniões que acontecem anualmente com o Sindicato da Indústria do Tabaco da Região Sul do Brasil, para definir os preços e as regras básicas de regulação do setor. Mesmo que a decisão final ainda esteja, em grande parte, nas mãos da agroindústria, Buainain e Souza Filho (2009) analisam que, dessa forma, essas regras deixam de ser unilaterais e passam a ser intermediadas pela interlocução entre os agentes da cadeia levando-se em conta seus interesses.

No município de Monte Castelo, o estudo mostrou que a agroindústria tabaqueira desenvolve projetos em parceria com instituições locais, a exemplo dos dois sindicatos representativos dos agricultores: o Sindicato dos Produtores Rurais e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Segundo o representante do Senar que atua por meio do Sindicato dos Produtores Rurais, existe um programa denominado Empreendedor Rural, que é desenvolvido em Monte Castelo em parceria com a empresa Souza Cruz, cujo objetivo é desenvolver e estimular o poder pessoal dos empreendedores do agronegócio de forma a ampliar sua capacidade influenciadora nas transformações da sociedade e desenvolver competências empreendedoras para atuação em atividades econômicas, políticas e sociais sustentáveis:

A Souza Cruz é parceira nossa do Senar num treinamento que se chama Empreendedor Rural, que nasceu no Senar do Paraná. O programa Empreendedor são 17 módulos, que têm vários temas que são abordados, e ele tem que montar um projeto de execução viável na propriedade dele. [...] Ele faz um inventário, ele levanta os pontos fracos e os pontos fortes da propriedade, a situação financeira, endividamento, aptidão de área, quanto custa a hora/trator. Se ele tem trator, será que aquele trator se paga. E aí, só pra se ter uma ideia, eu tenho oito turmas na minha regional, seis, sete são com fumageiras. A Souza Cruz tá dando um caminho para os seus colaboradores fazerem o curso e correrem o risco dele diminuir a quantidade da produção de fumo pra fazer uma outra atividade que vá conciliar com o que já tem.

Além desse programa, o Sindicato dos Produtores Rurais e o Senar desenvolvem o treinamento de Formação Profissional Rural (FPR), que procura qualificar o produtor na gestão da propriedade e na orientação para a diversificação produtiva dentro de uma visão apregoada pela indústria “*de que para a empresa fumageira é interessante que o agricultor não dependa unicamente da renda do fumo. O que não quer dizer que ele diminua a produção, mas sim aumente uma outra atividade*” (Representante do SPR). Dentro dessa

³ Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e as Federações dos Trabalhadores (Fetaesc no caso de trabalhadores rurais de Santa Catarina).

formação, há uma parceria com a indústria tabaqueira no treinamento dos agricultores em relação à Norma Regulamentadora (NR) – 31, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura.

Em relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a proximidade com a cadeia produtiva do tabaco vem acontecendo no âmbito da Fetaesc, ou seja, tem sua ação estadualizada. Desde a época das negociações acerca da ratificação da CQCT pelo Brasil, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina defenderam uma posição contrária à sua aprovação, justificando que causaria um caos na fumicultura brasileira, em especial às famílias produtoras. Esse discurso estava alinhado ao da Afubra e do SindiTabaco (SCHEIBLER, 2006; BUAINAIN, SOUZA FILHO, 2009). No âmbito do município de Monte Castelo, o representante do STR, que também tem uma história de vida junto à atividade de fumo, defende a posição de que há necessidade de se encontrar novas alternativas produtivas, embora o tabaco ainda seja o cultivo que garante a renda para a manutenção e a reprodução das famílias rurais monte-castelenses: *“O fumicultor está acomodado e dependente da produção do fumo. [...] Os agricultores estão muito dependentes, querem a coisa pronta e isto tem a ver com a cultura da região.”*

Em Santa Catarina, a Fetaesc, em parceria com a Souza Cruz e a Epagri, desenvolve o programa Sustentabilidade da Pequena Propriedade – Produtor 10, com o objetivo de melhorar a qualidade da produção de tabaco e demais atividades produtivas, reduzir o custo de produção, melhorar a qualidade de trabalho e aumentar a produtividade, tendo a família como alicerce no plano de desenvolvimento da propriedade. Com esse programa, a Fetaesc busca aumentar a rentabilidade e gerar sustentabilidade econômica, social e ambiental à família. Nessa ótica, propõe a instalação de hortas e pomares caseiros, sucessão de culturas após a safra de fumo, plantio de reflorestamento como reserva energética e medidas de preservação ambiental (FETAESC, 2012). Segundo o representante do STR, atualmente, não há uma propriedade sendo acompanhada por esse programa, mas já houve manifestação junto à Souza Cruz para que seja implantado no município: *“Em Monte Castelo, nós não temos nenhuma propriedade, mas o meu interesse é de nós fazermos alguma coisa por aqui. É um bom programa e o Produtor 10 não é só direcionado para o fumo. Você trabalha a propriedade dele.”*

De acordo com o Gerente de Sustentabilidade e Produção Agrícola da Souza Cruz, o Produtor 10 é um programa que, juntamente com outros programas da empresa, está inserido

no Programa Propriedade Sustentável, buscando o desenvolvimento sustentável da propriedade, e que tem a Fetaesc como um dos parceiros para a sua implementação:

A Souza Cruz, por conta de todos os programas institucionais que nós temos voltados pra pequena propriedade, seja ela aspecto de comunicação, seja microrregião após o fumo, seja programa reflorestar, seja programa de microbacias, seja programa de plano de retorno de solos, um conjunto de atividades que depois eu posso entregar o material pra vocês, nós identificamos que o Produtor 10, ele estaria embaixo desse guarda-chuva que é o Programa Propriedade Sustentável.

O STR de Monte Castelo participa de uma pesquisa com produtores de fumo que é desenvolvida pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais em nível estadual e federal⁴. O estudo tem o objetivo de levantar os dados reais da produção de tabaco, que poderão ser úteis nas tomadas de decisões políticas e de negociações de preço com as agroindústrias fumageiras, conforme depoimento:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Castelo participa também da pesquisa que a Fetaesc faz em todo o estado, que tem o objetivo de se conhecer melhor o produtor de fumo: quanto plantam de fumo, quem trabalha nas propriedades, o tamanho das propriedades que produzem fumo e outras informações sobre esta atividade. (Representante do STR de Monte Castelo).

As demais instituições desenvolvem programas e ações que envolvem agricultores de uma forma geral, ou seja, produtores de tabaco e não produtores de tabaco. O estudo mostrou que nenhuma delas possui parcerias formais com o setor fumageiro para trabalhar ações específicas em Monte Castelo.

2.3 A diversificação em Monte Castelo

A discussão sobre a produção de tabaco em Monte Castelo, por se tratar de uma região produtora dessa matéria-prima e envolver a maioria das famílias dos agricultores, e as ações no sentido de alterar essa realidade acabam tendo uma grande repercussão. Por isso, trata-se de um tema delicado de se discutir e de se assumir posições.

No município de Monte Castelo, esse debate ocorre sem que haja posicionamentos definidos quanto à cultura do fumo. Porém, quando é abordado o tema da diversificação da

⁴ Foram encontrados registros deste tipo de pesquisa realizada pela Fetaesc em Paulilo (1990) já na década de 1980, que serviam para levantar custos de produção do fumo para embasar as negociações de preços que eram feitas anualmente com o sindicato da indústria tabaqueira.

propriedade agrícola, há um consenso de que ela é necessária para a sustentabilidade do produtor. Assim, a temática da diversificação gera mais consensos que propriamente dissensos entre os diversos agentes sociais comprometidos com o desenvolvimento. Além disso, no município, todas as instituições entrevistadas desenvolvem ações com o objetivo de viabilizar alternativas de diversificação aos agricultores.

A Epagri, em Monte Castelo, desenvolveu nos últimos anos o Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prapem/Microbacias 2), que tinha como objetivo principal a melhoria da população rural com foco no alívio à pobreza. O projeto desenvolveu ações integradas nas áreas ambiental, social e econômica. Segundo o representante da Epagri no município, não havia uma orientação específica para se trabalhar com produtor de fumo, mas sim com o agricultor de uma forma geral. Por meio do Microbacias 2, tem sido trabalhada com os agricultores a estruturação de outras cadeias produtivas no município, principalmente a bovinocultura de leite e a olericultura: *“Eu vejo que a Epagri se preocupa nesta parte da diversificação, tanto que hoje nós temos um projeto de bovino de leite e a questão da olericultura, que seriam, na minha visão, pra pequena propriedade, tirando o fumo, as melhores alternativas hoje.”*

O técnico vinculado à Epagri em Monte Castelo afirma que não desenvolve trabalhos específicos com produção de leite, frutas e hortaliças com vistas à substituição do fumo. No entanto, nota que produtores de fumo estão desenvolvendo alguma dessas atividades, com vistas nas possibilidades abertas pela diversificação produtiva.

Outra organização imbuída nos propósitos de consolidar alternativas de diversificação produtiva é a Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas (Unitagri). A Unitagri atua no sentido de promover atividades de assistência técnica a 1.800 famílias de agricultores nos 14 municípios integrantes do Planalto Norte de Santa Catarina, através da chamada pública de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) 086-10 do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em Monte Castelo, estava previsto o trabalho com 100 famílias.

De acordo com a representante da Unitagri, em Monte Castelo, o objetivo é atingir aquelas famílias rurais que possuem a Declaração de Aptidão Pronaf (DAP) e que estão desprovidas de assistência técnica, visando a desenvolver ações de promoção de renda e desenvolvimento. A chamada pública não estabelece, oficialmente, que sejam priorizados os produtores de tabaco, mesmo eles sendo a maioria no município entre os agricultores familiares. A abordagem junto a essas famílias foi feita de maneira a demonstrar que a proposta não era específica para diversificação ao tabaco:

A chamada pública prioriza os excluídos, os que não estão recebendo esta assistência com o objetivo de tentar dar um rumo, um caminho pra eles seguirem e continuarem na agricultura familiar. A maioria, que a gente tem cadastrados, está trabalhando com fumo mesmo, e tem alguns que já abandonaram a cultura do fumo e estão partindo pra alguma outra coisa. Têm muitos que não querem sair do fumo porque eles ainda acreditam que o fumo é uma opção de renda garantida pra eles todo ano, que todo ano vem um dinheirinho. Mas tem gente já pensando em partir pra outras culturas.

O que a gente propõe é fazer um cadastro dele, da família, pra depois vir a receber visitas de assistência técnica. Mas a gente tem falado que é assistência técnica de uma forma geral na propriedade, no que eles estão trabalhando. A gente não vai querer mudar. Não vai querer mudar que eu digo é radicalizar. Tipo assim: 'Tá plantando fumo, agora vamos parar o fumo, vamos fazer outra coisa porque o fumo não dá'. A gente não propõe isso. A gente propõe que vai fazer visitas e assistência técnica, vai trocar uma ideia com o agricultor e ajudar no que ele quiser ser ajudado, não vai forçar a nada. A gente deixa ele bem à vontade.

Depois de quase um ano em contato com os agricultores do município, a representante da Unitagri ressaltou que a principal dificuldade de adesão foi a desconfiança com que o agricultor enxergou essa proposta:

Têm alguns que acham muito interessante. Aqueles que já são mais abertos e já acham que é interessante ter uma assistência na propriedade pra estar ajudando recebendo visita. Mas tem gente que é bem desconfiado mesmo. Não querem participar, não querem entrar, que acham que depois vai ter alguma conta pra pagar, vai ter alguma despesa pra eles, vai trazer algum problema, e não querem participar. Agora, têm outros que até participam, mas ficam assim, meio que com um pé atrás com a gente e tal.

No momento, a Unitagri está em fase de conclusão dessa chamada pública, mas já iniciou as negociações com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para sua prorrogação por mais 12 meses (TÉCNICOS, 2012). Em Monte Castelo, a meta inicial de 100 famílias foi redimensionada para 80, pois, inicialmente, os agricultores se mostraram desconfiados com o objetivo da proposta e só com o passar do tempo aderiram ao programa.

O Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Castelo, em conjunto com o Senar, também participa de ações orientadas à diversificação das propriedades rurais. Segundo seu representante, o Senar não cria projetos próprios, mas apoia iniciativas de outras instituições, por meio de treinamentos e capacitações tanto em sistemas produtivos como na gestão da qualificação da gestão da propriedade:

Na verdade o Senar não levanta demanda. Ele não faz fomento de alguma atividade. Ele espera que o fomento aconteça e aí ele entra como um colaborador direto. (Representante do Senar).

Então, o que a gente mais tem colocado pra eles é a questão deles serem parceiros com o sindicato, fazendo o curso de Formação de Produtores Rurais (FPR). A gente acha que tem que chegar informação pro nosso profissional pra que eles possam desenvolver outras atividades. (Representante do FPR).

Na avaliação do representante do Senar, os agricultores familiares sentem dificuldades para se inserir em uma nova atividade produtiva, em virtude do conhecimento acumulado durante muito tempo no cultivo do fumo. Nesse ambiente, eles se sentem mais seguros fazendo o que sempre fizeram e mais reflexivos frente às novas ideias e propostas:

Até porque assim, até ontem eles só sabiam produzir fumo, ou eles eram extrativistas, eles trabalhavam muito com produção de erva-mate também. Então, erva-mate e a questão do fumo. E de repente alguém vir e propor alguma outra coisa pra eles, outra alternativa que não seja esta, assusta um pouco. (Representante do Senar).

Na análise do representante do SPR, os agricultores familiares de Monte Castelo colocaram em questão a continuidade do cultivo do fumo, decorrente, em grande medida, das tensões em torno das negociações dos preços do fumo, transcorridas na safra 2010-2011. Os agricultores reclamaram dos preços recebidos, principalmente por causa da divergência em relação à classificação do produto entregue nas indústrias. Paralelamente, o agricultor está aumentando o seu endividamento por conta das facilidades de acesso ao crédito agrícola junto às instituições financeiras, sem muitas vezes haver uma análise técnica da viabilidade de estar adquirindo um bem específico, como, por exemplo, um trator ou um implemento agrícola. Dessa forma, o representante do SPR defende que o agricultor, mesmo com as dificuldades de iniciar uma nova atividade, não deve depender unicamente da renda proporcionada pela produção de fumo:

O momento hoje é o mais difícil que já teve na história, pelo que nós temos acompanhado aqui no sindicato. Eu tenho escutado muito que o preço do fumo tá baixo, bem menos do que eles esperavam, por causa da questão da classificação. Mas também tenho falado muito pra eles da gestão da propriedade, que eles se organizem melhor. Assim tem algumas questões e aqui em Monte Castelo a gente tem olhado. No Banco do Brasil mesmo, do aumento que nós tivemos daqueles que financiaram trator, financiou outras coisas. E assim, a propriedade às vezes não comporta isso. Não há necessidade de fazer estas dívidas.

Vejam que há possibilidades de diversificar. Não é só o fumo que pode dar certo. Mas sabe, é difícil porque eles estão ali agarrados como se fosse uma situação do município como se fosse a última alternativa. Na verdade o nosso município não oferece muita opção, na questão até da mão de obra nas propriedades. Nós não temos gente nas propriedades. No nosso município, as propriedades são pequenas e por isso surge a questão da maçã, do pepino e outras alternativas. (Representante do SPR).

No caso da parceria com a Cooperpomares, os agentes vinculados ao Senar promoveram cursos aos agricultores para capacitá-los na produção de maçã. Também foi disponibilizada a capacitação de um engenheiro agrônomo da cooperativa para que, posteriormente, pudesse prestar assistência técnica aos fruticultores, conforme depoimento do representante do Senar:

O Senar veio a atender esta demanda principalmente na área da maçã [projeto da Cooperpomares], foi em função de um trabalho feito em parceria com a prefeitura. E daí o Senar entrou dando um subsídio técnico trazendo instrutor. Inclusive a gente capacitou, dentro do Senar, um instrutor que era daqui – no caso, na época era a Darana – pra atender a demanda porque ela já era do município, ela já conhecia a realidade e ela tinha o domínio técnico. Uma profissional com informação suficiente pra fazer um excelente trabalho dentro da maçã. Dávamos o treinamento. Juntávamos dois, três produtores de maçã em cada módulo, em cada treinamento, pra que eles pudessem ter aquele 'bê-á-bá', bem tranquilo porque era uma novidade tanto pra eles quanto pra nós, fazer com que este processo acontecesse de forma produtiva.

Na avaliação do representante do Senar, o cenário para se desenvolver ações de diversificação está favorável aos agricultores, principalmente por haver recursos disponíveis, em instituições financiadoras, para apoiar novas alternativas de produção. Entretanto, ele entende que é necessário que o produtor saiba aonde quer chegar e qual a sua aptidão. Por isso, o Sindicato dos Produtores Rurais e o Senar oferecem capacitações, para que os agricultores tenham condições de planejar as novas atividades produtivas:

Volto a te dizer, esta situação globalizada que existe no Brasil é favorável. Esta situação de estar tendo muita linha de crédito pra diversificação de cultura, que não seja fumo. Então, de repente o agricultor vai ter que começar a se organizar. De repente até o programa Empreendedor Rural ajudará a definir quais são as suas afinidades. 'Porque não adianta eu fazer uma coisa que eu não sei ou que eu não gosto'. Dentro do programa a gente prevê isso, ele vê as afinidades. A gente mostra o mundo pra ele e ele decide o que quer. E aí então ele vai buscar informação técnica nos outros cursos do Senar, procura a Epagri, procura a Embrapa, procura outras entidades e vai atrás desta capacitação, com um investimento planejado. 'Então to saindo daqui agora, onde eu vou estar daqui a três anos financeiramente, cinco anos e dez anos'.

Também a diversificação é um tema debatido pelos integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Castelo. Há alguns anos, o sindicato promoveu um projeto que buscava envolver famílias rurais na produção de vime. Segundo seu representante, a ação não foi adiante porque as famílias ficaram desconfiadas com a implantação de uma nova

atividade, por se tratar de cultura muito diferente das que eram praticadas por eles. Ainda hoje, essa dificuldade é sentida quando o sindicato tenta implantar uma nova atividade com o intuito de promover a diversificação nas propriedades.

Entre as principais ações promovidas pelo STR, está o apoio à Cooperpomares, seja na disponibilização de um espaço físico nas dependências do sindicato para a instalação da sede da cooperativa, seja no incentivo junto aos agricultores para trabalharem com a fruticultura. Outros programas também estão sendo desenvolvidos, tais como: compra de alevinos com o objetivo de repovoar o principal rio do município, o rio Canoinhas, visando à pesca artesanal – que neste próximo ano contará com o apoio das agroindústrias fumageiras –; criação de frango caipira; implantação de pomares caseiros; e incentivo à produção de hortaliças para o mercado da feira municipal. Na opinião do representante do STR, além da questão econômica, a diversificação tem um papel importante no autoconsumo familiar. Segundo ele, com o aumento da fruticultura no município, muitas famílias deixaram de produzir seu próprio alimento para comprá-lo nos mercados com a renda adquirida com a produção do tabaco:

A iniciativa do repovoamento do rio Canoinhas foi nossa e já colocamos 53 mil alevinos no rio. A gente procura as pessoas pra patrocinar, já procuramos principalmente as fumageiras. A Souza Cruz é uma baita de uma parceira. Agora a Alliance entrou também. A Continental vai entrar neste projeto. E nós temos uma lista do comércio local que também já ajudou. [...] Pra propriedade, nós trabalhamos bastante na fruticultura, temos uma parceria com a cooperativa que nós damos a sala e trabalhamos. [...] Outra coisa que nós incentivamos é a produção do frango caipira. Eu ia nas propriedades e via as galinhas muito miudinha e hoje já melhorou. E hoje isto está servindo mais para o próprio consumo da família.

O sindicato também pretende atuar em ações para a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do governo federal, que estimulam a compra de alimentos direto da agricultura familiar. Em tese, acredita que esses mercados institucionalizados possam facilitar novas formas de inserção mercantil, a partir do momento em que houver uma produção que garanta o fornecimento de alimentos às instituições locais: *“Estou sempre divulgando para o produtor que tenha condições de produzir o ano todo ou, no mínimo, metade do ano, que nos procure porque a gente vai incentivar e vai ajudar eles e vai organizar. Porque é um programa bom.”*

O Banco do Brasil (BB) sediado em Monte Castelo tornou-se um importante agente do desenvolvimento local, sendo a principal instituição financeira que disponibiliza crédito agrícola. Em entrevista com seu representante, constatou-se que a diversificação agrícola é

reconhecida como uma alternativa para a melhoria da condição do produtor rural. Em função disso, a agência local do BB implantou o programa de Estratégia Negocial Desenvolvimento Rural Sustentável⁵ (DRS), que definiu a fruticultura como a atividade produtiva a ser trabalhada.

A partir de metodologias que priorizam a participação e a inclusão, foram envolvidos agentes políticos, econômicos e sociais locais que, por meio de mobilizações, sensibilização e capacitação, elegeram a fruticultura como a atividade a ser apoiada pelo DRS:

Nós fizemos reuniões com entidades e associações, ou mesmo pessoas jurídicas interessadas em fazer evoluir de alguma forma, ou incrementar um processo que dê certo, pra que se desenvolva economicamente naquele lugar. [...] A partir do momento que a gente, na etapa de sensibilização, identifica a vocação do local, a gente faz uma escolha de atividades. A partir da escolha dessas atividades, a gente considera esses itens aqui de viabilidade econômica, se o mercado é capaz de absorver ou não, capacidade dos agentes em utilizar novas tecnologias, potencial de atividade para gerar trabalho e renda. Tem tudo isso? Tem, daí é feito um diagnóstico de forças e fraquezas, ameaças e oportunidades e, a partir desse diagnóstico, é elaborado um plano de negócio. Esse plano de negócio descreve-se nas áreas de objetivos, orçamentos, projeções, beneficiários e ações. E isso a gente faz tudo com esses atores que estavam lá no início. Depois, a análise de pareceres é feito por consultoria especializada do banco que faz a análise do projeto como um todo. E a fruticultura foi definida em Monte Castelo. (Representante do BB/Monte Castelo).

Dessa forma, para o BB financiar novas atividades agropecuárias, prioriza aqueles agricultores que estiverem inseridos no DRS. Os demais interessados em acessar as linhas de crédito disponíveis pelo agente financeiro, mesmo se tratando de algum projeto de diversificação para as áreas cultivadas com tabaco, não terão diferenciação nos procedimentos para avaliação da proposta:

Porque isso [o DRS] é pra aquele agricultor usar pra comprar um equipamento, um instrumento pra atividade. 'Você participa do nosso DRS?', 'Você era um dos fruticultores?', 'Participo'. Então, ele está habilitado. Daí a gente pega e habilita ele pra ele conseguir essa linha de crédito para o agricultor do DRS [...]. Eu acredito que só a diversificação não vá aumentar o crédito dele ou vá dar uma condição especial pra ele. Eu acredito que não. A única coisa assim, se eles forem aumentando outra atividade, porque eles querem ir diminuindo a cultura de fumo, tipo o exemplo das verduras. Neste caso das verduras e hortaliças, a gente poderia ter mais um DRS. É só a gente fazer novamente esse levantamento de alguma outra atividade que fosse boa pra região. Não há preferência ou vantagem adicional para quem quer

⁵ O DRS foi criado no ano de 2003 pelo Banco do Brasil S.A. como uma estratégia negocial com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural (BANCO DO BRASIL, 2012).

diversificar ao fumo. Só se estiver inserido no DRS. (Representante do BB/Monte Castelo).

A agroindústria tabaqueira também preconiza a diversificação como algo fundamental na propriedade rural. Na entrevista com o gerente de Sustentabilidade e Produção Agrícola da Souza Cruz S.A., é repassada a posição de que a empresa estimula a conservação do policultivo pela família, evitando a dependência econômica a uma única atividade produtiva. No entanto, o fumo é apontado como componente com maior densidade econômica na propriedade e, portanto, não deve estar ausente na diversificação. A partir do fumo é que o produtor deve procurar manter outras atividades:

Nós entendemos e acreditamos que a diversificação faz parte da nossa política de negócios. Que a cultura do tabaco normalmente, ela está inserida na pequena propriedade, no modelo de agricultura familiar, e ela é uma atividade que diversifica a propriedade. Apesar de ela ter uma densidade econômica bastante alta, segundo dados da Afubra, em torno de 60% da receita dessas pequenas propriedades fumicultoras vem do tabaco. Mas que também tem feijão, milho, soja, tem leite, tem aves, suínos, tem peixes, frutas. Então a atividade, a cultura do tabaco usa mais ou menos 15% a 16% do tamanho da propriedade, da pequena propriedade, ou seja, ela não pegou a pequena área que convém à diversificação pra esse negocio, tem uma grande diversidade econômica por motivo da sua sustentação.

Todas essas iniciativas levantadas pela pesquisa possuem em comum o fato de terem a diversificação da propriedade como uma das suas metas. Porém, vale destacar que as propostas das diferentes instituições de desenvolvimento atuam de maneira desarticulada, perdendo-se a oportunidade de potencializar as suas ações. Tal atitude expressa a necessidade que cada uma das instituições tem de mostrar o seu compromisso social com o desenvolvimento do município e dos agricultores familiares, buscando legitimar-se perante o público a que representa, exercendo o seu poder simbólico.

Pode-se dizer que a Cooperativa de Fruticultores de Monte Castelo representa uma das instituições mais comprometidas com os propósitos da diversificação das atividades agrícolas no município de Monte Castelo. O diferencial em relação às outras experiências na região do Planalto Norte catarinense reside no fato de a Cooperpomares ter sido apoiada oficialmente pelo Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Conforme relato do ex extensionista rural da Epagri, a ideia de implantar a fruticultura ocorreu no final da década de 1990, na ocasião em que foram promovidas reuniões nas comunidades rurais para serem levantadas alternativas à produção agropecuária desenvolvida

na época, principalmente a fruticultura e o feijão. Segundo o extensionista, que hoje está aposentado, mas mantém uma propriedade rural, os agricultores viam que a fruticultura praticada em outros municípios, como Fraiburgo e Videira, estava dando bons resultados para os produtores e que poderia lhes dar também. Outro ponto positivo era que a fruticultura, por apresentar uma alta densidade econômica, era uma alternativa adequada para as pequenas propriedades do município, que, na sua maioria, eram produtoras de fumo. As primeiras experiências foram com caqui, mas não deram certo porque a safra da fruta ocorria no mesmo período da safra do fumo, e os agricultores acabavam priorizando esta última:

Na verdade, não sei bem precisar a data, se foi em 97 ou 98. Tinha uma estratégia da Epagri de ir na comunidade, reunia o público, e a gente pedia pra eles se dividirem em grupos e cada um dizia os pontos fracos e pontos fortes da realidade que estavam vivendo. E o que eles queriam da saúde, educação, de estrada e da agricultura. Naquela época daí um dos itens mais solicitado já era de novas alternativas, certo?! Naquele tempo então eles já citavam a fruticultura como uma saída pra eles. Uma área pequena e tal. Então, eles olhavam assim que, em Fraiburgo e Videira, o produtor tem uma área pequena e tinha um carro na garagem, uma casa boa e pensavam: 'Os caras tão bem com a fruticultura e plantam um pedacinho. Por que nós aqui estamos assim?'

Daí, nós começamos com o caqui, porque sempre diziam que o caqui era tão fácil de produzir que nem aipim. E era realmente. O custo era fácil e tal [...]. Mas não deu certo, por quê? Porque o produtor plantava e ele ia lidar com fumo. Quando sobrava tempo ele ia lidar com o caqui, porque não era a principal atividade dele. Daí não deu certo.

No final de 1998, o engenheiro agrônomo Jânio Seccon, que trabalhava na empresa Fischer de Fraiburgo prestando assistência técnica em fruticultura, voltou a morar em Monte Castelo e implantou um pomar de maçã na sua propriedade. Segundo o ex extensionista rural da Epagri que atuava nessa época, a ideia era fomentar a atividade no município e, para tanto, foram realizados dias de campo⁶, com o objetivo de apresentar os resultados alcançados com o pomar implantado e as perspectivas da produção de maçã, como alternativa para diversificação da propriedade. A partir de então, a atividade começou a se desenvolver em Monte Castelo:

No final de 98 meu cunhado [Jânio Seccon] que trabalhava 15 anos na Fischer saiu da empresa lá e veio pra cá. E como ele entendia bastante de maçã, ele implantou o primeiro pomar. Ele fez um pomar em sociedade com mais um produtor. Ele plantou o dele, e daí nós começamos a usar aquilo para fazer os Dias de Campo [...].

⁶ Dia de Campo é um método de extensão rural com o objetivo de difundir novos conhecimentos que podem ou não ser adotados pelos participantes. Podem ser mostrados, entre outros, inovações técnicas e resultados alcançados em termos de produção, produtividade e renda. Ele promove também o intercâmbio de ideias e negócios entre os agricultores e os demais agentes presentes (OLINGER, 2001).

Esses Dias de Campo agitavam mais de 200 pessoas aqui. Vinham da região toda. Acho que nunca baixou de 200 pessoas o Dia de Campo que dava.

Na sequência, foi fundada a Associação dos Fruticultores de Monte Castelo com aqueles agricultores que iniciaram o plantio de maçã. Conforme depoimentos orais dos extensionistas da Epagri, a maior dificuldade era a de acessar financiamento para investir na implantação do pomar, que era considerado um valor alto, e o Banco do Brasil ainda não tinha certeza da viabilidade do projeto. Esse problema foi minimizado com a definição da fruticultura como a atividade priorizada para o programa DRS da agência do Banco do Brasil:

Esses produtores que começaram com a fruticultura fizeram a associação. Começou com dois, daí passou pra sete, e daí começou a formar, e a associação cresceu. [...] Eu sempre vivia com um pé atrás porque o custo era muito grande. Uma implantação de 1 hectare de maçã custava 24 mil reais. Então daí começou esse aqui, saiu aquele outro pomar lá. E daí começou o maior problema, que era financiamento. O banco não aceitava a área pequena porque era do produtor e não podia dar em garantia, e o produtor não tinha outra área pra dar garantia. (Ex extensionista rural da Epagri/Monte Castelo).

Isso aqui só deslanchou quando deu o DRS aqui, o Desenvolvimento Regional Sustentável, através do Banco do Brasil. Foi feita a reunião com o CMDR [Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural] e entre o pessoal, escolheu a fruticultura do município para atuar aqui. Daí deslanchou e fez com que as pessoas que estão no banco acreditassem no projeto. (Representante da Epagri/Monte Castelo).

No entanto, a proposta de diversificação com a fruticultura não foi necessariamente direcionada aos produtores de tabaco. Desde o começo, a associação esteve composta de produtores e não produtores de fumo. Na opinião dos técnicos, a necessidade de se estimular uma nova atividade veio como uma forma de os agricultores compensarem as perdas no rendimento econômico, principalmente do feijão, milho e fumo, e garantirem, assim, a manutenção e reprodução das famílias rurais.

Outro fator favorável ao projeto foi o envolvimento e a participação das instituições locais. Para a implantação da fruticultura, a associação recebeu apoio da prefeitura municipal e estabeleceu parcerias com o Sebrae, Epagri, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato dos Produtores Rurais, no intuito de organizar uma cadeia produtiva da fruticultura no município, principalmente a produção de maçã:

Tranquilo, todas as parcerias são boas, um relacionamento muito bom. Se tem algumas discussões, são normais. Eu acho que colocando na balança o que somar os pontos positivos e tirando a parte ruim, daí tá sobrando o positivo. (Engenheiro agrônomo da Cooperpomares).

Sim, tanto que hoje um dos produtores de maçã é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Então, por ele ser produtor, ajuda. O outro sindicato [Sindicato dos Produtores Rurais] também é tranquilo até porque na época o presidente era o Pedrão. Então estavam todos unidos, sempre divulgando e comentando. (Representante da Epagri/Monte Castelo).

A Associação dos Fruticultores de Monte Castelo foi fundada em 2002 e tinha como sócios, além dos agricultores, também os técnicos da Epagri, engenheiros agrônomos autônomos e da prefeitura de Monte Castelo. Mesmo com o fortalecimento da associação, em virtude dos diversos apoios institucionais e do aumento da produção, sua limitação era a impossibilidade legal de comercializar a produção dos seus afiliados. Com tal limitação, o debate confluiu para a necessidade da criação de uma cooperativa. Dessa forma, em junho de 2005, foi fundada a Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense (Pomaris), com 32 sócios e sede estabelecida em espaço cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Castelo. Em 2008, sofreu uma alteração estatutária, passando a denominar-se Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense (Cooperpomares), e, atualmente, conta com 76 associados e com uma abrangência em 13 municípios do Planalto Norte catarinense.

A proposta original do desenvolvimento da fruticultura e da criação da associação dos fruticultores em Monte Castelo tinha por objetivo proporcionar uma alternativa de renda aos agricultores em geral e não especificamente aos produtores de fumo. Entretanto, no ano de 2005, no contexto da criação da cooperativa, ficou evidenciado que a fruticultura poderia servir como uma alternativa à produção de tabaco, tanto no documento da Cooperpomares (2010), como no relato do engenheiro agrônomo da cooperativa:

Devido ao sucesso destes, agricultores de outros municípios quiseram entrar na atividade da fruticultura como alternativa ao cultivo do tabaco, sendo ela uma atividade de alta densidade econômica, se tornando uma excelente opção, pois as propriedades são pequenas e necessitam de atividades deste porte. (COOPERPOMARES, 2010, p. 6).

Sim, em 2005 já se falava como uma opção de saída do fumo. Já tinha essa vontade de sair do fumo, tirar o agricultor do fumo. Dar uma opção pra ele sair do fumo e ir pra alguma outra coisa. (Engenheiro agrônomo da Cooperpomares).

Além da comercialização dos produtos e compra de insumos, a cooperativa também presta assistência técnica aos cooperados. Segundo o engenheiro agrônomo da

Cooperpomares, desde a sua criação, em 2005, esse trabalho era realizado por técnicos contratados pela prefeitura de Monte Castelo, em parceria com a Epagri e sindicatos.

Em 2008, houve o primeiro contato da Cooperpomares com o PNDACT, por meio da participação nas reuniões do Programa Territórios Rurais⁷, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que está sendo desenvolvido no Planalto Norte de Santa Catarina. Nesses eventos, a equipe técnica da cooperativa foi informada de que havia recursos do PNDACT para serem aplicados em ações e projetos orientados ao desenvolvimento de propostas de diversificação em áreas produtoras de fumo. Conforme entrevista com o engenheiro agrônomo da Cooperpomares, a partir da safra 2009-2010, foram contratados agrônomos pela cooperativa com recursos provenientes do convênio com o PNDACT/MDA, para serviços de assistência técnica e extensão rural, que contribuíram substancialmente para padronizar o manejo dos pomares, repercutindo na melhoria da qualidade da fruta colhida, que é de suma importância para a comercialização da produção dos cooperados.

Atualmente, a cooperativa não recebe mais recursos do PNDACT. Cada município pertencente é responsável pelas despesas com a assistência técnica aos associados, conforme depoimento do engenheiro agrônomo vinculado à cooperativa:

Hoje, Monte Castelo conta com dois técnicos. Mas ela sempre lida com a contratação de dois ou um, de repente três, conforme é a época. Como caiu o número de sócios, dois estão conseguindo lidar com a assistência aqui. Mas a cooperativa contrata assistência pra Monte Castelo. Outros municípios, como Irineópolis, contrata particular. Santa Teresinha contrata particular. Canoinhas tem apoio da prefeitura.

Perante o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Cooperpomares continua sendo um projeto apoiado pelo PNDACT. Segundo relatório publicado pelo MDA (BRASIL, 2010), no qual apresenta um balanço das ações do PNDACT, a Cooperpomares aparece como beneficiada com recursos para a contratação de serviços de assistência técnica em fruticultura para os cooperados que estejam fazendo ou pretendam fazer a reconversão de suas propriedades, da fumicultura para a fruticultura. Entretanto, segundo informação do engenheiro agrônomo da cooperativa, com o término do convênio, em 2010, não houve mais um contato oficial entre o programa nacional e a cooperativa.

⁷ O Programa Territórios Rurais apoia a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa. O objetivo é garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como acelerar processos locais e subregionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados a redes de apoio e cooperação solidária (MDA, 2012a).

Em maio de 2009, a Cooperpomares foi apresentada em um seminário promovido pelo MDA, com o objetivo de discutir com agricultores e governo, alternativas ao cultivo do tabaco. Porém, quando arguidos sobre o que conheciam do PNDACT e se o reconheciam no apoio à Cooperpomares, os agentes locais foram superficiais em suas respostas, demonstrando que o programa ainda é pouco conhecido no município. A vinculação maior foi feita quando relacionado ao Programa Territórios Rurais, ou o recurso vindo diretamente do Ministério e não de um programa específico:

O PNDACT teve aqui através da Cooperpomares, via Programa de Território que os articuladores foram avisados que a cooperativa tinha sido beneficiada por aqui [...]. Que eu saiba, só o pessoal da Cooperpomares foi pra Curitiba se apresentar num seminário que o MDA organizou. E pelo que eu soube, eles foram um dos últimos a serem apresentadas lá, e muita gente veio após a apresentação agradecer porque era o mais que tinha consistência. (Representante da EPAGRI/Monte Castelo).

Quando entrei a Darana [engenheira agrônoma contratada com recurso do PNDACT] já enfocava muito isso. Esse trabalho ela fazia muito bem com os associados e ela era paga com o dinheiro do MDA. (Representante da Cooperpomares).

Por esses motivos, constata-se que os produtores de tabaco não estão se sentindo atingidos pelas ações desencadeadas por intermédio da Convenção-Quadro e que as iniciativas de diversificação se devem ao fato de eles construírem alternativas produtivas para diminuir a produção de fumo e não depender unicamente de uma cultura. Segundo o representante do Senar, os agricultores estão organizando a família para viabilizar o desenvolvimento de novas atividades sem estar preocupados com as medidas de controle ao tabagismo, uma vez que não se sentem incluídos nesse debate:

Não, já vem há alguns anos. A preocupação deles não é por causa desta história que o fumo vai acabar, porque eles sabem que isso não é real. Mas assim, de tentar o marido ficar no fumo, plantar menos e os filhos cuidarem do fumo. E a esposa ter uma outra atividade, para eles ter uma outra fonte de renda.

Em relação às dificuldades de implementação do PNDACT e da diversificação em si, o delegado do MDA em Santa Catarina avalia que existe a necessidade de uma articulação maior das diversas esferas governamentais. Segundo ele:

Não há pactuação do ponto de vista das estruturas públicas [...] governo federal, estadual e municípios, de realmente enfrentar a questão de diversificação, para oferecer alternativas que gerem segurança. Esta pactuação, ela não existe. Então,

há uma ação, compromissos que na verdade [...] é compromisso do Brasil quanto Nação em relação à questão das providências da Convenção-Quadro, é uma questão que é uma lei da República Federativa do Brasil, mas penso que as ações que são ainda muito iniciais [...]. Esta pactuação que poderia ser feita de forma mais explícita, do ponto de vista de comprometimento das estruturas públicas pra gerar oportunidades.

Ele acredita que, com um maior envolvimento de prefeituras e governos estaduais, o número de famílias atendidas seria maior e com possibilidade de aumento de recursos para as ações de diversificação e que isto requer postura dos governos. Atualmente, o PNDACT faz chegar suas ações nos municípios por meio de parcerias com instituições que atuam localmente junto aos agricultores. O delegado do MDA/SC avalia que o fato de não haver um agente do governo federal, especialmente algum representante do PNDACT no município, com a incumbência de estabelecer a interlocução direta com as instituições locais, prejudica a visibilidade do posicionamento do governo em relação à diversificação ao tabaco:

Nós tivemos, no caso do Planalto Norte, ações que foram financiadas na diversificação na cultura do tabaco. Tivemos lá, em Monte Castelo, parcerias com a cooperativa Cooperpomares. Nós tivemos, via a Universidade Federal, a Fapeu, Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão Universitária, também uma outra ação entrando o Sebrae, Epagri, Ciram. Outra ação importante, eu diria assim mais estruturante, que envolvia desde planejamento, discussão e diagnóstico dos potenciais das culturas de diversificação, mas mais voltado para a questão da fruticultura em si.

De acordo com os depoimentos abaixo, os representantes das instituições locais relataram que, se não há uma clareza da ação do Programa Nacional no apoio à Cooperpomares, também não foi observada reação explícita, por parte da agroindústria tabaqueira, no intuito de desincentivar o fomento à fruticultura na região:

Eles, os técnicos das fumageiras, sempre orientavam o produtor a ter uma atividade além do fumo. E, no começo, nós chegamos a plantar fumo no meio da maçã, fumo no meio do caqui, sem problema nenhum. Até porque assim, se hoje o produtor de fumo planta 1,8 hectare a 2 hectares de fumo, a maçã vinha com 1 hectare só, metade do fumo. (Ex extensionista rural da Epagri/Monte Castelo).

O que eu tenho visto é propaganda nas próprias revistas delas [das agroindústrias] falando que elas também querem a diversificação. Mas isso é propaganda. Além do fumo, o pessoal ter aquelas hortas. Agora não sei até que ponto, que nível. Além do fumo, mas não a substituição. (Representante da Epagri/Monte Castelo).

Eu nunca percebi delas isso. Até por contatos que nós temos, o pessoal de assistência que a gente se encontra em diversas vezes, e nunca percebi isso, nunca. Não sei se eles não demonstram, mas eu nunca percebi. (Engenheiro agrônomo da Cooperpomares).

Eu acho até que eles sentem um pouco. Um dia eu tava conversando, com um orientador da Universal ali em baixo, e ele e o amigo dele também estavam falando que não ia pra frente a fruticultura, porque envolve muito recurso, parcerias. E as vezes alguma coisa começa a mancar. Eles acham que não vai decolar. Mas oficialmente assim, das empresas, nunca teve problemas. (Representante da Cooperpomares).

No campo das relações institucionais, ao mesmo tempo que as informações coletadas mostraram que a agroindústria tabaqueira não manifestou reações contrárias ao desenvolvimento da Cooperpomares, os agentes apontaram a disputa pelo poder político na administração municipal como um grande entrave para a consolidação do projeto. Desde a formação da associação dos fruticultores, no final dos anos 90, até o início do funcionamento da cooperativa, a administração municipal promoveu a produção de frutas no município, principalmente a maçã, por meio de contratação de equipe técnica para prestar assistência aos produtores, compra e repasse de máquinas e equipamentos para que não houvesse necessidade de investimento inicial por parte dos fruticultores. A partir das eleições de 2008, ocorreu a mudança na direção da prefeitura e com ela houve uma mudança de postura do poder público local em relação à Cooperpomares. As informações levantadas nas entrevistas revelaram que o prefeito eleito, por ser filiado ao partido de oposição ao do prefeito anterior, decidiu não apoiar os produtores de frutas da forma como estava acontecendo no mandato anterior. Entretanto, para alguns agentes locais, tal situação gerou um ponto positivo, porque fez com que a cooperativa não ficasse na dependência da prefeitura para desenvolver suas ações, obrigando os agricultores cooperados a assumirem custos que antes eram pagos pelo poder público:

Porque o Janio implantou um pomar e um dia convidou o prefeito pra visitar a propriedade dele onde tinha plantado a maçã. Daí ele viu que era viável na pequena propriedade, na questão da renda, e a partir daquele momento foi feito um projeto de fruticultura para o município. [...] E dentro da política municipal também, as pessoas mudam muito. Entendeu? Então são quatro anos para uma prefeitura. E dentro da prefeitura mesmo, também ocorrem estas mudanças. Teve a época que apoiou, e depois a coisa mudou. (Representante da Epagri/Monte Castelo).

O prefeito anterior, que não é a prefeitura atual, apoiava o projeto. Ela lançou o projeto de incentivo ao plantio de frutas. Tinha-se pela prefeitura a assistência semanal, e era só o Janio. Daí cresceu e precisou de mais um e daí me contrataram. (Engenheiro agrônomo da Cooperpomares).

Eu assumi a presidência a partir do momento que entrou o prefeito aqui, que era da minha sigla partidária. A partir do momento que ele ganhou a eleição, ele abandonou o projeto, que era um projeto do prefeito anterior. Daí eu conversei com o prefeito e disse ao prefeito assim: 'Se você assumir a cooperativa eu retorno a dar assistência'. [...] Então, quando dava qualquer probleminha aqui e a parte política

fazia um estouro grande. [...] Nós tínhamos convênio [para o pagamento de assistência técnica] com a prefeitura, e o prefeito disse que cooperativa dava prejuízo pra ele, e daí nós tivemos que descontar pela primeira vez a assistência técnica do agricultor. [...] Sim, que a cooperativa pagou a assistência, só que ela tinha um convênio com a prefeitura, e o prefeito não pagou. (Representante da Cooperpomares).

E hoje, infelizmente eles não estão tendo esta parceria com a administração municipal, que eu acho que é um dos entraves também. Porque antes a prefeitura pagava o técnico pra fazer as visitas nas propriedades. Nós tínhamos pulverizadores para fazer todas as aplicações nos pomares. Eram três, quatro pulverizadores e eles faziam tudo. Era rotativo, existia todo um trabalho em movimento. (Representante do Senar).

E hoje eles tão bem. A prefeitura neste caso está falhando na questão como parceiros. Como eles não estão podendo contar, eles tão engatinhando sozinhos. Olha, eles já estão construindo esta unidade deles, já estão pensando na questão de toda a logística de como vai classificar, como vai agregar preço. Já pagaram assistência técnica. Cada um pegou seu dinheirinho e já que não tem, não dá para contar com a prefeitura, não dá para contar com fulano... Eles já estão pensando em andarem sozinhos. E eles estão fortes, estão empolgados. Os que sobraram, porque eles estão conscientes das dificuldades, eles já estão nesta questão de preço. Eles já estão pensando em quatro, cinco, dez anos lá na frente. Então eu to vendo que os 76 associados estão empolgados e tendo parceria, ou não tendo, eles vão até o fim. Até eu comentei das dificuldades com estas crises, e eles disseram que 'não tem crise não. Nós estamos bem. Nunca estivemos tão bem. Agora, nós queremos que alguém nos ajude. Mas também se não nos ajudar, nós vamos.' Ai, eu vejo que, sobre aquela dependência que nós falamos, eles estão assim: o que vier é lucro, mas nós vamos tocar. (Representante do SPR/Monte Castelo).

Pelas razões acima elencadas, concluiu-se que o tema da diversificação passou a ser uma temática de convergência de ações institucionais, defendido como uma necessidade para a manutenção e reprodução da agricultura familiar. Porém, observou-se que o tema diversificação assume diversos significados, conforme os jogos de interesse de cada instituição.

Na questão da produção do tabaco, os argumentos a favor e contra essa atividade são colocados de forma a não deixar claro o posicionamento institucional pelos seus representantes. O público assistido é, na sua grande maioria, de produtores de fumo, e uma postura contrária à atividade fumicultora na região implicaria que o agente fosse de encontro aos interesses de seus representados. Por outro lado, defendendo a permanência da produção de tabaco, estaria legitimando uma relação polêmica entre agroindústria e produtor. Dessa maneira, percebe-se que há diferentes interesses em torno dessa atividade produtiva, cujos agentes exercem um poder e elaboram discursos que nem sempre são claramente percebidos pelas coletividades. Bourdieu (2010, p. 7-8) exprime essa situação quando afirma:

Num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro,

não é inútil lembrar que [...] é necessário saber descobri-lo onde se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

Por isso, ao assumir a diversificação como um tema importante nos projetos de desenvolvimento local, os discursos são dirigidos em defesa do agricultor familiar, produtor de fumo, e não em defesa da empresa fumageira. Com isso, a instituição procura manter sua independência e retira de si uma responsabilidade incômoda de se posicionar em relação contrária à cadeia produtiva do tabaco.

Dessa forma, compreendendo o contexto a que se remeteu a reflexão dos entrevistados, pode-se concluir que a produção de tabaco foi fundamental para se garantir a permanência e a reprodução da agricultura familiar de Monte Castelo, quando culturas como feijão e milho não proporcionavam renda suficiente para o sustento das famílias. O atual contexto é diferente, pois há um conjunto de alternativas de diversificação que pode ser acessado pelos produtores, embora essas propostas ainda não apresentem segurança suficiente para que os agricultores as incorporem em seus sistemas produtivos.

Todas essas ações, tanto da agroindústria tabaqueira como das instituições locais, exercem uma influência nos agricultores familiares do município e, conseqüentemente, nas suas escolhas.

CAPÍTULO III

AÇÕES E PERCEPÇÕES DOS PRODUTORES DE TABACO DE MONTE CASTELO FRENTE À PROPOSTA DE DIVERSIFICAÇÃO

Para analisar as práticas sociais dos agricultores familiares de Monte Castelo, diante da produção de tabaco, é necessário conhecer a formação sócio-histórica desses agentes sociais e os processos de socialização dos indivíduos, a fim de atribuir sentidos e representações às experiências vividas. Destarte, busca-se analisar os elementos que auxiliam na compreensão de um sistema de orientação dos agricultores das atuações, ora consciente e ora inconscientemente, na construção de significados e escolhas das suas estratégias produtivas.

A população de Monte Castelo é caracterizada pela forte presença de colonizadores europeus que se estabeleceram na região no final do século XIX. Até meados dos anos 60, os agricultores conseguiram reproduzir-se socialmente, a partir do extrativismo florestal e da produção agropecuária diversificada, orientada ao autoconsumo familiar e venda de excedentes mercantis. Desse período em diante, os agricultores familiares de Monte Castelo foram migrando de uma economia baseada na diversificação produtiva de grãos para a produção de fumo. Em consequência desse processo, a atividade tabaqueira alcançou importância econômica e social no município, levando a uma dependência dos agricultores familiares em torno da produção de fumo, a tal ponto de se estabelecer uma “cultura do fumo”. Para compreender a posição desses agentes frente à produção do tabaco, é preciso levar em consideração a sua trajetória de vida e o desenvolvimento de um espaço social e econômico que foi construído ao longo dos anos, tanto individual como coletivamente.

Concomitante a esse cenário, há uma ação global por meio da Convenção-Quadro, no sentido de se combater o consumo de produtos derivados de tabaco, que tem como desdobramento o desenvolvimento de ações que apoiem projetos produtivos alternativos às áreas com fumo, valorizando e estimulando a diversificação da propriedade, como o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em Monte Castelo, o principal projeto desenvolvido foi o estímulo ao plantio de pomares comerciais, com ênfase na maçã, por meio da Associação dos Fruticultores de Monte Castelo, que, posteriormente, deu origem à Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense.

Este capítulo tem como objetivo estudar os diversos projetos de vida, ações e concepções tanto daqueles agricultores produtores de fumo que aderiram à proposta de diversificação das áreas produtoras de tabaco, como dos que não aderiram.

Ao longo da pesquisa, foram identificadas as diversas trajetórias produtivas dos agricultores, para apontar as escolhas no sentido da diversificação das atividades produtivas: a substituição total da produção de tabaco pela fruticultura; a diversificação produtiva da propriedade, mas sem eliminação do tabaco; a implantação da nova atividade, que retornou ao cultivo exclusivo de fumo; e, até mesmo, a desistência de ambas, fumo e fruticultura, e busca de uma terceira atividade de renda. Por fim, há aqueles que escolheram não implantar a nova alternativa produtiva.

O terceiro capítulo está estruturado em torno de três temas inter-relacionados, a saber: a origem da produção de tabaco nas famílias, a diversificação nas propriedades pesquisadas e, por fim, o posicionamento daqueles que não aderiram à diversificação. Assim, na primeira sessão, procura-se analisar a origem da produção do tabaco nas famílias, a fim de compreender as razões da integração nessa cadeia produtiva e as percepções dos aspectos positivos e negativos da produção. Na segunda, busca-se identificar o reconhecimento da ação do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco e a influência dos agentes locais na proposta de diversificação aderida pelos agricultores familiares. Apresentam-se, também, os fatores que influenciam a escolha dos produtores de tabaco frente às possibilidades de diversificação da produção, a definição de estratégias produtivas da família, bem como o cenário projetado para os filhos e a relação com a sucessão hereditária da propriedade. A última sessão apresenta os motivos que influenciam os produtores de tabaco a não aderirem à proposta de diversificação, optando pela manutenção do sistema produtivo atual.

3.1 Agricultores familiares e a produção de tabaco

As entrevistas com os agricultores familiares de Monte Castelo mostraram que o convívio com o plantio de fumo retoma os tempos em que moravam na propriedade de seus pais. Dessa forma, a reprodução familiar baseada na produção do tabaco foi, pouco a pouco, formando um estilo de vida ao longo das gerações. A escolha em continuar com o cultivo do fumo é tratada, no mais das vezes, como algo herdado e natural, em que, segundo Prieb (2005), o saber acumulado pelo produtor torna-se um elemento importante na continuidade de um processo que vem se desenvolvendo entre pais e filhos.

O aprendizado do cultivo do fumo, possibilitado pelo convívio intergeracional, influenciou decisivamente na escolha dos agricultores familiares de Monte Castelo pela continuidade dessa atividade, independente da diversificação da propriedade. Assim, após o casamento e constituição de uma nova unidade produtiva, o cultivo do tabaco assumiu espaços importantes na organização econômica e produtiva das famílias:

Olha, no que é meu mesmo fazem mais ou menos 30 anos que planto fumo. Trabalhava já antes, sempre com fumo [...]. Porque era única coisa que dava mais. Meu pai já plantava. Logo que eu me casei eu arrendava os campos e sempre plantei fumo. (Agricultor familiar, 60 anos).

Eu plantei fumo a vida inteira, eu nasci, o pai plantava fumo, e assim foi. (Agricultor familiar 41 anos).

Faz 40 anos já que mexo com fumo. Eu plantei solteiro três anos, junto com os pais. Daí eu casei e fiz a minha estufa. (Agricultor familiar, 62 anos).

Em outros relatos orais, os agricultores familiares ressaltam, com certo orgulho, as longas experiências no cultivo do fumo, acumuladas desde a época em que auxiliavam na lavoura de seus pais, demonstrando que a continuidade do cultivo do tabaco vai além dos resultados econômicos e da segurança oferecida pela integração. Ela está também associada com as representações da produção de fumo e com os vínculos da tradição familiar de produção. Esta característica surgiu de forma mais contundente em relatos das famílias que não aderiram à proposta de diversificação:

Nós começamos o plantio de fumo desde a época com os meus pais aqui em Monte Castelo, em 1968. Meu pai e mais um vizinho foram os primeiros plantadores de fumo da comunidade de Rodeio Grande, estimulados pela empresa Tabaco. Depois nós casamos e eu mais a mulher continuamos plantando fumo. Decidimos plantar porque nós já produzíamos e sabíamos que, pela quantidade de terra, era essa atividade que a gente sentia mais segurança e que aí ia dar pra viver. Então o que primeiro incentivou a gente a plantar o fumo foi tanto pela parte da família da esposa, como pela minha, que vinha plantando. (Agricultor familiar, 61 anos).

Eu tenho 31 anos e desde cedo já ajudava meu pai no fumo. Eu ajudava o pai sempre, e ele sempre plantava fumo. Daí ele parou, faz acho que uns dez anos, daí eu continuei junto com meu irmão. Daí, meu irmão fez o pomar e também parou com o fumo. Eu to continuando por causa que não tinha o que fazer. Eu não tinha uma renda e resolvi continuar. (Agricultor familiar, 31 anos).

Eu trabalho com fumo desde a época do pai. Olha, o pai foi quem começou o fumo ali. O primeiro plantador, ele que começou. Daí eu casei e continuei, pois já tava naquele ritmo e tá até hoje. (Agricultor familiar, 40 anos).

Vale destacar a trajetória de um casal de agricultores familiares que, após o casamento, optou por uma nova vida fora do meio rural e migrou para a cidade. Depois de alguns anos sem obter os resultados econômicos esperados, eles decidiram voltar a trabalhar com atividades agropecuárias e encontraram no tabaco a melhor alternativa de produção para a sua manutenção e reprodução, da mesma forma que os pais já faziam. Nesse caso, há uma demonstração do quanto a atividade tabaqueira representa uma alternativa de fácil entrada e de baixo risco para quem quer iniciá-la, conforme relato da agricultora:

Primeiro nós casemo e fomos pra Mafra tenta a vida lá e não deu certo. Depois que nós nos mudamos pra cá é que começamo a plantar fumo. Faz 20 anos. Decidimo plantar fumo porque o melhor era o fumo. Nós, pra começar viemos aqui no terreno do pai e o que a gente podia fazer? O marido nunca trabalhou na lavoura, então o fumo foi a melhor opção, porque era pouca terra e pro fumo não precisa de muita terra. Então de mão de obra era só nós dois. (Agricultora familiar, 48 anos).

Em um único caso da amostra estudada, a insegurança das atividades desenvolvidas na propriedade familiar, baseada na produção de grãos, pesou na escolha da família pelo plantio de fumo. Destarte, os fatores relacionados ao mercado e a segurança foram mais influentes do que a história de produção da família, mostrando que o habito, segundo Setton (2002), deve ser entendido não só como um destino, mas como sendo um conhecimento adquirido que exerce influência nas escolhas dos indivíduos, as quais são definidas a partir de uma multiplicidade de elementos. O depoimento de um agricultor familiar elucida alguns dos mecanismos facilitadores da integração na cadeia produtiva do tabaco, ofertados pela agroindústria:

Na família de meus pais nunca lidaram com fumo, era milho e feijão. [...] Quando casamo era o que dava na época. Faz uns 20 anos que eu comecei a plantar fumo. Plantei fumo porque as outras coisas não estavam dando. E foi por causa dessa integração de entregar a produção. Você plantava o feijão aqui em Monte Castelo e um tempo tinha um que comprava o feijão. De repente parou e daí tinha que vender em Papanduva, Major Vieira, e daí ficou difícil a venda e a colocação do feijão. E daí o fumo foi facilitando, e a empresa foi facilitando. Os instrutores procuravam. Eles viam quem tinha interesse. Tinha uma época que era o ideal pra todo mundo e nós fomos entrando nessa. (Agricultor familiar, 56 anos).

Diante disso, Paulilo (1990) aponta que o motivo que leva uma família de agricultores a utilizar a terra para a produção de fumo – que só se presta à venda, em detrimento a outras culturas, que podem ser tanto vendidas como consumidas pela família – está relacionado com o fato de que os produtores de fumo possuem propriedades com área total de, aproximadamente, 20 hectares, bastante tecnificadas, alcançando altas produtividades da terra.

Essa situação contribuiu na melhoria da situação financeira dos agricultores, bem como proporcionou maior desenvolvimento para alguns municípios.

No que concerne ao tamanho das unidades produtivas pesquisadas em Monte Castelo, cada uma apresenta, em média, 17 hectares de área total. Destes, a atividade tabaqueira ocupa, em média, 2,2 hectares de cada propriedade. Ademais, entre os entrevistados, 85% são proprietários da terra, enquanto 15% utilizam uma área que está em nome do pai, sendo de uso comum entre o próprio pai e o irmão. Essa caracterização aproxima-se dos dados da Afubra, apresentados por Buainain e Souza Filho (2009), segundo os quais a área média das propriedades fumicultoras na Região Sul do Brasil na safra 2007-2008 foi de 16,6 hectares, com o tabaco ocupando 14,8% das terras plantadas. Tais dados evidenciam o envolvimento da pequena propriedade na produção de fumo.

Paulilo (1990), em pesquisa realizada na região sul de Santa Catarina, aponta que o fator econômico é fundamental no envolvimento com a produção de fumo. De fato, a grande parte dos entrevistados em Monte Castelo enfatiza que o resultado econômico, associado ao fato de as propriedades serem pequenas e terem pouca área útil para produção agropecuária, torna o fumo a melhor alternativa, uma vez que apresenta alta densidade econômica e ocupa a mão de obra familiar. A segurança encontrada no sistema de integração foi outro fator mencionado nos relatos como um componente que pesa muito a favor da escolha pelo fumo. Aliás, é muito difícil dissociar o parâmetro renda e segurança nas falas dos produtores, uma vez que, para eles, uma complementa a outra.

Contudo, mesmo o fator financeiro não é o único que influencia na escolha das famílias para a manutenção do tabaco. Os produtores demonstram, em seus depoimentos orais, estar satisfeitos com o seu resultado econômico. Mesmo reconhecendo o menor rendimento na safra anterior, 2010-2011, eles enfatizam que, ao longo dos anos, o fumo tem sido economicamente rentável:

Se o fumo rende pra nós? Até a última safra sim. Inclusive nesse ano que passou, nós só ajudamos os filhos. Mas, mesmo no meio de muita gente que foi mal, o nosso fumo foi muito bem. Vendemos bem, e o filho construiu a casa. Com o dinheiro do fumo. (Agricultor familiar, 61 anos).

Olha, o fumo deu dinheiro há um tempo atrás. Agora, esse ano deu pouco. Mas nos últimos três anos deu pra ganhar um pouco. (Agricultor familiar, 31 anos).

Dá pra dizer que nos últimos quatro, cinco anos de fumo, nós ganhamos dinheiro com o fumo. (Agricultora familiar, 37 anos).

Novamente, as opiniões dos entrevistados em Monte Castelo corroboram os estudos de Paulilo (1990), que mostram que o interesse dos agricultores na produção do fumo está condicionado a um retorno financeiro compensador, denominando-o como o que melhor se ajusta ao conceito do *homo economicus*. No entanto, Vogt (1997) faz algumas ressalvas acerca da rentabilidade da fumicultura, ao afirmar que o valor pago pela agroindústria tabaqueira remunera, na realidade, apenas a sua força de trabalho familiar e em um valor abaixo do que ele receberia se fosse mercantilizada. O argumento é de que a receita auferida pelo produtor é necessária apenas para cobrir, parcialmente, as necessidades de manutenção e reprodução da família, haja vista que a outra parte viria da produção de alimentos para o autoconsumo e venda de excedentes. Essa questão da remuneração da mão de obra familiar pode ser observada na pesquisa em Monte Castelo, onde, juntamente com outros fatores de produção, não é considerada como custo pelo fato de ser feita com recursos internos da propriedade. A opinião de um dos entrevistados indica, de certo modo, as contradições dessa lógica produtiva, ao questionar a rentabilidade do ponto de vista contábil da cultura do tabaco, no entanto revela a forma como o agricultor considera o seu ganho com essa atividade:

É a mesma coisa o fumo que também dá dinheiro. Vende bem lá. Mas se for descontar tudo que a gente gasta, vai lá embaixo a sobra. Se fosse pra descontar a mão de obra da gente e dos camaradas, lenha, luz, dava pouco. (Agricultor familiar, 62 anos).

Além do fator econômico, existem os elementos não monetários que também são considerados pelos produtores na escolha pelo plantio do tabaco. Esses determinantes são aqueles que interferem na maior ou menor estabilidade ao cultivo e estão relacionados com a segurança de vender e entregar a produção para a agroindústria de fumo, o acesso às inovações tecnológicas visando ao aumento de produtividade e bem-estar do produtor, a existência de um seguro agrícola que minimiza possíveis perdas durante a safra, o aval dado pela agroindústria a empréstimos contraídos pelo produtor que sejam investidos na produção do tabaco e a presença de assistência técnica por parte da empresa fumageira a que o produtor esteja integrado (PAYÉS, 1993). Esses fatores são citados como complementares à questão monetária e também apresentam uma importância relevante na avaliação dos agricultores:

Dá o pai comprou uns terrenos e começou a plantar fumo. E sempre ganhou dinheiro. Vinte anos ele plantou fumo. O melhor era o fumo. Tinha leite, milho, mas a força mesmo era o fumo. E até hoje é o fumo. Já plantei, e planto soja, milho. Já plantei uma porção de coisas, mas a maior força é o fumo. (Agricultor familiar, 46 anos).

Plantava fumo por falta de opção. Tinha uma porque era o mais plantado, daí tinha assistência técnica já da firma. Os técnicos mandavam os adubos, todos os insumos e pagavam a safra. (Agricultor familiar, 62 anos).

É a segurança. O feijão uma vez plantei e, como não tinha seguro agrícola, tive que pagar. O banco dizia que tinha Proagro, mas nunca aconteceu. Pelo menos pro meu lado, não. No fumo tem seguro. (Agricultor familiar, 60 anos).

Mesmo com outras opções, principalmente feijão e milho, os agricultores faziam opção pela segurança que oferecia o tabaco, principalmente por causa da garantia da comercialização, conforme o relato:

Pra nós, pro pequeno agricultor, pouca terra, era a única coisa que dava. Feijão ou milho precisam de mais terra e às vezes não consegue nem vender. O fumo não. O fumo num instante já tá com a venda garantida. (Agricultor familiar, 41 anos).

Ainda em relação aos aspectos positivos que os produtores de fumo sentem nessa atividade, a maioria dos entrevistados considerou-a prazerosa. Tal fato contraria, em parte, os dados de pesquisa desenvolvida por Paulilo (1990, p. 134), na qual entrevistados declararam que “o colono não planta fumo porque gosta. Ninguém gosta, mas é o que dá dinheiro”. Diferente dos estudos de Paulilo, os agricultores externaram que sentem prazer na lida com o tabaco, porém a aproximação aparece quando o agricultor associa o prazer com alguma vantagem que a atividade oferece, quer seja ela econômica ou não. Nos relatos a seguir, pode-se observar a forma como o agricultor faz a associação entre a satisfação de plantar fumo e a questão do retorno econômico e segurança:

Pois até que gostava. Como se diz, a gente criou-se com a lida, então, gostar, eu gostava. Pois até por quase não ter uma profissão. Vamos dizer que pra você plantar o milho e o feijão você tinha que ir lá comprar os insumos e daí ia plantar. E as empresas de fumo não, eles forneciam os insumos e você pagava lá na safra e não precisava desembolsar e isso era mais vantagem. [...] Não tinha que se preocupar com o risco na produção. (Agricultor familiar, 56 anos).

É tranquilo. A gente gosta. Tem que gostar do que faz. Se não gostar, não faz. O fumo tem uma vantagem é que você manda lá na firma, dali três, quatro dias você tá com o dinheiro. (Agricultor familiar, 41 anos).

Eu gostei toda vida. É o que dá um pouquinho mais de dinheiro do que outras coisas. Planta em pouca terra. Milho e feijão têm que ter terreno grande pra plantar, daí ainda dá. Mas nós que temos pouquinha terra, aí é o fumo. (Agricultor familiar, 62 anos).

Cabe ressaltar duas situações, de agricultores de gerações diferentes que não aderiram à proposta de diversificação e que manifestam, nos seus relatos, a satisfação com a atividade tabaqueira. A primeira situação é a de um jovem agricultor familiar, com 31 anos de idade e casado, que afirmou gostar das atividades produtivas do fumo. Mesmo com a intensificação das ações antitabagistas, tanto no sentido da diminuição do consumo dos produtos derivados do tabaco quanto dos riscos à saúde do produtor de fumo, elas não sensibilizaram esse jovem agricultor, conforme relato: *“Eu gosto. Pra mim não tem problema plantar fumo e pretendo continuar plantando.”*

O segundo caso foi de um agricultor, já aposentado, que atualmente ajuda os filhos nas atividades da propriedade. Suas informações denotam a gratidão ao cultivo do tabaco que ele desenvolveu desde a época que morava com seus pais e que deu continuidade após o seu casamento. Segundo ele, as aquisições e conquistas alcançadas ao longo da vida devem-se à renda do fumo, a tal ponto de dizer que, se tivesse como recomeçar a vida, seria produzindo tabaco: *“Olha, hoje só ajudo os filho. Mas a vida toda plantemo fumo e tudo que nós temo aqui é graças ao fumo. Por isso, se fosse pra recomeça tudo de novo, eu recomeçaria com fumo.”* (Agricultor familiar, 61 anos).

Quanto ao aspecto negativo no cultivo do tabaco, não houve diferença significativa entre a opinião dos agricultores familiares que aderiram à diversificação proposta pela Cooperpomares e a dos que não aderiram. O elemento mão de obra é mencionado de forma recorrente nas entrevistas, porém ressaltando aspectos da sua penosidade, especialmente no período da colheita das folhas do fumo. Chayanov (1981 apud PAULILO, 1990, p. 154) considera que “o grau de autoexploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho”. Partindo desse pressuposto, Paulilo (1990) justifica que o trabalho penoso é aceito em função do rendimento do produto.

Para os agricultores de Monte Castelo, um aspecto negativo está relacionado tanto com a quantidade quanto com a qualidade do trabalho realizado durante o estágio de colheita, especialmente quando chove e as folhas de fumo têm que ser colhidas molhadas, fato relacionado com seus problemas de saúde:

A colheita é triste. Quer ver quando dava uma chuva de verão e depois saía o sol. Acho que solta um produto, sei lá o que é aquilo. Dá aquele cheiro do fumo molhado e vinha aquele sol em cima, olha, dava aquele cheiro que vai até lá dentro do estômago, e você passa mal mesmo. Acontecia direto. Eu, quando me molhava hoje, amanhã se eu não tava no hospital, tava numa farmácia ou na cama. Dava enjoo, vômito, dor de cabeça. (Agricultora familiar, 48 anos).

Na hora da colheita você se estressa. Falta de gente. Mas o pior é colher com chuva. Acho que há uns dois anos dava dó, foi bem molhado. Daí você não sai nem com trator pras roças. Daí você pensa: 'Vou parar com esse troço. Não quero mais saber e tal'. (Agricultor familiar, 46 anos).

O fumo tem muita sujeira. Tem que colher com calor e é ruim por causa do 'grudo'. E se começou a colher e chove, depois pra terminar não vai ficar esperando. Tem que terminar hoje, nem que seja meio molhado, mas tem que terminar. E daí às noites também tem que cuidar da estufa. (Agricultor familiar, 39 anos).

O pior é colher na chuva. Porque você vai ficar lá, você se molha e tem que continuar colhendo. Só que quando começa a esquentar dá aquele mal-estar. É pra acabar o mundo. (Agricultora familiar, 36 anos).

A etapa de classificação também foi apontada por um produtor como um trabalho enfadonho: *“O que eu não gostava mesmo era ficar classificando o fumo, parado. Tirando isso, quase todo outro serviço eu gostava.”* (Agricultor familiar, 60 anos).

Alguns agricultores familiares percebem o uso de veneno como prejudicial à saúde, em face dos riscos a que estão expostos pelo uso desse produto durante o cultivo. Um único agricultor apontou o problema da falta de lenha necessária para a secagem das folhas nas estufas, o que induz ao corte de árvores nativas para uso nas fomalhas das estufas. No entanto, o fator mão de obra não foi apontado como impeditivo para a família trabalhar com tabaco:

Tem o veneno no fumo. A gente [as mulheres] não, mas eles [os homens] lidam com esses venenos. E não é muito bom. Esse que é o lado ruim. Na colheita também apura bastante. Quando é com o tempo bom é fácil de colher, mas daí quando pega uma chuvarada aqui, não é fácil. Meu Deus do céu, os banhos que a gente toma. E daí tendo começado tem que colher. (Agricultora familiar, 46 anos).

O problema é o veneno na gente. Hoje ele até não faz mal, mas eu garanto que as pessoas aí, que nem o compadre que morreu ali e o meu pai, é porque o veneno matou. O veneno do fumo vai calando, uma hora pega. O veneno que se aplica e do próprio fumo. Tudo tem veneno. (Agricultor familiar, 40 anos).

O lado negativo do fumo era quando faltava lenha e daí a gente tinha que colher o fumo e tinha que cortar lenha no mato. Tinha que correr atrás de lenha. (Agricultor familiar, 61 anos).

Os dados levantados da relação dos agricultores familiares integrados à agroindústria tabaqueira revelam que alguns entrevistados percebem as que operam no município, como parceiras e instituições confiáveis. O relato de uma agricultora familiar reflete essa situação quando afirma que nunca leu os contratos assinados com a empresa fumageira para a contratação da safra, o chamado pedido, mas mesmo assim nunca achou que tenha sido prejudicada: *“Ah! A gente sempre assinava um contrato, mas a gente nunca lê [risos]. Esse é*

o problema. Mas também nunca achei que isso tenha prejudicado a gente não.” (Agricultora familiar, 48 anos, grifo nosso).

Outros agricultores sintetizaram sua opinião sobre a empresa fumageira como sendo “boa” ou “estou satisfeito”. Mesmo aqueles que, com a implantação da nova atividade, deixaram completamente o plantio de fumo, relataram que durante a época em que eram integrados havia uma boa relação com a agroindústria:

Sim, a empresa era boa. Eu era muito amigo do supervisor. Os caras me fizeram muita coisa boa. Tanto que teve uma estufa que o supervisor chegou e disse: ‘Olha, nós temos aqui uma proposta muito boa e pra quem já tem uma estufa, a outra vai sair muito pouquinho’ e daí eu fiz mais uma. E daí puxou os papéis, e eu tinha confiança nele. E foi certo, o que ele me falou era verdade. Mas foi só aquilo também, depois acabou. Daí deu pau pra todo mundo. Aí veio o troca-troca por estufa, veio um monte de coisa e daí acabou. Daí foi diminuindo, o produtor já foi se enterando e hoje em dia tem gente que tá enterrado. (Agricultor familiar, 60 anos).

Com a empresa dava boa. Porque, assim, eles pagavam bem. Daí eu quase nem ia na firma. Era mais o técnico que vinha aqui, eles mandavam tudo pelo caminhoneiro. Dava pra considerar boa. (Agricultor familiar, 25 anos).

A classificação do tabaco foi o principal fator de descontentamento dos agricultores de Monte Castelo com a agroindústria tabaqueira. A classificação do fumo é regulamentada pela Portaria nº 875, de 22 de setembro de 1978, do Ministério da Agricultura, denominada “Normas e padrões de qualidade para o tabaco em folha cru”, que prevê 48 classes para as folhas do tabaco. Contudo, segundo Silva (2002), o agricultor limita-se a classificar o produto em, aproximadamente, 20 classes, devido à dificuldade de padronização da lavoura pelas variáveis de clima, solo, variedades plantadas, incidência de pragas e doenças e o manejo de cada agricultor.

A agroindústria utiliza a normativa com maior ou menor rigor conforme o interesse de garantir seus ganhos, mas também observando que o produtor não obtenha uma renda muito baixa. A situação melhorou quando, a partir de 1980, se iniciaram as negociações entre os sindicatos das agroindústrias tabaqueiras e dos trabalhadores rurais para o estabelecimento de valores para os diferentes tipos de fumo (PAULILO, 1990). Essas rodadas de negociação vêm ocorrendo anualmente entre o sindicato representante da agroindústria, o SindiTabaco, e os produtores, representados pela Afubra e pelas Federações de Trabalhadores Rurais dos três estados do sul do Brasil. O problema maior não está na definição do índice de reajuste de preço de uma safra para a outra, mas sim na existência de uma grande diferença de preço entre as classes. Consequentemente, a classificação obtida pelo tabaco passa a ser um importante elemento na determinação da receita do produtor e um fator de incentivo à

produção de tabacos de melhor qualidade, tornando-se um ponto de conflito entre agroindústria e produtor. Para alcançar uma boa renda, o produtor procura alcançar a melhor classificação para seu produto. Em tese, a empresa fumageira avalia as folhas de fumo com a utilização dos parâmetros previstos na Portaria nº 875, mas na prática a classificação é utilizada como elemento de definição do preço a ser recebido pelo produtor, tornando-se uma estratégia das empresas fumageiras para ajustar o valor pago com as condições oscilantes do mercado. Isso se deve ao fato de que, embora os parâmetros estabelecidos para a classificação sejam objetivos, há uma margem para subir ou baixar a classe na tabela (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Em Monte Castelo, os agricultores familiares revelam descontentamento com relação às divergências entre a classificação atribuída ao fumo na propriedade e a classificação realizada pela agroindústria tabaqueira no momento da entrega do produto, ou seja, no momento em que é atribuído o preço final a ser pago ao produtor de acordo com a qualidade das folhas. A safra 2010-2011 foi caracterizada por manifestações de produtores de fumo que, por meio de suas organizações representativas, pressionaram a agroindústria a melhorar a avaliação do fumo. Um dos agricultores entrevistados resume essa situação com as seguintes palavras: “na classificação eles fazem o que querem com a gente.” Opiniões de outros entrevistados corroboraram esse pensamento:

O problema tá na classificação. O meu fumo é bom. Eles rebaixaram a média da qualidade lá. E daí era o que eles diziam: ‘Se não tá bom assim, pegue e leve o fumo de volta’. Era a única coisa que eles diziam. Porque o preço é esse aí, daí vai fazer o quê? Está pior nos últimos cinco anos, mas ruim foi essa safra agora [safra 2010-2011]. (Agricultor familiar, 41 anos).

A empresa foi cada vez cortando. Veja só o preço do fumo este ano. Não tá aquelas coisas também, mas eles judiam na classe. Mesmo assim, durante tantos anos continuamos plantando. (Agricultora familiar, 48 anos).

Esse cenário de negociação de preço e conflitos na classificação do fumo parece estar contido no dia-a-dia do produtor, que já sabe que essa situação se repetirá safra após safra, de forma que acabou internalizando-a e considerando-a normal. Mesmo sem concordar com a classificação dada ao fumo entregue à empresa, o produtor isenta a agroindústria de estar sendo desonesta (PAULILO, 1990). Ao relatar que o problema na classificação acontece “sempre” e que isso chega a gerar “briga”, o agricultor assume-o como um fato que é rotineiro e que faz parte da negociação, mas não que está sendo enganado: “O problema maior era na

exigência da classe. Sempre que você classificava aqui, chegava lá e não passava. E daí dava briga. E hoje tá pior do que antes ainda.” (Agricultor familiar, 60 anos).

A incorporação dessa rotina dos produtores contribui para que fosse aceito esse estilo de vida com resignação e naturalidade, principalmente na amostra dos agricultores que não quiseram implementar a fruticultura, como propôs a Cooperpomares. No caso dos agricultores de Monte Castelo que aderiram à proposta de diversificação, esses fatores negativos contribuíram na escolha pela implantação de uma nova atividade produtiva, corroborando, assim, o entendimento de que o hábito não representa algo herdado, mas que exerce influência em novos posicionamentos.

O cultivo do tabaco mostra-se como a principal atividade agropecuária praticada pelos agricultores familiares de Monte Castelo. Porém, apesar da sua importância econômica e social, os produtores mantêm-se atentos e abertos às novas alternativas produtivas. Vale destacar que o produtor de fumo utiliza a sua experiência dentro dessa cadeia produtiva como referência na avaliação de novas propostas visando à diversificação da propriedade.

3.2 Agricultores familiares e a diversificação produtiva nas propriedades

De acordo com Dortier (2010), a presença do policultivo nas propriedades rurais faz parte de uma representação simbólica do conjunto de conhecimentos, crenças, artes, costumes e também as capacidades e hábitos adquiridos pelo homem, que vão sendo transmitidos de geração em geração dentro das famílias como membros de uma sociedade. É nesse sentido que a manutenção de uma propriedade com a presença de vários cultivos e criações passou a ser incorporada como um valor cultural.

Estudos apontam que, não obstante a renda principal na propriedade ser obtida com a venda das folhas do tabaco, as famílias dedicam-se também a atividades agropecuárias de autoconsumo, como milho e feijão, e a algumas criações e que essas atividades não podem ser negligenciadas das análises econômicas. Dessa maneira, seja pela venda de excedente de produção, seja utilizada para o autoconsumo familiar, a policultura era absolutamente necessária para os agricultores familiares garantirem a reprodução da unidade produtiva (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009; VOGT, 1997).

A partir da implementação da Convenção-Quadro, o governo federal assumiu, entre outros, o compromisso de apoiar iniciativas com vistas a viabilizar a implantação de alternativas de produção aos agricultores familiares, produtores de fumo. Nesse sentido, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco desenvolve ações nas

regiões produtoras de tabaco. Em Monte Castelo, o PNDACT apoiou com recursos financeiros a Cooperpomares, para a contratação de profissionais para prestarem assistência em fruticultura para aqueles associados que estivessem fazendo, ou pretendessem fazer, a reconversão das suas propriedades, da cultura do fumo para a fruticultura (BRASIL, 2010).

No entanto, os agricultores familiares de Monte Castelo não tinham muitos conhecimentos acerca da Convenção-Quadro e do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Quando questionados sobre a convenção, apenas um agricultor afirmou já ter ouvido falar sobre o tema. Todos os demais negaram ter conhecimento do assunto. Quando era explicado do que tratava, apenas um entrevistado afirmou já ter escutado algo, mas sem conhecer maiores detalhes ou quem teria lhe informado. Os demais mantiveram a negativa: *“Olha, já ouvimo falar. Eu não me lembro quem falou, mas já ouvi falar. Quem será que falou pra nós? Eu não lembro. Ah, eu sei que falaram bem por cima. Bem assim que eles falaram.”* (Agricultora familiar, 46 anos).

Mas, como ressaltam Buainain e Souza Filho (2009), o baixo impacto da Convenção-Quadro no Brasil e no mundo ainda é difícil de ser mensurado, dado o curto período de tempo de sua existência. Estima-se que, em longo prazo, seus efeitos sejam mais visíveis.

Os agricultores familiares de Monte Castelo também não demonstraram conhecimento em relação ao PNDACT. Porém, quando era falado do apoio financeiro liberado pelo programa para a Cooperpomares, os entrevistados reportavam-se ao Ministério do Desenvolvimento Agrário como o responsável pelo repasse do recurso e não ao PNDACT:

Em diversificação eles sempre falavam, mas nesse programa é muito pouco, acho que ninguém fez ainda. Quem estava junto era o pessoal do MDA. (Agricultor familiar, 60 anos).

Pois eu acho que não. Diminuir de fumar a gente até já ouviu falar, mas disso daí não. (Agricultor familiar, 46 anos).

Na entrevista realizada com o delegado do MDA/SC, ele ressalta que as ações do PNDACT acontecem por meio do Programa de Territórios, também de responsabilidade do MDA. Portanto, mesmo que os recursos disponibilizados para apoiar a Cooperpomares tenham sido aportados do PNDACT, os agricultores não foram esclarecidos nesse sentido e consideraram como vindos, simplesmente, do MDA. Dessa forma, o PNDACT se manteve invisível aos produtores de Monte Castelo:

Na verdade, avaliamos que, por exemplo, precisaríamos ter mais gente pra ajudar a pensar as ações do programa e a questão da implementação dele. É um programa que tem uma abrangência praticamente nacional e não tem condição de ser tocado com duas pessoas. E essa é uma das debilidades que se enfrenta, quer dizer, a estruturação do programa ficou aquém daquilo que na verdade a realidade exige. Embora nós tenhamos feito no Planalto Norte reuniões com a coordenação do território onde estavam presentes a Cooperpomares, a Epagri, prefeituras municipais, com a presença da nossa coordenadora nacional do PNDACT, e destinamos recurso de assistência técnica para a Cooperpomares onde o objetivo era, e isto foi colocado explicitamente, da diversificação das áreas produtoras de tabaco, esta mensagem, este marketing do programa ficou um pouco carente, por falta de estrutura, falta de pessoal para fazer, do ponto de vista da ação do ministério. Acho que essa é uma das lacunas, das dificuldades que o programa enfrentou na execução pelo governo.

Os agricultores afirmaram que a escolha pela diversificação foi influenciada, principalmente, pelos agentes locais, com destaque aos extensionistas rurais da Epagri, e pelo engenheiro agrônomo que, voltando a morar em Monte Castelo, depois de trabalhar por vários anos com fruticultura em Fraiburgo, implantou um pomar próprio de maçã. A partir dessa experiência pioneira, iniciou-se o fomento da atividade no município. O Banco do Brasil também foi citado nas entrevistas como um fator importante na escolha dos produtores, especialmente a partir do momento em que a fruticultura foi incluída no seu programa de DRS, facilitando, assim, a liberação de recursos para investimento na atividade.

No capítulo anterior, foi possível reconhecer a participação dos demais agentes, tais como sindicatos, prefeitura e MDA, todavia não foram citados pelos agricultores como decisivos na decisão de aderir à proposta de diversificação:

Na verdade foi o gerente do Banco do Brasil e o extensionista da Epagri que convidavam pra gente nos dias de campo, e daí a gente foi. A gente achava que era uma coisa importante, e o nosso pensamento era cuidar do leite e maçã, e o fumo a gente abandonava. (Agricultora familiar, 48 anos).

Assim pro nosso lugar é por nós mesmo e porque muita gente plantou. Ali por Monte Castelo, tem o extensionista da Epagri e tinha o Janinho. Porque eram eles que faziam as reuniões. (Agricultora familiar, 36 anos).

As informações levantadas mostram que a maioria dos entrevistados faz parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou do Sindicato dos Produtores Rurais, bem como alguns são sócios da Cooperpomares e de outra cooperativa que atua na região, a Cooperio. Ainda houve o registro de uma agricultora que respondeu ter sido presidente da Associação da Microbacia, projeto desenvolvido pela Epagri. Dentre todas elas, a Cooperpomares foi a única instituição citada como aquela que já abordou o tema da diversificação em reuniões. A resposta de um dos agricultores representou adequadamente a posição dos demais quando

disse que: “*Sou sócio do sindicato e da cooperativa. O sindicato nunca falou nada sobre isso. No caso da cooperativa não. Eles falam sobre isso.*” (Agricultor familiar, 60 anos).

Cabe ressaltar que os agricultores pesquisados reconhecem a existência de alternativas de diversificação, estimuladas pela prefeitura, Epagri ou a iniciativa privada. São os casos da feira livre, cooperativa de leite e integração com outras agroindústrias tanto na área da avicultura como na de hortaliças.

Em Monte Castelo, a diversificação produtiva é uma prática corrente em todas as propriedades pesquisadas. Os agricultores mantêm o policultivo, apesar da participação monetária inferior à do fumo, como papel importante de fornecimento de produtos do autoconsumo familiar. Entre as principais atividades mencionadas na pesquisa, estão a produção de hortaliças e a criação de frangos coloniais e suínos:

Então, hoje nós trabalhamos com verdura além do fumo. Nós vendemos na feira. Nós mesmo que imo. Eu e ela. Aqui a feira é muito boa. [...] Com verdura nós plantamos uns três litros de terra¹, mas a gente pretende é aumentar. Não é dizer aumentar o mesmo tanto. É que não pode deixar faltar verdura. [...] Fora a feira na cidade, nós vendemos nas casas também. Nós carregamos e saímos de carroça bem. Vamos pelo Passa Quatro e no Rodeio Grande e andamos por tudo. [...] Perde nós não perdemos nada de verdura porque nós temos a criação, os terneiros, os porcos e eles comem o resto. [...] A verdura é boa porque dá menos mão de obra. Pouca gente cuida. Dois, três dá conta de cuidar da verdura. O leite nós temos pensando. Diminuir mais esse fumo e entrar com leite. Tem uma vizinha que lidando com leite e tá dando boa. Nós sempre temos leite de vaca, pro gasto, mas não pra vender. E hoje tem essa cooperativa de leite que tá se formando aqui em Monte Castelo. (Agricultor familiar, 47 anos).

Em relação a outras atividades na propriedade nós temos o frango caipira, produção de ovos. A esposa faz biscoito e faz doce quando tem fruta. Nós matamos e vendemos porcos. Mas nada muito organizado. A gente tem estas outras pro consumo e vender o que sobra. Agora a gente ficou sabendo que o município tem a feira municipal, e estamos vendo a possibilidade de ir vender no caso biscoito, doce de leite e outros produtos. Mas ainda não decidimos. Tem aí muitos vizinhos que só plantam o fumo e que fazem isso porque com o dinheiro do fumo dá pra comprar o que eles tivessem que produzir em casa, tipo a verdura, o frango, os ovos e o leite. Então nós temos pra quem vender aqui em volta da nossa casa. [...] O filho tá querendo produzir cabotiá. Do mesmo jeito que já teve a ideia de plantar batata doce. O problema disso tudo é a comercialização. (Agricultor familiar, 61 anos).

No caso do feijão, que já teve maior expressão econômica até a década de 1980, os agricultores mantêm uma pequena área de cultivo para atendimento do próprio consumo da família. Juntamente com as demais atividades mencionadas pelo agricultor familiar, o feijão é um dos itens que fazem parte da paisagem do quintal caseiro, ou seja, uma cultura que a família produz sem, necessariamente, pensar com a finalidade mercantil: “*Nós continuava*

¹ Litro de terra é a medida de área utilizada na região, que equivale a 605m².

com milho, feijão. Nunca deixamos de plantar o que é de comer. O feijão é mais pro gasto. Eu crio também porco, galinha, gado, vaca de leite.” (Agricultor familiar, 62 anos).

Entre as principais atividades que são desenvolvidas com o objetivo específico de gerar renda, os dados empíricos destacam: o reflorestamento com eucalipto, que está presente em 75% das propriedades; o milho, em 62,5% das unidades produtivas; a pecuária de leite, sendo desenvolvida por 38% das propriedades; e a soja, que é cultivada por 25% das famílias. O destaque é que, apesar da presença dessas alternativas, a renda bruta do fumo em grande parte das propriedades é responsável por mais de 50% da renda bruta familiar, chegando até a 80%, levando a família à dependência dessa atividade.

Como foi apresentado no capítulo anterior, nas últimas duas décadas a fumicultura veio ocupando um espaço econômico e social entre os agricultores familiares entrevistados, por apresentar-se como uma alternativa de renda frente às outras atividades, que perderam rentabilidade e não garantiam a manutenção e a reprodução social das famílias rurais. Todavia, o espaço ocupado pelo tabaco foi crescendo, a ponto de reduzir a autonomia das famílias, sendo necessário estabelecer e fortalecer novas alternativas produtivas viáveis, com vistas a dividir a receita familiar com a do fumo e diminuir a dependência com a agroindústria tabaqueira. Em Monte Castelo, a principal iniciativa deu-se com o estímulo ao plantio de pomares comerciais, com ênfase na maçã, por meio da Associação dos Fruticultores de Monte Castelo, que, posteriormente, deu origem à Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense, a Cooperpomares.

As ações educativas da cooperativa, desenvolvidas por meio de ferramentas de extensão rural, como dias de campo, palestras e visitas às propriedades, contribuíram para o desenvolvimento de parâmetros comparativos entre a fruticultura e a fumicultura. Fatores como rendimento econômico, demanda de mão de obra e comercialização influenciaram na decisão dos agricultores familiares produtores de fumo pela implantação de pomares comerciais.

Em Monte Castelo, cada produtor pesquisado que aderiu à proposta de diversificação utilizou, em média, 2,11 hectares da sua propriedade para a introdução da fruticultura entre as atividades desenvolvidas pela família. São áreas consideradas pequenas se comparadas a pomares instalados em Fraiburgo, município tradicional na produção de frutas. Um elemento importante constatado na pesquisa é que os entrevistados ou eram proprietários ou utilizavam uma área da família. Isso está relacionado ao fato de a fruticultura ser uma atividade perene, ou seja, uma vez realizados os investimentos, torna-se inviável sua transferência para outra área, dificultando a possibilidade do seu arrendamento.

O principal fator que influenciou os agricultores a aderirem à diversificação foi a perspectiva do retorno econômico da nova atividade. A possibilidade de agregar uma nova renda à economia familiar permitiu que os produtores de fumo estudassem a implementação de outra cultura nos seus sistemas produtivos.

Além da renda, aspectos como manejo da cultura, comercialização e demanda de mão de obra passaram a ser comparados com o sistema produtivo do fumo. Dessa forma, os produtores de fumo podiam avaliar o risco de a nova atividade prejudicar a produção do tabaco, que, para eles, representava a atividade de segurança. Algumas famílias decidiram investir logo que tiveram contato com a proposta, diferentemente de outras, que só foram aderir depois de observarem a experiência dos vizinhos que primeiro implantaram o pomar. Esses diferentes momentos das escolhas variam, na medida em que o agricultor está com maior ou menor tendência de diminuir a dependência da produção do tabaco:

A decisão de plantar maçã? Uma coisa é porque eu tava produzindo um alimento e a outra porque era a questão financeira que já era mais vantagem. [...] Quando apareceu a maçã, surgiu uma oportunidade nova. E disse que dava lucro e que era seguro que nem o fumo. Então, daí deixamos do fumo pra começar com a maçã pra ver se dava. Daí eu parei de vez com o fumo porque eu não venci mais. Se eu cuidasse da maçã e do fumo, eu não ia vencer. (Agricultor familiar, 39 anos).

Pois é, foi o incentivo. Vem um e conversa. A gente foi nos dias de campo. As propostas eram boas. Se produzissem bem, ia dar bem. Mas nós tinha medo de começa uma coisa nova e não dá conta. Nós tinha pouca gente. Aí o vizinho vem antes, produz, se sai bem. Daí nós resolvemos planta também. (Agricultora, 48 anos).

Nós começamos pela propaganda. Na verdade tinha um rapaz aqui, o Janinho. Na época ele trabalhou lá em Fraiburgo e entendia bem maçã. Ele veio e plantou aqui na região e se saiu bem. Produziu bem. Daí foi que ele fez a propaganda, demonstração, o lucro, como vendia as maçã. E daí a gente foi convidado pra plantar. E como a gente queria deixar o fumo mesmo, daí plantamos. (Agricultor familiar, 56 anos).

À medida que a cadeia produtiva da fruticultura foi se estruturando, a proposta de diversificação foi se desenvolvendo paulatinamente em Monte Castelo. No entanto, ainda havia um descontentamento e desconfiança por parte dos agricultores no procedimento da comercialização da maçã produzida no município. Por falta de uma estrutura apropriada para classificação e armazenamento, o chamado *packinghouse*, as frutas são enviadas a Fraiburgo, município catarinense que se caracteriza por ser um polo industrial em fruticultura. Ali os cooperados precisam pagar a uma empresa os serviços de classificação e embalagem da maçã, antes da comercialização. Similar ao tabaco, a maçã também passa por uma classificação segundo parâmetros específicos para essa espécie. O fato de os agricultores familiares não

acompanharem presencialmente essa etapa foi apontado como negativo pelos entrevistados, contribuindo para a desistência de alguns. Segundo eles, essa operação gera um custo que poderia ser apropriado por eles, caso a cooperativa estivesse com o *packinghouse* instalado em Monte Castelo. Para resolver tal problema, o presidente da Cooperpomares garante que existem negociações em torno de projetos encaminhados a fontes financeiras para a liberação de recursos, com vistas a concretizar a instalação da referida estrutura, que será responsável pelo recebimento, classificação, embalagem e armazenamento das frutas, bem como abrigará a sede administrativa da cooperativa:

Hoje a nossa meta é montar o packinghouse. Já foi feito projeto que foi apresentado ao MDA e aí eles liberaram o piso, em duas partes. Agora conseguimos e tá sendo feito o escritório, a sala de reuniões, anfiteatro, computadores, Daí, com o DRS, começou a parceria com o Banco do Brasil. Fizemos os projetos e já tá indo pro segundo ano em estudo, em análise e coisurada. E, pelo BNDS, os fiscais vieram aqui pra ver se existia a cooperativa e tudo, eles não vão liberar um dinheiro pra câmara fria, balança e outras coisas.

Apesar desses entraves apresentados na comercialização da safra, os produtores que aderiram à proposta de diversificação se mantêm ativos na produção de frutas, não obstante os resultados econômicos insatisfatórios. Eles manifestam a confiança de que o problema será equacionado e que as perspectivas são promissoras:

A comercialização da maçã não é ruim. O problema mais grave é o transporte. É levar para Fraiburgo. Nós tamo esperando nossa cooperativa, mas está feio de sair. Porque eu duvido o produtor que não tenha um pouquinho de maçã de 'indústria' [classe inferior]. E se estivesse aqui perto pagaria a classificação desta maçã inferior e ficaria para a cooperativa. Então, se fosse aqui, o custo seria menor, e nós íamos aumentando, o comércio era nosso. Mas assim não, assim tá ruim. (Agricultor familiar, 60 anos).

Comercialização era um problema porque ia lá pra Fraiburgo e você ia receber daqui a dois, três meses sem saber o que você ia receber. Era uma surpresa. Porque os quilos você sabia quanto tinha dado, mas o quanto vão pagar? Pagavam 1 real, 80 centavos, 15 centavos. Não se sabia. O pouco que eu vendi foi a 30 centavos, não valia a pena. (Agricultor familiar, 46 anos).

Os agricultores de Monte Castelo que partiram para diversificação produtiva revelam que, se o processo de comercialização da maçã fosse igual ao do tabaco, aumentaria a segurança na atividade e mais gente aderiria à proposta. Essa informação faz retornar a discussão acerca do sistema de integração na relação entre o produtor e a agroindústria, revelando que mesmo aqueles que procuraram diversificar a propriedade, alguns inclusive eliminando o cultivo do tabaco, mesmo se sentindo prejudicados com o sistema de

comercialização do fumo, o aceitam e se resignam com a forma como é praticado. O fator *segurança* influencia sobremaneira na decisão de deixar o que se está fazendo para se arriscar em uma nova atividade. Mesmo os agricultores que não reclamam do sistema de comercialização da Cooperpomares afirmam que, se ele fosse igual ao do fumo, estariam mais satisfeitos, revelando que a integração é avaliada como uma vantagem para o produtor:

Se fosse que nem com o fumo, daí talvez funcionasse. Porque o fumo você vai acompanhar e você sabe, você tá lá vendo junto. Você vê o fumo na hora e já faz a média 'ah, esse vai dar tanto'. Você vê o quanto passou de bom, de médio. Já quando você manda da casa você já conhece também. Às vezes discute com eles. Briga com ele. Às vezes você ganha e às vezes se você quer discutir muito até perde. Mas você está lá discutindo, gritando. Na maçã não foi assim. Você mandava e só ia saber como foi a classificação e quanto ganhou depois de muito tempo. (Agricultor familiar, 46 anos).

Com base nos depoimentos dos agricultores familiares, é possível identificar trajetórias diferentes no que se refere aos processos de diversificação dos sistemas produtivos entre os agricultores que aderiram à proposta de diversificação, tais como: os fruticultores que foram se especializando, com algumas famílias mantendo o cultivo do tabaco e outras que abandonaram o cultivo do tabaco após os primeiros anos de produção do pomar; um caso em que, após as safras iniciais da maçã, a família abandonou seu cultivo e permaneceu com o fumo; e situações em que as famílias resolveram eliminar o pomar de maçã e o cultivo de tabaco, optando por outras atividades.

Diante da diversidade, necessário se faz identificar os fatores que influenciaram na definição das trajetórias produtivas nas famílias dos agricultores de Monte Castelo e de seus projetos de futuro, especialmente no que se refere aos processos de sucessão da propriedade.

3.2.1 Agricultores que aderiram à diversificação e mantêm o cultivo do tabaco

As famílias que ainda mantêm a produção de tabaco na propriedade consideram arriscado deixar totalmente o fumo, uma vez que a fruticultura não apresenta um retorno imediato. Assim, entendem que a especialização produtiva na fruticultura poderia implicar a perda da sua autonomia familiar e maior exposição aos riscos de uma nova cadeia produtiva que ainda não se encontra consolidada em Monte Castelo. Um pomar de maçã necessita de um período aproximado de quatro anos para atingir a potencialidade produtiva, isto é, até alcançar um pomar em plena produção. Por esse motivo, preferem manter o fumo para garantir a renda agrícola da família. Até mesmo porque os produtores expressaram que vêm

obtendo lucro com o fumo, ou pelo menos não tiveram prejuízo com a atividade. Dessa forma, expressam que não têm a intenção de, em curto prazo, eliminá-la:

Nós escolhemo a pera, mas ainda tá dando pouco, mas tá melhorando. No primeiro ano é só trabalho. No segundo fizemo uns 17 mil kg e vendimo tudo no particular, aí nos mercado. Nós chegemo agora esse ano e temo que, se corre bem o tempo, que passe 25 toneladas. E queremo chega nas 30 tonelada, que daí é a safra cheia. E o fumo foi meio ruim esse ano [safra 2010-2011], mas um pouco deu. No ano passado ele deu melhor que esse. Nós vamo plantando os dois. Tá bom assim. (Agricultor familiar, 62 anos, grifo nosso).

Pois é, a gente pensa que um ano que dá bem é maçã o outro ano não dá. A maçã tá muito no começo ainda, e a gente que tá aí na lavoura, não dá pra arriscar. E entre o fumo e a maçã hoje, a renda maior ainda tá com o fumo. (Agricultor familiar, 41 anos).

Na família que investiu na diversificação, por meio da implantação do pomar de peras, a influência maior foi o fato de os filhos já estarem casados e terem suas próprias áreas de fumo. Assim, a perspectiva é de que o agricultor entrevistado se dedique ao pomar e vá diminuindo gradativamente o fumo, já que a demanda de trabalho é menor com o desenvolvimento das frutíferas, podendo dar conta sozinho de boa parte das práticas culturais e contratando eventualmente trabalhadores nos períodos necessários. Ademais, a manutenção do tabaco foi justificada pela necessidade de utilizar a sua renda para pagar o financiamento bancário para o investimento na fruticultura:

Depois de formar ele [o pomar], daí não dá tanta mão de obra. Até agora deu bastante mão de obra. Mas daqui mais um ano ou dois, já não vai ter tanto. Que é bem pouco galho pra arquear. Mas no primeiro ano é serviço bastante. O nosso aí quando brotou deu aqueles gainho assim, e já mandaram nós com os palitinho lá, palita tudo. E ali foi aumentando daí os gaio. Mas foi dando produção também. Depois de pronto, daí é pouco trabalho. [...] E pará o fumo, é o que eu disse pro senhor, por causa dessa dívida das pera, temos que plantar o fumo. Que qualquer coisa se não der as pera, o fumo ajuda no banco. Mas depois, se der certo, é pará o fumo. (Agricultor familiar 62 anos).

Todavia, na família em que a mão de obra não é um fator limitante, houve investimento na produção do tabaco com a construção de mais uma estufa de secagem e a ampliação na quantidade plantada. Segundo o agricultor, o empreendimento feito com a fruticultura não foi com a ideia de substituir o fumo, mas ser uma renda a mais para a família. Dessa forma, as rendas das atividades se complementam e, nos momentos de crise e instabilidade dos preços, uma poderá compensar a outra. Em relação à mão de obra, a

reclamação é do acúmulo durante o período de colheita, que é coincidente às duas culturas, mas que não demonstrou ser um fator decisivo para que a família alterasse seu planejamento:

Eu plantava 25 a 30 mil pés de fumo. Daí, ano passado aumentei a estufa e daí agora posso aumentar o resto. Vou passar pra 50 mil pés. Mas vamos continua com fumo e maçã. E a maçã, daí é que nem eles falaram, não é plantar e pensar em colher. E dá serviço, 250 dias de serviço no ano de uma pessoa. Mas depois é pouca coisa, uma podinha. Então daí já é mais fácil. Mas até os três anos é serviço. E vamos e venhamos, o fumo você tem que colher na roça o dia inteiro, tinha que cuidar do fogo a noite inteira, e no outro dia trabalhar. E a maçã não. Trabalhou durante o dia, de noite vai descansar. O problema é que daí a colheita de fumo é quase junto com a maçã. Daí dá uma trabalhadeira. Não é ruim não, só que apura bastante. [...] Então vamo ficá nos dois, quando não dá um, o outro ajuda. E quando dá os dois, é bom. (Agricultor familiar, 41 anos).

Quanto à continuidade da produção de maçãs, as famílias planejam aguardar o resultado do desempenho da fruticultura para decidirem se vão ampliar o plantio e qual o caminho a seguir em relação ao cultivo do tabaco. A disponibilidade de mão de obra na propriedade está sendo considerada como um elemento importante para essa definição.

Por outro lado, as informações revelam que a implantação da nova atividade produtiva não foi utilizada como estratégia para a permanência de algum sucessor na família, uma vez que os pais não vislumbram a permanência de seus filhos na propriedade. Mesmo com o fato de a fruticultura se tratar de um investimento com perspectiva de retorno em médio e longo prazo, demonstram pouca preocupação com quem se responsabilizará futuramente pela atividade:

Temos só o piá. Mas eu não incentivo muito, porque a gente tá ficando na lavoura e tá ficando complicado. A gente tá nessa até hoje porque não tem outra coisa. Hoje em dia tem que ter estudo. A gente não tem estudo e na época também não era obrigado a estudar. E daí dizer que vai incentivar. A gente tem que tentar dar um bom estudo pra ver se o filho arruma uma profissão. Pelo nosso gosto ele não fica na agricultura não. (Agricultor familiar, 41 anos).

Enfim, os depoimentos orais indicam que o elemento renda, associado à questão da segurança, influencia as famílias na escolha de não substituir o cultivo do tabaco com o empreendimento de uma nova atividade. Isso indica que os agricultores protelam a decisão por nova cultura, até o momento de vislumbrar maior segurança para fazer uma transição estável para um novo cultivo.

3.2.2 Agricultores que aderiram à diversificação e abandonaram o cultivo do tabaco

Dos agricultores pesquisados que diversificaram a propriedade com a fruticultura, 37,5% abandonaram completamente a fumicultura. Dentre os motivos alegados, a renda teve um papel preponderante na decisão da substituição do tabaco. Tal prática revela que, para esses agricultores, o retorno econômico do fumo não estava correspondendo às expectativas:

A nossa decisão foi porque a gente queria para o fumo pra ter uma renda melhor. Porque a maçã é uma renda alternativa melhor do que o fumo. Daí, tiramos o fumo e colocamos a maçã. Seria o principal fator. (Agricultor familiar, 25 anos).

Daí, como se diz, o preço tava na mão deles. O juro era muito alto que você pagava. As dívidas com a empresa alteravam muito pra nós, e eles sempre modificando uma coisa e outra. Eles iam e descobriam um implemento, uma ferramenta ou qualquer coisa nova, e daí o caboclo tinha que comprar pra melhorar. Então sempre tava investindo numa coisa que sempre tinha que pagar. Então, por isso que chegava lá no fim da safra não sobrava muito. (Agricultor familiar, 56 anos).

Para outras famílias, além da renda, a falta de mão de obra para desenvolver as atividades demandadas na produção de tabaco se tornou um fator limitante, principalmente na época de colheita, haja vista o aumento na procura por trabalhadores temporários após a implantação dos pomares, posto que o período de colheita da maçã coincida com o pico de demanda de mão de obra na cultura do fumo. Segundo os entrevistados, a diminuição da força de trabalho familiar causada, principalmente, pela saída da propriedade dos mais jovens e o alto custo da mão de obra temporária tornavam inviáveis as atividades que demandassem grande quantidade de força de trabalho, como no caso do fumo e da fruticultura:

O que mais contou para que a gente parasse o fumo foi a falta de mão de obra. A filha casou, o outro já tava casando e hoje tá muito cara a mão de obra e não tem gente pra contratar. [...] Daí veio o incentivo da maçã. Vem um e conversa. A gente foi nos dias de campo. As propostas eram boas. Se produzissem, seriam boas. O vizinho vem antes, produz e se sai bem. Então, vamos arriscar e depois deixamos o fumo. Porque a maçã é dia de sol. Se chover, você se esconde. Não precisa você ter aquele sofrimento que nem na colheita do fumo. (Agricultora familiar, 48 anos).

Nós paramos o fumo foi por falta de mão de obra. Na época, eu deixei de plantar o fumo convencional e plantei o fumo orgânico. Daí, eu levei aquele prejuízo e tava aquela propaganda da maçã, que daria dinheiro, e daí eu disse 'Então vamos plantar a maçã'. Então foi isso que a gente se guiou mais. (Agricultor familiar, 56 anos).

Um terceiro motivo está relacionado à questão dos efeitos prejudiciais que o cultivo do tabaco provoca à saúde dos produtores, que se agravavam no momento da colheita da safra. Fatos relatados no início deste capítulo expõem a opinião dos que convivem com os efeitos

nocivos do tabaco, mas se mantêm no cultivo. No caso deste agricultor, os problemas de saúde foram preponderantes para que, após a implantação da área de fruticultura, deixasse de cultivar tabaco:

Não é que eu gostava, era necessidade. O fumo fazia muito mal pra mim. Eu trabalhava na colheita e toda noite dava ânsia de vômito. E ganhando pouco, não valia a pena. Daí com a maçã, nós deixemo de planta o fumo. (Agricultor familiar, 25 anos).

Em relação ao futuro, a intenção das famílias é de manter-se na nova atividade e ampliá-la se houver disponibilidade de área, seja ela própria ou arrendada de outros produtores. Segundo os depoimentos orais dos agricultores, a consequente estruturação da cadeia produtiva proposta com a diversificação proporcionou maior segurança para os agricultores experimentarem processos de substituição da produção do tabaco, apesar das vantagens que o sistema de integração lhes oferecia. Os relatos demonstram que, se houver condições, há a intenção de ampliar as áreas de cultivo de frutíferas:

Rapaz, se aqui o terreno um pouquinho maior, eu já tinha aumentado. O meu terreno é muito estreito. No outro terreno é muito longe e não dá. Mas se eu tivesse condições eu iria aumentar. (Agricultor familiar, 60 anos).

Comecei com dois hectares e meio e depois eu arrendei mais um hectare de um vizinho que não quis mais. Ele plantou muito tarde e planta fumo até hoje. E olha, pretendo aumentar a maçã. (Agricultor familiar, 39 anos).

Eu comecei com um hectare. Daí eu já plantei, no segundo ano, mais um e meio e fiquei com dois e meio hectares. No terceiro ano plantei mais dois e meio, e fui pra cinco hectares. Daí aluguei mais um. Hoje to, no total, com seis hectares. (Agricultor familiar, 25 anos).

A preocupação com a sucessão hereditária da propriedade é identificada no depoimento de um agricultor, segundo o qual a nova atividade é vista como a garantia para a manutenção do filho na propriedade, justificando, assim, o investimento na fruticultura:

A filha é casada e já foi embora. O meu filho gosta e trabalha comigo na maçã. Eu plantei pensando que ele podia fica junto da gente. Fumo ele não produz. De vez em quando ele vai ajudar o vizinho no fumo, mas eu não gosto. Na maçã tá indo e acho que ele se dará bem se continua junto, e a gente aumenta o pomar. (Agricultor familiar, 60 anos).

Nesses casos, além da renda, os fatores não monetários também tiveram um peso importante nas escolhas das famílias. As práticas dos agricultores indicam que eles estão

dispostos a incorporar-se em propostas de diversificação produtiva, desde que sejam oferecidas condições favoráveis para promover a substituição do cultivo do tabaco na propriedade.

3.2.3 Agricultores que aderiram e, posteriormente, desistiram da diversificação implantada

A decisão pela implantação de uma nova atividade produtiva não significa um caminho sem volta. Entre as famílias entrevistadas, encontraram-se três famílias que implantaram o pomar como atividade alternativa ao fumo, mas depois desistiram da fruticultura.

A primeira delas decidiu aderir à diversificação influenciada pela rentabilidade que a nova atividade proporcionaria, de acordo com o que foi apresentado nas reuniões técnicas. Todavia, passados três anos da implantação do pomar, como as expectativas econômicas não se confirmaram na prática, a família arrancou o pomar de maçã. No depoimento, é possível identificar, também, que houve problemas de adaptação pela família às práticas culturais da nova atividade, quer na questão da demanda por mão de obra, quer no próprio manejo do pomar:

Os caras vinham, faziam reunião e faziam as contas deles. E do jeito que eles faziam as contas todo mundo desistia mesmo do que tava fazendo e saía correndo pra plantar maçã, porque era pra ganhar muitíssimo dinheiro. Mas não é assim. Daí eu vi que não ia produzir e no terceiro ano arranquei. O que produzia era só peste. Só de veneno nós gastávamos quatro, cinco mil reais e não resolvia. O serviço era um absurdo. Eu não tinha tempo pra nada. [...] A sorte foi que nós não paremo com o fumo. Porque se não, hoje, o banco podia querer tomar alguma coisa e a gente não ia poder pagar. E nós fomos remando e fomos pagando aos poucos com o dinheiro do fumo. (Agricultor familiar, 46 anos).

Um aspecto relevante é que dois filhos, com idades de 21 e 24 anos, permanecem morando em casa e, por conta dessa disponibilidade de mão de obra, decidiram ampliar a produção do tabaco utilizando, inclusive, a área em que estava a maçã, demonstrando a estreita relação entre esse fator e a atividade tabaqueira. Atualmente, a renda familiar é resultado da diversificação do fumo com a produção leiteira:

Daí resolve aumenta o leite também. E no fumo hoje, meu mesmo é 50 mil pés, mas junto com os piás vai dá cem, cento e pouco mil pés de fumo. Cada um tem sua parte, mas trabalhamos tudo junto. (Agricultor familiar, 46 anos).

Nos demais casos, as famílias arrancaram os pomares e desistiram de plantar fumo. O principal motivo alegado por esses produtores, tal qual o anterior, também está relacionado com o resultado econômico, que ficou aquém do prognosticado pelos promotores da proposta da implantação da fruticultura em Monte Castelo. Por consequência, a família teve que utilizar a renda de outras atividades para cobrir as dívidas do investimento na fruticultura, dentre elas a pecuária de leite:

Porque é o seguinte, por exemplo, no começo de ano nós tínhamos o pulverizador pra pagar e mais o investimento e os insumos da maçã pra pagar. Da onde a gente tirava o dinheiro? Você tem que tirar do fumo e do leite. Todos estes últimos cinco anos nós estamos fazendo isso. Ano passado não vencemos pagar. Eu fui ao banco transferir por mais um ano porque a maçã deu 3 mil reais só de insumos porque deu Proagro. Então nós tivemos trabalhando todos esses anos no fumo pra pagar banco. O que sobra vai pro banco. Então nós decidimos parar tudo, pagar o que nós estamos devendo e parar. A maçã tava dando só prejuízo. (Agricultora familiar, 48 anos).

Eles falavam nas reuniões que a maçã dava uns 30 mil reais por ano num hectare. E aí o cara pensa 'é isso que eu quero mesmo', pensando que com dois hectares estaria rico, mas ele não fazia a conta do investimento que ele tinha que fazer. Então ganhou o cara que produziu a muda. Ganhou o prefeito que fez uma política abertamente e fez um alarde, e o gerente do banco que cumpriu com as metas dele. Então foi meio empurrada a coisa. [...] Sim, já foi tudo arrancado. [...] Ficamos com 50 mil de prejuízo, que agora é que vamos começar a pagar. (Filho, 28 anos, não mora mais na propriedade).

Vale frisar que, em alguns casos, a desistência do cultivo do tabaco está relacionada com a limitação de mão de obra familiar, causada quer pela saída dos filhos da propriedade, quer pela condição de serem ainda crianças e estarem impossibilitados, legalmente, de ajudarem os pais:

A mão de obra agora diminuiu pra nós. Então o pai que continue viajando, e nós dois [o filho mais novo] cuidamos do leite. Os outros dois filhos já saíram. Pagamos o que devemos e não vamos gastar mais. Porque com o leite nós vivemos tranquilo. (Agricultora familiar, 48 anos, grifo nosso).

A esposa dava aula e quando as crianças tavam em casa e dava sobra de tempo daí eles ajudavam. Daí eles foram saindo e eu fiquei sozinho, e daí com camarada era mais difícil. A gente mais se estressava por causa de gente porque não arrumava gente pra trabalhar. O motivo pra nós sair do fumo foi falta de gente pra trabalhar. (Agricultor familiar, 56 anos).

Segundo os entrevistados em Monte Castelo, para a viabilização da permanência dos filhos na propriedade, foram apontados a produção de leite e o fumo como as alternativas produtivas mais confiáveis no momento:

Olha, se perguntar pra eles se querem ficar no meio rural, acho que nem eles sabem. E se eles ficassem eu recomendaria que trabalhassem com fumo e leite. (Agricultor familiar, 46 anos).

Na verdade eu até tentei, mas não deu certo. Hoje a única coisa que dá na agricultura é a produção de leite. Porque não depende de clima. Uma vez até pensei em voltar pra trabalhar com leite, mas a minha esposa é muito urbana e, como falta muita coisa aqui no interior, desisti. (Filho, 28 anos, não mora mais na propriedade).

A limitação da área produtiva é destacada, nas entrevistas, como outro fator impeditivo para a sucessão hereditária das atividades da família. Segundo os agricultores, à medida que os filhos vão crescendo, há a necessidade de que a receita obtida da produção acompanhe a demanda familiar. O fato de não haver possibilidade de ampliar a atividade agropecuária por causa da restrição do tamanho do terreno leva os agricultores a projetarem a saída dos filhos da propriedade:

Olha o senhor chegou na hora que estávamos conversando. Nossa filha já casou e foi embora. O Júnior [filho, 25 anos] vai sair. Se o outro [filho, 17 anos] e o mais novo [filho, 7 anos] ficarem aqui, os dois não sobrevivem. Nós vamos ficando velhinhos e já sofremos muito. É pouca terra e é muito difícil de você sobreviver com pouca terra. O pequeno hoje não tem força. O agricultor passa muita dificuldade. (Agricultora familiar, 48 anos, grifo nosso).

Nosso dois filhos já foram embora de casa. Mas, se algum deles quisesse voltar para a agricultura, eu não recomendaria. Não vale a pena. Especialmente para plantar fumo. Além do mais, não ia ter terreno pra todo mundo. (Agricultor familiar, 56 anos).

De acordo com depoimentos orais, a pluriatividade se tornou uma estratégia utilizada por esse grupo de famílias para compensar a falta da renda provocada pela desistência nas atividades. Diferente da diversificação que utiliza os meios de produção próprios da unidade familiar para a sua exploração, a pluriatividade considera outros tipos de atividades que não utilizam os meios de produção para gerar renda (PRIEB, 2005). Nesses casos, onde houve a desistência tanto da fruticultura como do tabaco, foi possível identificar que ou o marido ou a esposa desenvolvem atividades fora da propriedade, trabalhando de motorista de caminhão e professora, respectivamente.

A perspectiva de futuro para as famílias que desistiram da diversificação é a de continuar produzindo o fumo, para aquelas que o mantiveram. Para as demais, a intenção é investirem em outra alternativa, como a atividade leiteira.

3.3 Agricultores familiares que mantiveram o sistema produtivo da propriedade

Entre os agricultores familiares de Monte Castelo, a pesquisa identificou aqueles que escolheram não iniciar uma nova atividade econômica, mantendo o mesmo sistema produtivo na propriedade, tendo como base o tabaco. Entretanto, outras culturas são produzidas visando ao autoconsumo familiar e à comercialização, mas com pouca participação na renda familiar.

Os principais fatores limitantes para o ingresso às iniciativas de produção estão associados à insegurança na comercialização, alto custo de investimento e problema de infraestrutura das estradas, que dificulta o acesso à propriedade. A opinião de um agricultor familiar (42 anos) retrata a expectativa que eles têm em uma nova atividade: “*Pra nós, em primeiro lugar, a renda tem que ser boa e com o transporte garantido*”. A mão de obra assume um papel ambíguo quando considerada na avaliação, uma vez que, por um lado, exerce uma influência positiva na implantação de uma nova atividade quando esta utiliza menor quantidade de trabalho manual e, por outro lado, inviabiliza uma nova iniciativa ao competir com a mão de obra comprometida com o fumo. Diante desses fatores, o tabaco se fortalece como a melhor alternativa de renda e segurança para esses agricultores:

As outras coisas que nós temos aqui é pro gasto. Porque ali tem gente que planta esse pepino. Uns tão plantando e outros pararam porque não dá lucro e dá também muito serviço e então é ruim. Pra nós, o pepino não dá, porque essa de colher e o caminhão vim pegar não dá. Aqui, quando é alagado, não tem como o caminhão passar. O leite também é complicado. Esses dias tava duas, três semanas alagada a estrada e daí não dá pro leite sair também. E daí não dá lucro. E talvez com a fruta também. Você colhe, com uma chuvarada dessa ela fica duas, três semanas ali e você acaba perdendo. (Agricultor familiar, 40 anos).

Quanto à Cooperpomares, todos os entrevistados tiveram acesso à proposta para a implantação de um pomar na propriedade como uma forma de diversificação das atividades produtivas. Os agricultores participaram de atividades de qualificação, especialmente os Dias de Campo promovidos pela cooperativa, que proporcionaram informações necessárias para avaliar a sua adesão ao projeto. Os agricultores entrevistados revelaram que um dos principais motivos que influenciaram na decisão de não diversificar a propriedade foi a insegurança no retorno econômico, na comercialização e na perspectiva de futuro da fruticultura no município. Em alguns casos, os agricultores familiares preferem aguardar os resultados daqueles que implantaram a área de maçã para, então, decidir o que fazer:

Por que nós não plantamos a maçã? Sei lá. É que ali o vizinho plantou. Daí a gente esperou pra ver se do outro ia dar lucro. E daí a gente fica assim, uns já arrancaram a fruta, porque disse que não dá lucro. Daí a gente fica meio, sei lá. Porque às vezes planta a fruta e, se não der lucro, é prejuízo. E a gente era pequeno e vai aumentando o que pode. (Agricultor familiar, 40 anos).

Naquela época o Pedrão veio conversar comigo. Achou que era muito bão e tem um cara que planta maçã aqui pra frente. Ele achou boas as nossas terra. [...] Ele falou pra mim aquela vez que pode plantar maçã porque dá antes por causa do clima. Mas daí nós não podia. Não se interessemo. Pro senhor vê, pra plantar maçã dependia de trator, dinheiro e um monte de coisa. Aí a gente não tinha jeito pra maçã. E não tamo arrependidos. (Agricultora familiar, 46 anos).

Em relação à maçã, nós não plantemo, um motivo foi porque o tamanho da nossa área. Outra coisa é a falta de segurança de começar uma coisa nova. O risco era grande e nós achemos que pra nós o risco era muito grande. O pessoal veio aqui, explicaram a questão da maçã, mas não se interessemo. [...] Os filhos também ficaram sabendo da proposta da Cooperpomares. Mas se hoje o filho, esse que vai planta fumo, quisesse planta maçã, eu diria que não. Nós tamo vendo que tem muito problema com a maçã, especialmente os que plantaram em volta. Ou tão deixando, ou arrendaram, ou eles tão arrancando o pomar de maçã. Outra coisa que dá insegurança é a comercialização. Daí não se interessemo muito. (Agricultor familiar, 61 anos).

Além dos aspectos mencionados, a afinidade com a fruticultura também foi apontada como um fator contrário à adesão, o que demonstra que, além da perspectiva econômica, o agricultor considera a sua adaptação ao sistema de produção da nova atividade tomando como parâmetro a sua prática com a lavoura de fumo. Também nesses casos a observação aos que aderiram influenciou na decisão:

Agora, desse da maçã, davam 60% de garantia. Mas não é só isso. Mexeu com a cabeça de nós, fumicultor. Porque não precisava abandonar o fumo, como foram no caso da maçã. E a gente foi vendo. Só que teve gente que devia de ter cortado um pouco do fumo. Plantava 40 mil pés e você via que era um serviço suficiente pra ele. Mas tinha um ou dois hectares de maçã, milho mais dois hectare, e mais feijão. Eles tão entregando a maçã, mas eles não venceram. Eles se apuraram daí com o fumo, porque foram na maçã e não tavam acostumado. E daí não cuidou da maçã e nem do fumo. Então daí sabe o que deu? Abandonaram a maçã e tão só com fumo. Daí nós preferimo continua no fumo. (Agricultor familiar, 42 anos).

Cabe ressaltar que, dentre os agricultores entrevistados que não aderiram à proposta de diversificação, um deles é irmão de um dos que implantaram o pomar de maçã, associaram-se à cooperativa e abandonaram o fumo. Ambos trabalhavam em parceria com o pai na produção de tabaco, sendo que as três famílias moram na mesma propriedade onde hoje cada um desenvolve a sua atividade. Aquele que manteve o plantio de fumo não quis fazer sociedade com o irmão nem investir em um pomar próprio, segundo o agricultor, por incompatibilidade com a atividade e por considerá-la de alto risco. Atualmente, ele auxilia nos trabalhos com a

maçã, mas pensa em diversificar sua parte da propriedade, com a implantação de um aviário de frangos, em sistema de integração com uma agroindústria instalada na região. A opção deve-se, principalmente, a esta atividade estar menos suscetível às variações climáticas e, conseqüentemente, apresentar menor risco:

Foi por causa que eu, assim, o serviço da maçã eu quase não gosto disso. Não me chamou a atenção. Mas eu ajudo ele quando aperta muito o serviço. [...] E já tivemos problemas com a maçã por causa de geada. O granizo também deu, mas não foi tanto que nem a geada. Matou tudo. [...] Faz tempo já que eu tenho pensado em colocar uma granja. Daí nunca dava certo. Até a Tyson vim pra cá. Daí a gente soube que eles financiam 100% pra tudo. Se fosse pra construir por conta própria, não tinha condições. Agora vamos fazer a granja e ela vai ser financiada pra dez anos. Então até esses dez anos vai sobrar pouco. Então tinha que plantar pelo menos um pouco de fumo pra gente viver. [...] Acho que vai ser bom lidar com os frangos por causa que acho que depende menos do clima. (Agricultor familiar, 31 anos).

As propostas de diversificação que chegam aos agricultores são provenientes da prefeitura, com o programa de feira livre; da Cooperpomares, com o cultivo de frutas; bem como da Epagri, Embrapa, sindicatos e de fomentos de agroindústrias na área de hortaliças e aves:

Daí o pessoal da prefeitura veio, e falaram se nós queria participar da feira livre. Daí tava só eu e o menino, o marido não tava. Daí eu falei pra eles que vontade de ir a gente tem, só que nós não temo condução pra levar e como que vai levar numa moto as coisas pra vender? Não tem como. Daí que ele se ofereceu, disse que isso não é problema, e que vinha buscar a gente e não ia cobrar nada. Pra ajudar. Daí nós tiramos as verduras e vamos lá vender nos sábados. (Agricultora familiar, 46 anos).

Tem o leite que nós tamo pensando em aumenta e participar do grupo que a Epagri tá montando aqui em Monte Castelo. Parece que vai dá certo. Por um lado dá menos serviço, e o senhor vê, só dentro de casa, como se diz. Pra tirar o leite é fácil, que tão tudo em volta de casa e o dinheiro entra todo mês. (Agricultor familiar, 47 anos).

Quem estimula a gente na questão de começar a plantar outras coisa aqui no município é a Cooperpomares com a maçã, e a prefeitura através da feira livre. Tem também o tio da minha esposa, que é presidente do sindicato que também estimula plantar outra coisa no lugar do fumo. (Agricultor familiar, 61 anos).

Já teve numa reunião que nós fumo lá no sindicato, se lembra? Sobre a verdura e que até eles disseram que iam dar as muda pra nós. Naquela reunião que nós fumo, tava os cara da Embrapa de Canoinhas. Mas daí era verdura e arvoredo. Nós se interessemo no arvoredo que diz que eles iam dar era cento e poucos pés de muda que iam dar enxerto. Era 130 pés de muda, cinco de cada qualidade. Esse negócio era muito bom. Daí faltou verba não sei o que lá, não saiu. Não saiu, mas que eram bom que desse certo pra nós ter um pomar em casa. (Agricultor familiar, 42 anos).

Com base nas declarações, percebe-se que as iniciativas por parte dos agentes locais, *a priori*, desenvolvem-se de forma individual e desarticulada entre as instituições. Cada qual busca oferecer ao seu público atendido programas que estimulam a valorização do policultivo nas unidades produtivas, com forte viés para atendimento do autoconsumo familiar e produção de excedentes mercantis, com vistas a levantar alguma renda. Não há, por parte das instituições locais, a intenção de substituir o plantio de tabaco, mesmo que eventualmente seja colocado como uma possibilidade.

As alternativas de diversificação da propriedade, hoje disponíveis para os agricultores familiares que cultivam fumo, não se apresentam muito atraentes, a ponto de uma substituição integral do tabaco. Na avaliação dos agricultores, dois fatores são fundamentais para a passagem a uma nova atividade produtiva: a renda e a segurança. A grande parte dos entrevistados expressa que faria a substituição do fumo caso outra atividade apresentar boa rentabilidade, garantia de comercialização e assistência técnica. Eles afirmam que, se a nova atividade estiver inserida em uma cadeia produtiva aos moldes da cadeia do tabaco, favorecerá a sua incorporação. Isso demonstra o quanto o sistema de integração pesa na decisão do agricultor em permanecer na produção ou investir em uma nova atividade produtiva, seja ela qual for, uma vez que o integrado se sente contemplado nos quesitos renda e segurança:

Olha se tivesse condições de te alguma outra coisa que desse o mesmo tanto ou um pouco mais que o fumo, nós parava de planta o fumo. (Agricultora familiar, 36 anos).

Se der pra nós continua no leite e na verdura, daí a gente vai diminuindo o fumo, até que um tempo para de vez. Não dá pra para de uma hora pra outra. Mas vai plantando menos. Até que quando vê: 'Vamo larga agora que as outras coisas estão dando mais'. E se essa comercialização fosse tipo do fumo, ia ser muito melhor. A gente, como diz, com a verdura já trabaia menos. Não se moiava na roça nada. Que nem com a verdura com o tempo ruim. É só pra ir tirar a verdura, mas trabaia nela não tem como. E o fumo tem que colhe. Chova ou venta tem que tá lá, se moiando e tudo. A verdura é muito mior. Bem menos mão de obra. (Agricultor familiar, 47 anos).

E em relação à decisão de continua na atividade de fumo ao invés de uma outra, o que mais leva em conta é especialmente a questão da segurança da venda, da comercialização e do dinheiro, que nunca sobrou, mas sempre o fumo conseguiu cobri as despesas, e sempre sobrava pro ano. Não muito, mas sobrava. (Agricultor familiar, 61 anos).

Se o leite e as hortaliça tivesse o mesmo esquema do fumo, eu acho que aí seria mais seguro pra gente começar essas atividades. Outra, hoje tem comércio. Mesmo assim continuaria com um pouco de fumo, até firmar bem. Porque, como diz aquele ditado: 'fica com um pé atrás'. Parar todo é difícil. A gente pode cortar pela metade a quantia. Porque, veja o senhor, plantando 15 mil pés, eu vou lá e colho com um, dois dias. Daqui a 15 dias vou colher de novo ele. Se fizer aplicação certa de adubo

e tudo, na roça ele vai sozinho. Ele não vai te atrapalhar em nada. O senhor pode ver, não tem feijão, milho que dê isso. Nós temo aqui mais de 10 mil kg de milho em espiga. Mas hoje ele tá 18 reais o saco ou logo tá 13 ou 25. Eu vendi a 28, 26 reais na nova safra. O feijão a mesma coisa, você tá plantando e ele animado tá 70 reais o saco. Quando você colhe e guarda ele e, por exemplo, você vai depende de vender já caiu o preço. Ele tá 35, 40, então ele desanima planta. E o fumo eu sei. Se eu fiz BOI, qualificou. E os preço a gente conhece. Então você sabe o que vai vender lá pra frente. E se tá precisando de dinheiro, você manda pra empresa. Se os outros fossem que nem o fumo daria muito mais confiança. (Agricultor familiar, 42 anos).

Um agricultor entrevistado relata o caso do vizinho que tinha bons resultados com o cultivo do tabaco e que, por conta disso, começou a investir em outras atividades, dentre elas a produção de leite e de frangos de corte, em sistemas integrados com agroindústrias. A partir do momento em que a renda das produções alternativas se mostrou segura e superior à do tabaco, a família teve segurança para tomar a decisão de abandonar totalmente o fumo:

Os mais bem de vida. Os cara mais forte já pararam tudo com o fumo. Que nem ali o vizinho. Aquele ali plantava bastante fumo e largou mão. Porque ele tava com fumo e colocou a granja, e as vaca de leite. Acho que hoje ele tem umas 15 vacas. Daí um dia eu tava perguntando pra ele, e ele disse que achava que fumo nunca mais. (Agricultora familiar, 46 anos).

As opiniões expressas pelos agricultores familiares, produtores de fumo de Monte Castelo, representam não só o modo de pensar desse público. O cerzimento entre os fatores de renda e segurança acaba se tornando um parâmetro de análise construído ao longo do tempo, quer seja um produtor de fumo, quer outro indivíduo. Não obstante, dificilmente os agricultores familiares relacionam a intenção de parar de cultivar o tabaco porque é prejudicial à saúde. Isso significa que a questão saúde não é tão decisiva nas escolhas do produtor. Paulilo (1990) aborda essa questão com muita propriedade quando afirma que compreender o comportamento econômico como algo puramente racional ou como um fim em si mesmo é um erro, uma vez que valores construídos ao longo da vida social influenciam o agricultor integrado na escolha entre rendimento e segurança, pois é precipitado relacionar *comportamento econômico* unicamente com o *ganhar mais*, fazendo alusão a ganho monetário. A autora acrescenta que há necessidade de se “compreender a matriz valorativa que orienta a conduta dos entrevistados, sua conduta política e seus movimentos reivindicatórios” (PAULILO, 1990, p. 178), para que se consiga entender as escolhas desses agricultores.

Os dados do questionário revelaram que, entre os oito agricultores pesquisados em Monte Castelo, 60% vêm plantando a mesma quantidade de fumo nos últimos cinco anos.

Vale notar que a quantidade de fumo cultivada a cada ano está estreitamente vinculada à mão de obra disponível na propriedade. Eles plantam uma quantidade de fumo que possa ser cuidada pelos membros da família, de forma a evitar a contratação de mão de obra de trabalhadores assalariados, o que faria aumentar o custo de produção. Os demais estão diminuindo gradativamente a produção nas últimas cinco safras, sem, no entanto, planos de suprimir inteiramente a atividade em curto prazo:

Eu venho plantando 40, 45 mil pés de fumo por vez, mais ou menos isso. E tamo plantando essa quantidade há muito tempo. Tá bom assim. Só trabalhamos com a família. (Agricultor familiar, 31 anos).

Hoje eu planto 35 mil pés de fumo. Nos últimos anos tinha aumentado de 30 mil para 35 mil pés e aumentar mais, mas daí a safra deu ruim e resolvi ficar nisso. Não vou aumentar mais. Como diz aquele ditado: que não sabe se vai longe isso e é aí que assusta um pouco. O comentário do pessoal é esse. Se parou o fumo, é rua, é pra cidade, ou sei lá pra onde vai. Daí vai ser uma tragédia porque na cidade não dá pra viver. (Agricultor familiar, 42 anos).

Nós plantamos hoje 30 mil pés de fumo. Mas nos últimos anos nós já diminuimos. Ano passado foi 60 mil, dava duas estufas. No ano retrasado, parece que nós conseguimos quase 80 mil pés. E daí foi só diminuindo, ano passado foi 60, e agora vai pra 30 mil pés de fumo. Mas parar de vez não tem como. (Agricultor familiar, 47 anos).

A quantidade plantada no ano passado foi em torno de 30 mil pés de fumo, e chegou em anos anteriores a 60 mil quando os dois filhos plantaram juntos. Daí, um dos filhos também deixou de plantar fumo, vai só trabalhar como empregado. E o outro, vai plantar 18 mil pés de fumo agora no próximo ano, e eu vou só ajudar ele. Então, nestes últimos cinco anos, a gente vem diminuindo, até porque a mão de obra também diminuiu. (Agricultor familiar, 61 anos).

Vale reiterar que os produtores de tabaco reconhecem uma estreita relação entre a satisfação e renda gerada pelo fumo, que, por consequência, proporciona a melhoria na qualidade de vida da família: “*Não adianta, não tem outra renda melhor que a do fumo. Não dá grande coisa, mas tudo o que a gente conseguiu até hoje é do fumo.*” (Agricultor familiar, 42 anos).

O sentimento de satisfação expressada diz respeito às melhoras no seu nível de bem-estar, principalmente se comparado ao da maioria dos agricultores familiares do país. Apesar de terem suas vidas sacrificadas, o fato de a atividade tabaqueira, por meio do processo de integração, proporcionar uma renda líquida superior à que seria obtida com outras atividades viáveis na região faz com que os produtores se sintam satisfeitos com o fumo (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Além do fator econômico, a segurança na comercialização da produção, proporcionada pelo sistema de integração, contribui para que as famílias avaliem como vantajosa a cultura do fumo. Os agricultores familiares entrevistados que integram o grupo que não aderiu à proposta de diversificação estão integrados a alguma agroindústria tabaqueira. Eles avaliam que a integração com a agroindústria mostra-se vantajosa sob uma perspectiva econômica, fator que se torna preponderante na decisão de não pararem com o fumo:

Nunca tivemos um problema com a empresa. Acho que com o contrato é melhor. Com o contrato a gente leva o fumo bom e o ruim e eles compram tudo. E por fora tem os picaretas² e eles podem até vim, mas eles judiam um pouco no preço. Se vale sete reais, eles pagam no máximo seis. É eles que têm que ganhar. E a firma serve pra isso, é garantir a compra dela. Porque tem firma, uma semana tá fazendo lá em cima, outra semana dá uma caída. Mas se for produto bom, fumo de qualidade, eles mantêm a compra. (Agricultor familiar, 47 anos).

Hoje nós vendemos pra Alliance de Canoinhas, mas sempre o melhor pra nós foi a Souza Cruz. Nós só trocamos porque a Souza Cruz no último ano queria adiantar o pagamento do pedido. E nós só podia pagar com um fumo que ainda tinha sobrado no paiol e eles não quiseram. Daí a Alliance aceitou o fumo pra adiantar o dinheiro e nós conseguimos fazer o pedido. Mas fora disso sempre foi muito boa parceira com a empresa. Sempre foi muito bom de negociar com eles. Sempre classificou bem. Enquanto as outras empresas estavam com problema de classificação, ela sempre classificou certinho o nosso fumo. E sempre pagaram certinho. Nunca houve problema. (Agricultor familiar, 61 anos).

Olha, sempre fizemos o contrato com a empresa e nunca tivemos problema. Agora o pedido vai ser o seguinte também. Ali que vai ser o problema do fumo. Eu fiz o pedido agora esses tempos e agora mudou. Não era assim antes. Você fazia o pedido e pagava depois que o fumo tava lá entregue. E agora não, já tem que pagar 30% antes. Paguemo adiantado, e no outro ano vai ser de 60 a 100% tem que pagar já, se não eles não tiram o pedido. (Agricultor familiar, 42 anos).

O pagamento adiantado do custeio da safra, mencionado pelos entrevistados, refere-se a uma medida que algumas empresas fumageiras adotaram de não mais cobrar todo o valor do pedido da safra no momento da entrega do tabaco. Tal medida faz com que o agricultor se responsabilize por levantar recursos financeiros de parte do custeio da sua produção. Outrossim, os agricultores que não conseguem cumprir essa exigência, aos poucos, são descartados pela empresa e migram para outra agroindústria que ainda não implantou essa medida. Em suma, tal estratégia caracteriza um processo de seleção de agricultores. De acordo com os entrevistados, essa prática de seleção/exclusão de agricultores produtores de fumo foi observada a partir da safra 2010-2011. Contudo, vale destacar, esse processo está em

² Picareta é a denominação dada aos intermediários que compram o fumo diretamente do produtor e o revendem à agroindústria tabaqueira.

curso, ainda não tendo sido devidamente pesquisado, considerando que não foi encontrada referência sobre o assunto na bibliografia consultada.

As consequências só não são maiores pois pelo menos seis empresas fumageiras atuam em Monte Castelo, o que implica a disponibilidade de alguma que se aproveita do descarte das outras. Ao mesmo tempo em que há um processo de seleção adotado pelas fumageiras, Buainain e Souza Filho (2009) discorrem sobre estratégias desenvolvidas pela agroindústria tabaqueira no intuito de estreitarem as relações de confiança e fidelização com o agricultor, por meio de disponibilização de serviços e recursos não relacionados com a produção de fumo.

Segundo os mesmos autores, o arranjo produtivo em que se desenvolve a atividade tabaqueira, baseado na oferta de matéria-prima produzida por pequenos agricultores familiares, por meio do sistema integrado de produção, permitiu diminuir substancialmente o risco econômico assumido pela agroindústria. Por outro lado, os agricultores familiares, mesmo com o reconhecido progresso nas condições de bem-estar, sustentado pela renda gerada pela produção de tabaco e pelo endividamento, continuam descapitalizados, com difícil acesso a financiamento. Mas, não fosse o sistema integrado, não permaneceriam na produção de tabaco.

Do exposto, pode-se inferir que, apesar da presença da chamada “cultura do fumo” como forte componente na vida dos agricultores familiares, produtores de tabaco, em Monte Castelo, os fatores preponderantes que influenciam na decisão de se manter na atividade tabaqueira estão relacionados à renda e à segurança que oferece o cultivo do tabaco. Isso está relacionado, principalmente, com o sistema integrado a que o produtor está vinculado e não, necessariamente, com a atividade produtiva.

O fato de não terem aderido à proposta de diversificação não significa que as famílias pratiquem o monocultivo de fumo, até porque a diversificação produtiva mostrou-se presente em todas elas. Os agricultores estão dispostos a avaliar novas alternativas produtivas, mas, pela segurança proporcionada pela renda e trabalho do fumo, não estão dispostos a correr riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tabagismo tornou-se um problema social e econômico, tanto no cenário mundial quanto nacional, em virtude da promulgação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pela Organização Mundial da Saúde. Tal problematização, desencadeada em escala global, tem repercussões, diretas e indiretas, na vida de todos os cidadãos, sejam eles consumidores ou não de tabaco, sejam comerciantes ou produtores dessa matéria-prima. O estudo aqui proposto procurou evidenciar as implicações de tal convenção sobre os agricultores familiares, produtores de tabaco do município de Monte Castelo/SC, tanto no sentido de implementar novas atividades produtivas, com vistas à diversificação da propriedade, quanto de manter-se no sistema produtivo do fumo.

No âmbito nacional, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco está atuando no intuito de cumprir os artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro, que visam à promoção da diversificação produtiva na propriedade produtora de fumo e à garantia da preservação ambiental e da saúde dos trabalhadores no tabaco. Dessa forma, o estudo em Monte Castelo analisou como a diversificação produtiva é percebida pelos agentes sociais locais e como influencia na vida das famílias rurais. Por fim, o estudo oportunizou analisar a diversificação, a partir do olhar do agricultor familiar, produtor de tabaco de Monte Castelo, bem como os principais obstáculos e quais os fatores que influenciam positivamente na decisão de alterar seu sistema produtivo ou de mantê-lo.

Nesse sentido, é possível identificar que o tema tabagismo ocupou espaço relevante nas discussões mundiais, por meio da abordagem dos efeitos nocivos do tabaco na saúde humana, podendo-se identificar dois grupos bem definidos que polarizam os debates. Um deles, liderado pela Organização Mundial da Saúde, que busca o apoio de governos e entidades alinhadas, no intuito de implementar ações que restrinjam, progressivamente, o consumo de produtos derivados de tabaco em prol da saúde humana, que culminou na elaboração e aprovação da Convenção-Quadro, em 2003. A promoção de ações em prol da saúde se tornou a principal estratégia para fazer frente aos interesses econômicos da cadeia produtiva do tabaco, relegando a segundo plano as questões relacionadas à produção do tabaco, dentro do debate sobre o tabagismo. As discussões sobre o setor de produção ocorrem dentro de um Grupo de Trabalho formado, principalmente, por representantes dos países produtores da matéria-prima, na sua maioria, pertencentes ao bloco econômico dos países em desenvolvimento. Outro elemento que denota a preocupação dos efeitos nocivos causados

pelo tabagismo, em detrimento da produção do fumo, está expresso na própria Convenção-Quadro. Dos 38 artigos, apenas dois tratam da questão da produção, de uma forma superficial, transferindo ao Estado a responsabilidade de realizar as ações efetivas. Consta-se que, por se tratar de um produto lícito, sem restrições ao cultivo, a Convenção-Quadro não faz relação com a proibição do cultivo do tabaco. Porém, como eufemismo, utiliza a noção de promover a diversificação produtiva nas áreas produtoras de fumo, quando a sua real intenção é a substituição integral da atividade tabaqueira.

Em contraponto, o grupo representado pela agroindústria do tabaco, com o apoio do setor ligado ao comércio e de entidades representativas dos agricultores familiares produtores de fumo, articula-se em escala mundial no intuito de manter a cadeia produtiva do fumo em atividade. Nos debates, a agroindústria reconhece os efeitos nocivos dos produtos derivados do tabaco sobre a saúde humana, mas, de acordo com o documento da *British American Tobacco* (2000), como não são produtos ilegais, transfere a cada cidadão a responsabilidade da escolha de fazer uso deles, pelo livre arbítrio. Acrescenta ainda o argumento de que a cadeia produtiva do tabaco movimentava um expressivo valor monetário, sendo muitos setores da sociedade dependentes do seu retorno econômico, principalmente os agricultores familiares, produtores de fumo. Sob essas perspectivas, as agroindústrias entendem que o tabaco, tanto como produto de consumo quanto como de mercadoria, apresenta-se como produto inevitável das escolhas individuais e incorporado ao hábito de parcelas significativas da população mundial, bem como produto capaz de gerar renda e emprego para os agricultores, produtores de fumo. Bourdieu (1998), ao analisar o neoliberalismo no final da década de 1990, chama a atenção para o fato de que a inevitabilidade parte da existência de um conjunto de pressupostos que são impostos como óbvios, nos quais fatores relacionados às forças econômicas são apresentados como o fim último e único das ações humanas, ocorrendo um rompimento entre o econômico e o social. A análise de Bourdieu auxilia a perceber que o aspecto social, relacionado à questão da saúde tanto dos usuários de tabaco quanto das famílias produtores da matéria-prima, tem apresentado sua força diante do interesse econômico, gerando, assim, a existência e o embate de campos distintos.

No Brasil, o debate em relação ao tabagismo transcorre em torno de duas abordagens. A principal delas diz respeito aos malefícios que o tabagismo causa à saúde humana. Como o tema atinge a grande maioria da população mundial, consumidores ou não de tabaco, a sociedade tem sido envolvida no debate, por meio de entidades civis antitabagistas e dos meios de comunicação de massa, bem como pelas ações restritivas impostas pelas leis quanto ao consumo do tabaco nos espaços públicos e de convivência social. O aspecto dos efeitos

nocivos do tabaco sobre a saúde humana foi decisivo na ratificação e implementação da Convenção-Quadro em mais de uma centena de países, inclusive o Brasil.

A outra abordagem está associada à produção do tabaco, cuja ênfase recai sobre as questões sociais e econômicas, como preveem os artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro. Por se tratar de um importante produtor de folhas de tabaco, o debate em torno dos impactos negativos que o tratado poderia provocar nessa cadeia produtiva vem ocupando espaços importantes nas pautas de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Por envolver, aproximadamente, 200 mil famílias de produtores, o setor fumageiro brasileiro passa a ter um papel relevante nas negociações da implementação da Convenção-Quadro no contexto nacional. A partir daí, qualquer ação governamental no sentido de cumprir o tratado é associada ao impacto negativo que poderá causar aos produtores de fumo. Nesse sentido, o governo brasileiro tem procurado agir de forma que as ações antitabagistas não causem uma interrupção drástica no cultivo do tabaco, evitando tensões, conflitos ou até mesmo um colapso social nas regiões produtoras. A estratégia encaminhou-se no sentido de utilizar a diversificação produtiva como meio de diminuir a dependência da renda familiar ao fumo.

Tal afirmação pressupõe que haja uma permanente discussão sobre o tema entre os agricultores familiares e que as posições atribuídas aos produtores sejam decorrentes desse processo. Na realidade enfocada pela pesquisa, a participação dos produtores de fumo ocorre por meio de suas instituições de representação social, especialmente sindicatos e associações. Os agentes sociais vinculados a essas instituições estão legitimados e autorizados a intervir em nome de seus representados. Os agricultores de Monte Castelo revelaram a falta de conhecimento acerca da Convenção-Quadro e do PNDACT, uma vez que, no máximo, alegaram ter “ouvido falar” sobre o assunto. A crença dos agricultores nas palavras dos seus dirigentes e a delegação a estes para tomarem decisões que interferem nas suas vidas são decorrentes da legitimação que estes mesmos dirigentes constroem ao longo do tempo, muitas vezes transformando um discurso individual em um discurso consensual do coletivo representado. Na realidade, o que o agricultor familiar recebe de informação em relação a esse assunto é proveniente da perspectiva dos porta-vozes da agroindústria e das instituições a ela alinhadas. A assimetria de informações é um fator que dificulta ou impede que os agricultores venham a compreender os objetivos propugnados pela Convenção-Quadro e pelo PNDACT e se posicionar de forma crítica em relação à agroindústria. Nesse aspecto, porta-vozes do governo federal têm dificuldades de levar ao agricultor os esclarecimentos necessários para

que ele possa se posicionar de forma consciente frente à polêmica da produção do tabaco e do tabagismo.

A invisibilidade do PNDACT entre os agricultores familiares entrevistados em Monte Castelo pode estar associada ao seu período curto de vigência e desenvolvimento. É possível inferir que houve avanços na sua construção, mas seus impactos ainda são incipientes. Em face do curto lapso de tempo, não se pode esperar que as ações possam provocar mudanças significativas, sobretudo em uma cadeia produtiva tão enraizada e complexa como a do tabaco, cujas estratégias técnicas, mercantis e sociais, expressas no sistema de integração agroindustrial, desenvolveram-se e aperfeiçoaram-se ao longo de mais de cinco décadas na região de estudo. Não obstante, as ações governamentais relacionadas ao programa, capitaneadas pelo MDA, não dispõem de recursos financeiros e, principalmente, de recursos humanos para viabilizar ações diretamente com o agricultor familiar, produtor de tabaco. Em face de tais limitações, o PNDACT tem-se apresentado nas regiões produtoras de tabaco por meio de outros programas do MDA, a exemplo do Programa Territórios Rurais, o que faz com que o agricultor não reconheça sua ação de forma efetiva, como no caso dos associados da Cooperpomares, em Monte Castelo. Os coordenadores do PNDACT esperam que, com o desenvolvimento dos trabalhos de assistência técnica e extensão rural, contratados pelo MDA, com o objetivo específico de promover a diversificação nas áreas produtoras de tabaco, o programa alcance maior visibilidade e suas ações sejam mais impactantes, no sentido da diversificação produtiva e construção de alternativas ao cultivo do tabaco.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o governo federal se organiza e elabora medidas no sentido de cumprir as determinações da Convenção-Quadro, ele mantém um espaço de discussão de questões da cadeia produtiva do tabaco, principalmente no aspecto da sua produção. Tal ambiguidade apresentou-se no momento em que o governo instituiu o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, sob os auspícios do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujos debates e ações são protagonizados por instituições favoráveis à implementação da Convenção-Quadro; ao mesmo tempo, o governo mantém a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo, ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, fortemente influenciada pelos representantes do setor fumageiro, alinhados aos interesses da agroindústria do tabaco. Com esse cenário contraditório, é possível reconhecer que, mesmo no interior das instâncias públicas, constituem-se campos de poder articulados com o objetivo de fortalecer suas posições em prol de seus interesses econômicos, políticos e sociais.

Os dados levantados pela pesquisa acerca do uso do termo “diversificação” evidenciam uma pluralidade de significados. A diversificação produtiva, no sentido da exploração de mais de uma atividade agrossilvipatoril na propriedade, apresenta-se como uma ideia consensual entre os agentes sociais entrevistados em Monte Castelo. Da mesma forma, documentos relacionados à Convenção-Quadro e ao PNDACT, assim como documentos elaborados pela agroindústria do tabaco, defendem e apoiam a diversificação produtiva, no sentido de construir estratégias de geração de renda familiar e de garantir a manutenção e reprodução das famílias no meio rural. Nesse sentido, se todos pensam da mesma forma, onde se encontram as diferenciações e os impasses entre os diferentes agentes sociais que atuam na cadeia produtiva do fumo? A resposta é encontrada nos significados que cada agente expressa quando utiliza a noção de diversificação em seus discursos, que, por sua vez, está associada a diferentes interesses e razões.

Como alerta Bourdieu (2010), é necessário perceber a intenção objetiva que nem sempre está explícita no discurso declarado. Assim, no caso do PNDACT, a diversificação é utilizada como uma estratégia para que o agricultor familiar produtor de fumo promova a substituição total do cultivo do tabaco por outra atividade. O MDA espera que, à medida que o programa for se desenvolvendo, o tabaco deixe de fazer parte do sistema produtivo das unidades produtivas dos agricultores familiares brasileiros. Portanto, vale ressaltar que os agentes autorizados pelo PNDACT utilizam a expressão “diversificação” quando de fato gostariam de implementar processos de “substituição” do cultivo do tabaco por outros cultivos alimentares.

Para a agroindústria do tabaco, a noção de diversificação produtiva está associada ao cultivo de milho e feijão ou de pastagens anuais de inverno, em sucessão ao fumo. Tal conceito vincula-se a uma prática agrícola que combina uma sequência de cultivos na mesma área onde o fumo foi colhido. A agroindústria defende que o cultivo do tabaco deve fazer parte da composição da diversificação da propriedade. Porém, estimulando a geração de renda, por intermédio das demais culturas, o agricultor diminui sua dependência econômica ao tabaco, e, por conseguinte, a pressão social sobre a agroindústria. Essa estratégia pode afetar as negociações dos preços a serem pagos pela folha de tabaco, uma vez que as famílias suportariam a baixa de preços com a complementação da renda das outras atividades. Abre-se, também, a oportunidade de a cadeia produtiva se tornar mais seletiva na definição dos integrados.

Sob a perspectiva dos agentes locais de Monte Castelo, nota-se certo consenso quanto à importância da diversificação produtiva para a manutenção e reprodução da agricultura

familiar. No entanto, cada representante institucional atribui um significado à diversificação, de acordo com a política institucional que representa. Essa diversificação é vista como uma estratégia para melhorar a renda da família rural, mas não é reconhecida como algo novo e decorrente de uma política governamental em face ao tabaco. De acordo com os representantes das instituições pesquisadas, a diversificação produtiva sempre esteve relacionada com as características das famílias rurais de Monte Castelo, seja com fins mercantis, seja com destino ao autoconsumo familiar. Nesse contexto, o tabaco é considerado como uma cultura possível de ser explorada, como outra qualquer, orientada ao mercado e geradora de renda para as famílias de agricultores.

Ademais, é possível identificar que os dirigentes têm suas trajetórias de vida construídas de forma imbricada com a cultura do fumo. Muitos deles, desde criança, trabalharam no cultivo do fumo. Incorporaram, portanto, práticas, saberes e discursos relativos às atividades fumageiras, que nem sempre são tão desfavoráveis às estratégias de integração agroindustrial. Tal condição favoreceu, não raras vezes, a aproximação da instituição de representação desejada com a agroindústria do tabaco. Prova disso são os diversos projetos desenvolvidos em parceria entre ambos, sendo possível perceber que o entendimento de diversificação das instituições de Monte Castelo se aproxima do utilizado pela agroindústria tabaqueira. Segundo os agentes locais entrevistados, ao defender a permanência do cultivo do fumo nas propriedades, eles estão cumprindo o papel de representantes dos agricultores familiares produtores de tabaco.

Todavia, sem discordar da importância de que tais instituições assumam a responsabilidade de defender os interesses de seus representados, nota-se uma carência de conhecimentos precisos ou aprofundados sobre a Convenção-Quadro e o PNDACT. Em parte, tal problema é decorrente das dificuldades de o governo federal viabilizar esse debate no âmbito local e da ausência de ações impactantes do PNADCT, envolvendo o coletivo de instituições que atuam no desenvolvimento local. Mesmo com o apoio financeiro ao projeto da Cooperpomares em Monte Castelo, nota-se que os agricultores demonstraram desconhecer a vinculação do recurso com os objetivos do programa. Sabem apenas que dispuseram de um recurso proveniente do MDA. Dessa forma, o recurso foi liberado, mas perdeu-se a oportunidade de fazer o debate sobre a diversificação em áreas cultivadas com tabaco com as instituições locais, principalmente com aquelas que atuam junto aos agricultores familiares. Por outro lado, agentes da cadeia produtiva do fumo, presentes no município há muitos anos, têm maior oportunidade de pontuar suas opiniões e posicionamentos diretamente aos dirigentes das instituições locais e agricultores familiares, influenciando-os na produção de

consensos quanto ao cultivo do tabaco e aos propósitos da Convenção-Quadro e do PNDACT. Por conseguinte, em Monte Castelo, o agricultor familiar acaba por reproduzir o discurso de seus representantes ou mesmo dos agentes sociais vinculados à agroindústria do tabaco.

Sob a perspectiva das famílias pesquisadas em Monte Castelo, o cultivo do fumo faz parte do cotidiano das famílias e exerce forte influência em seus modos de vida. Sucessivas gerações trabalharam com o cultivo do fumo. A continuidade do trabalho nesta atividade transcorreu como algo que, naturalmente, foi incorporado nas suas vidas. Vale ressaltar que no período em que essas famílias estavam vivendo tais mudanças, na década de 70 e 80, as informações e as discussões sobre os efeitos nocivos do tabagismo à saúde humana não estavam presentes na realidade do meio rural. O tabaco era encarado como “mais uma possibilidade” de cultivo agrícola, capaz de gerar trabalho e renda para a família. Essa era a visão predominante pela qual os agricultores familiares analisavam a questão da produção do fumo e incorporavam-se no sistema de integração agroindustrial.

Em relação à diversificação, os agricultores não têm restrições de conversar sobre o tema, uma vez que a reconhecem como uma prática que a família reproduz ao longo das gerações e, por isso, é vista como algo natural. Para os agricultores entrevistados, a diversificação produtiva é uma característica de todas as suas unidades produtivas, cujos significados estão vinculados à presença e ao desenvolvimento de diversas atividades agrícolas ou não agrícolas, com importância econômica na composição de renda, na geração de trabalho ou na garantia do autoconsumo familiar. A diversificação produtiva integra, portanto, as estratégias de reprodução social das famílias a curto, médio e longo prazo. É por meio dessa prática que os agricultores conseguem manter-se enquanto tal. No caso das propriedades estudadas, o motivo que fez com que a fumicultura ganhasse força foi exatamente o surgimento do tabaco como uma alternativa de produção melhor do que aquelas que estavam praticando. A partir de então, o cultivo do tabaco passa a ser responsável pela maior entrada monetária da família. Mas, mesmo assim, a importância da diversificação não foi questionada pelos agricultores familiares, produtores de fumo, que se colocam abertos a avaliar alternativas ao fumo, desde que em condição similar de produção.

No que tange à possibilidade de alterar o desenho produtivo das unidades produtivas, por meio da inclusão de uma nova atividade, os agricultores mostraram se guiar por parâmetros práticos para avaliar se vale a pena promover, ou não, tal mudança. Para eles, a escolha está relacionada ao resultado econômico obtido com as culturas desenvolvidas no momento e com as vantagens que a nova atividade oferece em relação àquela que vem sendo praticada, quer sejam vantagens monetárias e não monetárias. Nesse aspecto, o sistema

integrado de produção assume um papel fundamental na escolha de um produtor de fumo modificar sua produção. Na avaliação dos agricultores familiares de Monte Castelo, a integração com a agroindústria do tabaco oferece condições objetivas e subjetivas para que eles se sintam seguros, a exemplo da assinatura de um contrato de garantia de compra da safra, entrega dos insumos na propriedade, visita do instrutor para prestar a assistência técnica, financiamento facilitado para investimentos na atividade, seguro agrícola para a lavoura e o transporte do produto final até a empresa, bem como o pagamento pelo produto final, mesmo que nem sempre em condições favoráveis ou desejáveis pelos produtores. Esse conjunto de fatores favorece a permanência do agricultor na atividade. Em face de alguma nova proposta produtiva, os agricultores familiares refletem e agem com base nos parâmetros vivenciados no sistema de integração agroindustrial do fumo. Com base nas experiências acumuladas, no que elas representam de positivo ou frustrante, os agricultores avaliam a viabilidade de continuar no cultivo do fumo ou partir para a implementação de uma atividade produtiva. Como ficou evidente nas entrevistas, os agricultores se lançariam para uma nova atividade, caso esta estivesse estruturada e remunerasse satisfatoriamente o produto, tal como ocorre na cadeia produtiva do fumo. Possivelmente, se a produção do tabaco não estivesse estruturada sob o sistema de integração agroindustrial, não teria um papel tão importante na vida dos agricultores familiares. Por tais razões, as novas propostas de diversificação em áreas cultivadas com tabaco terão que levar em consideração que o fator “sistema de integração” é fundamental na decisão do produtor de fumo. Entretanto, vale ressaltar que tais elementos não parecem fazer parte de uma lógica de raciocínio específica dos agricultores familiares, mas de critérios recorrentes utilizados por indivíduos, agricultores ou não, diante de propostas e oportunidades que lhes são colocadas.

Em termos de influência, há evidências de que os agricultores familiares levam em consideração a opinião de agentes sociais para tomar sua decisão. Contudo, essa influência varia conforme o grau de confiança estabelecido com o agente. Alguns fatores que influenciam na construção da relação de confiança podem ser percebidos nos discursos dos agricultores familiares. O primeiro diz respeito à proximidade do agente social com a família. O poder de influência pessoal dos agentes sociais que atuam localmente, tais como o líder comunitário, o representante sindical, o instrutor da empresa fumageira, o extensionista rural do município, o gerente da agência bancária e o político local, é maior do que o daqueles que estão menos presentes na realidade das famílias, tais como o representante do governo estadual ou federal. O convívio no dia a dia dos agricultores favorece a construção da relação de confiança. Tal cenário se reproduz no posicionamento dos agricultores familiares

produtores de tabaco de Monte Castelo em relação ao debate que envolve a cadeia produtiva do tabaco e a Convenção-Quadro. Os agricultores que aderiram à proposta foram influenciados ora pelo técnico da Epagri, ora pelos presidentes dos sindicatos ou pelo gerente do banco, ora pelo apoio do prefeito. Entretanto, não houve manifestação de que a influência tivesse relação com os propósitos da Convenção-Quadro ou do PNDACT.

Embora as instituições atribuam significados diferentes à noção de diversificação, não se podem ignorar os esforços em prol da implantação de novas experiências junto aos agricultores. O caso da Cooperpomares, em Monte Castelo, é um dos exemplos de diversas instituições locais que atuaram de forma articulada no propósito da concretização da proposta, favorecendo a construção da relação de confiança com os agricultores familiares do município.

Em relação à proposta específica da Cooperpomares, há que se ressaltar que a fruticultura é relativamente nova no município, daí que a cadeia produtiva encontra-se em fase de estruturação. Diante disso, a relação de confiança entre produtor-atividade está sendo construída e tende a crescer na medida em que houver controle sobre as diversas etapas de produção, principalmente no que tange ao domínio dos procedimentos técnicos e à garantia do mercado, favorecendo a manutenção dos que aderiram à diversificação e a entrada de novos produtores. Acrescenta-se, ainda, a facilitação nos processos de sucessão hereditária da propriedade, com a geração de renda e condições de vida favoráveis no espaço rural.

Em relação aos produtores de tabaco de Monte Castelo que não aderiram à proposta de diversificação, vale ressaltar que a escolha foi influenciada pela trajetória de vida das famílias e, sobretudo, em razão da segurança que o fumo oferece ao produtor. Na avaliação dessas famílias, as vantagens apresentadas pelas novas propostas que se configuraram no município não foram bastante suficientes para encorajar uma mudança nas atividades produtivas na propriedade. Todavia, em Monte Castelo, não foi evidenciado que a agroindústria do tabaco tivesse oferecido algum benefício adicional para que as famílias permanecessem no cultivo do fumo. Na verdade, a situação de segurança em que o produtor de tabaco se coloca por meio da integração tem como maior ameaça a condição de insegurança que o agricultor sente fora dela. De acordo com Bourdieu (1998), na obra em que faz a análise sobre a influência do neoliberalismo na Europa, no final da década de 1990, a insegurança é responsável pela submissão do trabalhador a um emprego exaustivo e mal remunerado, que, mesmo assim, o leva a ter condutas prudentes e conservadoras, com o receio de que sua situação piore ainda mais. A realidade descrita por Bourdieu no contexto europeu pode ser utilizada para traduzir a situação da produção do tabaco nas famílias pesquisadas de Monte Castelo. Para elas, a

insegurança fora do sistema integrado do fumo representa o perigo de não manter a condição de vida que tem hoje e comprometer a reprodução familiar, tanto no presente como no futuro.

Por fim, constatou-se que a discussão da questão acerca do tabagismo, da sua produção ao seu consumo, envolve muitos interesses e merece acuidade por parte de quem se propõe a analisá-lo. As disputas nem sempre transcorrem de forma explícita, visível, levando o indivíduo a analisar os fatos com cuidado, se realmente houver o interesse de se posicionar de forma crítica, como deve ser o papel do pesquisador. Como ressalta Bourdieu (2010, p. 73), ao afirmar que o analista deve procurar “a intenção objetiva escondida por debaixo da intenção declarada, o querer-dizer que é denunciado no que se declara” instiga não só a analisar as informações como foram registradas, mas também a procurar os significados e a intencionalidade a que estão associadas, que, muitas vezes, apresentam-se de forma subjetiva.

A validade das ações que visam à proteção da saúde humana em função dos efeitos nocivos do tabaco é inquestionável e se justifica por si só. O que merece maior atenção diz respeito aos impactos da implementação da Convenção-Quadro no campo da produção de tabaco. O estudo apontou que os agricultores familiares, produtores de tabaco, estão dispostos a alterar seu arranjo produtivo, seja para a diminuição do cultivo de fumo, seja para, até mesmo, substituí-lo integralmente. Entretanto, não vão assumir o risco de implantar uma nova atividade, que envolve investimentos monetários e novos aprendizados, se ela não apresentar, no mínimo, as condições de segurança que o produtor de fumo tem atualmente, por meio do sistema integrado. Parece ter ficado claro que as perguntas que são formuladas pelo agricultor na hora de decidir se irá aderir a uma atividade são: “Será que não colocarei em risco a segurança da minha família?”, “Será que terei recurso e assistência técnica na nova atividade?”, “Será que terei para quem vender o produto?” Há que se atentar a essas questões, no planejamento de projetos e programas com o objetivo de reduzir o cultivo do tabaco.

REFERÊNCIAS

ADEDE, A. O. A singularidade da convenção-quadro para o controle do tabagismo (FCTC). In: BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde (Org.). **Tabaco e pobreza, um círculo vicioso**: a convenção-quadro para o controle de tabaco: uma resposta. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 91-95.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. AFUBRA. **Anvisa – Afubra exalta preocupação com a renda da classe produtora**. 2011. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/blog/?p=1110>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

_____. **Coordenação convida para a Expoagro Afubra 2012**. 2012. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/blog/?p=1382>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. ANVISA. **Derivados do tabaco**. 2012a. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/derivadostabaco/>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. Publicada resolução que restringe aditivos em cigarros. 2012b. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/anvisa+portal/anvisa/sala+de+imprensa/menu+-+noticias+anos/2012+noticias/publicada+resolucao+que+restringe+aditivos+em+cigarros>>. Acesso em: 4 maio 2012.

BANCO DO BRASIL. BB. **Cartilha do desenvolvimento regional sustentável - DRS**. 2012. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/CartilhaDRS.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

BOEIRA, S.; JOHNS, P. Indústria do tabaco vs Organização Mundial de Saúde: um confronto histórico em redes sociais e *stakeholders*. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 4, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/44_Industria-de-Tabaco-vs-Organizacao-Mundial-de-Saude.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2012.

BONATO, A.; ZOTTI, C. F.; ANGELIS, T. de. **TABACO**: da produção ao consumo: uma cadeia da dependência. Curitiba: Deser, 2010.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

_____. **O poder simbólico**. 13. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde (Org.). **Tabaco e pobreza, um círculo vicioso**: a Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco: uma resposta. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 176 p.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <<http://www1.inca.gov.br/tabagismo>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**: texto oficial. Rio de Janeiro: Inca, 2011a. Disponível em: <<http://www1.inca.gov.br/tabagismo>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Brasília, 2010.

_____. Casa Civil da Presidência da República. **A Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/ministros_ratificacao.pdf>. Acesso em: 3 set. 2011.

_____. Decreto nº 3.136, de 13 de agosto de 1999. Cria a Comissão Nacional para a preparação da participação do Brasil nas negociações internacionais com vistas à elaboração de Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 ago. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3136.htm>. Acesso em: 3 jan. 2012.

_____. Decreto de 1º de agosto de 2003. Cria a Comissão Nacional para implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus protocolos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 ago. 2003. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9944.htm>. Acesso em: 3 jan. 2012.

BRITISH AMERICAN TOBACCO. BAT. **British American Tobacco's submission to the WHO's Framework Convention on Tobacco Control**. 2000. Disponível em: <http://www.who.int/tobacco/framework/public_hearings/F0840080.pdf>. Acesso: em 16 jan. 2012.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de (Coord.). **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2009.

CAVALCANTE, T. M. O controle do tabagismo no Brasil: avanços e desafios. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 32, n. 5, p. 283-300, 2005. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/17_O-Controle-do-Tabagismo-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2012.

_____. **Política nacional de controle do tabaco**: avanços e desafios. Palestra apresentada na IV Reunião da Rede Temática de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Dom Feliciano/RS, nov. 2011.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA. **Parecer nº 1.830, de 2005-CRA**. Sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle e Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

COMISSÃO NACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DE TABACO E DE SEUS PROTOCOLOS. CONICQ. **Primeira reunião do Grupo de Estudos Ad Hoc da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco sobre Alternativas Agrícolas à Produção de Fumo**. Relatório. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/o/884867>>. Acesso em: 4 out. 2011.

COOPERPOMARES. **Roteiro de informações**. Monte Castelo, [2010].

CORREIO DO POVO. **Fumo tipo Burley na corda bamba**, Porto Alegre, ano 115, n. 263, 2010. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=115&Numero=263&Caderno=11&Noticia=156329>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

DIESEL, V.; SCHEIBLER, J. L.; PALMA, J. Características e condicionantes da estabilidade de relações de integração agricultor-agroindústria: considerações a partir do caso da fumicultura no RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Brasília: Sober, 2001. p. 1-11.

DORTIER, J. F. **Dicionário de ciências humanas**. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

EPAGRI/Comissão Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA/SC. **Síntese Informativa sobre a Agricultura Catarinense de 1976**, Florianópolis, 1976.

EPAGRI/Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – Icepa/SC. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 1995**. Florianópolis: Instituto Cepa, 1996. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Sintes95.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

EPAGRI/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – Cepa/SC. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2010-2011**. Florianópolis: Cepa, 2012. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Sintese_2011/sintese%202010-2011.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2012.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. FETAESC. 2012. Disponível em: <<http://www.fetaesc.org.br/comissoes/fumicultura/produtor10.php>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR. FETRAF-SUL. **Albino Gewehr afirma que o burley não seria proibido**. 2012. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=204%3Aalbino-gewehr-afirma-que-o-burley-nao-seria-proibido&Itemid=162>. Acesso em: 17 jan. 2012.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v24n1/02.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUGEL, J. **Projetos de diversificação em SC apoiados pelo MDA** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danieluba394@gmail.com> em 24 maio 2011.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. INCA. 2011. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/convencao_quadro/historico>. Acesso em: 19 set. 2011.

_____. 2012a. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=cquadro3&link=comissao.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2012.

_____. 2012b. Disponível em: <<http://www1.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=cquadro3&link=downloads.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2012.

_____. 2012c. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/fumicultura_e_saude. Acesso em: 4 mai. 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. 2010. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010>>. Acesso em: 15 maio 2011.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. 2012a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censoagropecuario2006>>. Acesso em: 6 mar. 2012.

_____. **Histórico das cidades**. 2012b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/sel_cidade_visualiza.php?munic=421110&uf=42&nome=Monte>. Acesso em: 27 mar. 2012.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. 2012c. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

MATTEI, L. A cadeia produtiva do fumo em SC: desempenho recente do setor primário. **Atualidade Econômica**, Florianópolis, ano 16, n. 46, p. 6-8, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.cse.ufsc.br/gecon/boletim/boletim%2046.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

MENGEL, A. A. **Tratados internacionais e disputas locais: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e as disputas entre os atores da cadeia produtiva no Brasil**. 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)– Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MESQUITA, A. S.; OLIVEIRA, J. M. C. **A cultura do tabaco na Bahia: da excelência à decadência**. 2003. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/pdf/V6N1_

socioconfumo2.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p. (Coleção Temas Sociais, 1).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. MDA. 2012a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas//territoriosrurais>>. Acesso em 27 abr. 2012.

_____. 2012b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

_____. 2012c. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/saf/...ncia.../Chamada_projetos_tabaco.doc>. Acesso em: 4 maio 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. MDIC. **Sistema AliceWeb**. 2012. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: BERNARDO, M. F.; MARTA, I. M. M.; JULIO, C. S. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v. 1, p. 211-270.

NGLS. **Intergovernmental negotiation and decision making at the United Nations: the NGLS guide for NGOs**. Genebra: NGLS, 2003.

OLINGER, G. **Métodos de extensão rural**. Florianópolis: Epagri, 2001. 163 p.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

PAYÉS, M. A. M. **O empresário familiar rural: integração à agroindústria de fumo e diferenciação**. 1993. 270 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção Sociologia).

PRIEB, R. I. P. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. 195 p.

_____. **Situação atual e perspectivas da pequena produção fumageira do Vale do Rio Pardo – RS**. 2004. 217 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SCHEIBLER, J. L. **A emergência de fóruns reguladores globais: relações e conflitos entre os atores locais no processo de regulação do tabaco**. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SEBBEN, J. E. **As políticas públicas na transição da produção de fumo para leite em pequenas propriedades rurais do município de Irineópolis (SC) sob a ótica da “triade”**

social, econômica e ambiental. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)–Universidade do Contestado, Canoinhas, 2010.

SECRETARIA de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul. 2010. Disponível em: <<http://www.belasantacatarina.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

SETTON, M. da G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20. p. 60-70, maio/jun./jul./ago. 2002.

SILVA, L. X. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação.** 2002. 279 f. Tese (Doutorado em Economia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVA, L. X. da; BORGES, R. de L. A. Mudança institucional e produção de tabaco: perspectivas para a cadeia no Brasil no ambiente da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Sober, 2011. v. 1, p. 1-20.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TABACO DA REGIÃO SUL DO BRASIL. SINDITABACO. **A cultura do tabaco no Sul do Brasil, 2009.** 2009. Disponível em: <<http://www.sindifumo.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

_____. **Brasil é líder mundial em exportação de tabaco.** Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/?link=setor.exportacoes>>. Acesso em: 25 out. 2011.

SOGOCIO, M. P. de S. C. **O Brasil adverte: fumar é prejudicial à saúde: uma análise do processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.** 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado em Diplomacia)–Instituto Rio Branco, Brasília, 2008.

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social.** Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2004.

TÉCNICOS da Unitagri se reúnem em Itaiópolis. **Gazeta de Itaiópolis**, Itaiópolis, 18 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.clickriomafra.com.br/portal/noticias/itaiopolis/?p=3546>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

TONET, G. **AFUBRA: fumicultura em Santa Catarina (Safrá 2008-2009)** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danieluba394@gmail.com> em 28 maio 2011.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993).** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Tradução de Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZIMMERMANN, M. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: perspectivas da Fumicultura na Região Sul do Brasil.** 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas)–Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009.

ANEXOS

Anexo A – Aviso da ministra da Casa Civil Dilma Rouseff ao senador Heráclito Fortes

Aviso nº 1.151/2005 – C. Civil – PR

Brasília, 26 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor HERÁCLITO FORTES

Senador

Senado Federal – Ala Sem. Afonso Arinos, Gab. 01

Brasília – DF

Assunto: Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

Cumprimentando-o cordialmente, encaminha a Vossa Excelência o documento anexo, que reflete o apoio do Governo Federal à ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEF

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco é o primeiro tratado internacional de saúde pública, negociado por 192 países durante quatro anos (1999 – 2003), sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A iniciativa global que resultou na elaboração desta Convenção foi motivada pelo amplo reconhecimento dos graves danos sanitários, sociais e econômicos decorrentes do tabagismo - que ocasiona cinco milhões de mortes anuais, e principalmente de que as tendências de crescimento do consumo dos produtos derivados do tabaco são determinadas por dinâmicas de mercado articuladas por companhias fumageiras transnacionais, sobretudo nos países pobres.

Dessa forma, os 192 países membros da OMS negociaram para que a Convenção contivesse várias iniciativas intersetoriais e abrangentes para reverter a situação. Seu texto está dividido em 11 capítulos, estabelecendo obrigações de natureza internacional baseadas em um regime multilateral de colaboração. Do capítulo II ao capítuloVII, a Convenção envolve uma variedade de temas intersetoriais como: propaganda e patrocínio; educação e conscientização da população; mensagens de advertências sanitárias nas embalagens dos produtos; proibição de fumar em ambientes fechados; controle do mercado ilegal de cigarros; tratamento da dependência da nicotina; regulação dos produtos de tabaco quanto aos seus conteúdos, emissões e atividades de promoção; além de cooperação nas áreas científica, educacional e sanitária. O capítulo I e os capítulos de IX a XI versam sobre soluções de controvérsias, desenvolvimento da Convenção e disposições finais.

A Convenção foi adotada por Consenso na 56a Assembléia Mundial de Saúde, em maio de 2003, e entrou em vigor quando 40 países a ratificaram, em fevereiro de 2005, fazendo história como o tratado da ONU que mais rapidamente ganhou adesões e entrou em vigor. Já contava com 89 ratificações em 21 de outubro de 2005.

É importante ressaltar que a adesão à Convenção não admite reservas (artigo 30), o que garante a coerência e a coesão do regime multilateral proposto. Além disso, limita unicamente aos Estados Partes a possibilidade de aderirem aos protocolos específicos a serem negociados no futuro. Isto implica em que apenas os países que a tiverem ratificado poderão participar e influenciar na negociação desses instrumentos complementares, que abrangerão áreas de grande relevância transfronteiriça, tais como: propaganda e patrocínio e o comércio ilícito de produtos de tabaco. Do mesmo modo, só os Estados Partes da Convenção poderão deliberar na Conferência das Partes (COP) e exercer influência na consolidação desse novo regime multilateral.

O Brasil tem até 7 de novembro de 2005 para depositar a sua ratificação na ONU, prazo limite para que possa participar da primeira COP com poder de voto.

Por que é importante para o Brasil ratificar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

1. Existe consenso na comunidade internacional de que a redução do consumo de tabaco precisa constar nas agendas de combate à pobreza e promoção do

desenvolvimento sustentável dos países, por ser esse um produto capaz de levar 50% de seus consumidores à morte e gerar gastos elevados em saúde pública.

2. Antes mesmo de iniciarem-se as discussões internacionais que resultaram nos termos acordados para a Convenção-Quadro, nosso País já se destacava por possuir uma forte e abrangente política de controle do tabagismo.
3. Não obstante ser um dos maiores produtores e o maior exportador mundial de fumo, as medidas implementadas no País para o controle do tabaco foram capazes de promover a redução da prevalência de fumantes na população, acima de 15 anos, de 32% em 1989 para 19% em 2003.
4. Por isso mesmo, os 192 países membros da OMS elegeram o Brasil para a presidência de todo o processo de negociação da Convenção, que ocorreu entre os anos de 1999 e 2003.
5. Após o sucesso obtido no acordo do texto da Convenção, o Brasil destacou-se novamente sendo o segundo país a assiná-lo, em junho de 2003, sinalizando para o mundo o firme propósito de ratificar o documento e continuar cooperando nos esforços globais para deter a epidemia do tabagismo.
6. Em seguida, o Decreto Presidencial de 1º de agosto de 2003 evidenciou novamente o compromisso brasileiro com a Convenção, quando foi criada a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, de caráter interministerial e com o objetivo precípua de construir uma agenda de Estado para o cumprimento das obrigações da Convenção.
7. Todavia, agora que a Convenção já está em vigor, tendo sido ratificada por 89 países, corremos o sério risco de perder o prazo de 7 de novembro para o depósito de nossa ratificação à Convenção-Quadro, o que retiraria do Brasil o direito de participar da Conferência das Partes (COP) como país membro, ou seja, sem poder deliberar e exercer influência na consolidação do tratado.
8. Se isso ocorrer, não apenas perderemos nossa posição de liderança mundial nas políticas de combate ao fumo, mas também passaremos por uma situação constrangedora no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU frente aos países que confiaram a presidência do processo de negociação do texto em vigor ao Brasil.
9. Além disso, em virtude da complexidade das relações econômicas entre as nações nos dias de hoje, a não ratificação da Convenção pode resultar em vulnerabilidade ao País no âmbito de negociações comerciais multilaterais em andamento.
10. Portanto, precisamos continuar a participar ativamente da Convenção, negociando seus termos ao lado de outros países produtores, para evitar que brechas legais ou subjetividades permitam a inclusão de cláusulas, emendas ou protocolos que possam vir a ser interpretados e utilizados para justificar práticas discriminatórias ao interesse nacional no âmbito do livre comércio.
11. Um outro aspecto importante é que a própria Convenção - no seu Preâmbulo e nos artigos 4, 17 e 26 - reconhece que a redução do consumo global de tabaco pode vir a afetar a estabilidade econômica de quem depende do cultivo ou do comércio desses produtos e, em razão disso, prevê a cooperação entre os Estados Partes para a busca de

alternativas economicamente viáveis ao fumo, especialmente nos países em desenvolvimento.

12. Isto é especialmente interessante para o Brasil que, independentemente de ratificar ou não a Convenção, sentirá os efeitos da redução da demanda mundial de fumo e, por isso, deve começar a se preparar desde já para lidar com essa nova realidade.
13. Aliás, essa deve ter sido uma das motivações para que oito dos quinze maiores produtores mundiais de fumo já tenham ratificado o tratado, com destaque para a China - maior produtor - e a Índia - terceiro maior produtor, que optaram por garantir os benefícios previstos de cooperação técnica e financeira internacional para a busca de alternativas economicamente viáveis à produção de fumo.
14. Por sua vez, a perspectiva de redução da demanda mundial de tabaco e, conseqüentemente, das exportações brasileiras, confirma-se a cada nova ratificação, principalmente por grandes importadores. Até o momento, sete dos dez principais países consumidores do tabaco brasileiro já ratificaram a Convenção: Alemanha, África do Sul, Filipinas, Japão, Países Baixos, Reino Unido e China. De tal forma, esses países confirmam o compromisso de adotar medidas para reduzir o consumo interno de tabaco, influenciando no futuro do comércio internacional do produto.
15. Finalmente, é importante esclarecer que as medidas previstas na Convenção não implicam em nenhuma obrigação implícita aos países membros para que restrinjam políticas nacionais de apoio à produção e tampouco medidas que visem a suprimir o direito de cultivo do tabaco. Isto é particularmente importante porque significa que os produtores que hoje cultivam fumo no Brasil poderão continuar a fazê-lo, se assim o desejarem.

Posição do Governo Brasileiro sobre a Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

O Governo Brasileiro reafirma seu compromisso em construir uma agenda de Estado de caráter intersetorial para implementar e fortalecer ações para a prevenção e controle do tabagismo, bem assim de continuar a cooperar com as iniciativas globais previstas pela Convenção-Quadro.

Além disso, destaca o propósito de manter mecanismos para disponibilizar auxílio técnico, científico e de financiamento para a diversificação da produção e manutenção da viabilidade econômica dos agricultores que hoje cultivam o fumo e que desejarem livremente dirigir-se a outras atividades.

Nesse sentido, e com o intuito de tranquilizar os cidadãos envolvidos com a produção de tabaco no meio rural e facilitar o processo de decisão pela ratificação da Convenção-Quadro, apresentam-se duas propostas concretas: apresentar declaração de interpretação de dispositivos da Convenção-Quadro que esclareçam seus objetivos e criação do Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo. Essas propostas foram detalhadas a seguir.

Declaração de interpretação de dispositivos da Convenção-Quadro

No momento de sua ratificação à Convenção-Quadro, alguns países têm ressaltado formalmente certos pontos do texto de modo a reafirmarem a interpretação que dão aos temas destacados. Assim, criam uma espécie de "salvaguarda preventiva" no âmbito da Convenção, evitando comprometerem-se com temas considerados inaceitáveis por suas constituições ou pelo respectivo interesse nacional.

De tal modo, e tendo em vista o receio manifestado por diversas autoridades e por representações de agricultores das regiões fumicultoras, de que a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco poderia implicar em restrições ao direito de cultivo de fumo em território nacional, propõe-se o depósito da seguinte declaração em anexo ao documento que formalizar a ratificação brasileira:

“A respeito das questões relativas ao apoio a atividades alternativas ao fumo economicamente viáveis, propostas pela Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, adotada pela Assembléia Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003, o Brasil faz a seguinte declaração interpretativa:

O Brasil interpreta que, no contexto dos parágrafos 15 e 16 do preâmbulo, e dos Artigos 4(6), 17 e 26(3) da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, não há proibição à produção do tabaco ou restrição a políticas nacionais de apoio aos agricultores que atualmente se dedicam a essa atividade.

Além disso, declara ser imperativo que a Convenção seja instrumento efetivo para a mobilização de recursos técnicos e financeiros internacionais para auxiliar os países em desenvolvimento a viabilizarem alternativas econômicas à produção agrícola do tabaco, como parte de suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Por fim, o Brasil também declara que não apoiará propostas que visem a utilizar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde como instrumento para práticas discriminatórias ao livre comércio.

Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo

Considerando-se que:

1. a Convenção-Quadro já está em vigor desde fevereiro de 2005, e que seus efeitos serão inevitavelmente percebidos no Brasil nos próximos anos;
2. embora a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco **não preveja qualquer tipo de restrição ao direito de os agricultores cultivarem tabaco**, a redução do consumo mundial do produto poderá afetar a estabilidade econômica em médio e longo prazo dos agricultores que hoje dependem do seu cultivo;
3. oitenta e cinco por cento da produção brasileira de tabaco destina-se à exportação e que boa parte dos maiores importadores do tabaco nacional já ratificaram a Convenção-Quadro;
4. a produção nacional de tabaco é realizada preponderantemente por pequenos fumicultores, que têm nesta atividade sua principal fonte de renda familiar;

5. existem cerca de 190 mil famílias de fumicultores no País, 90% das quais concentradas na região Sul;
6. além da cooperação internacional prevista pela Convenção-Quadro, esforços internos deverão ser empreendidos para mobilizar auxílios técnico, científico e financeiro para a diversificação da produção e manutenção da viabilidade econômica dos agricultores que hoje dependem do fumo.

Propõe-se a considerar o lançamento de um **Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo**, baseado em 4 eixos estratégicos: financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor à produção local e garantia de comercialização, conforme detalhes a seguir e cujos recursos para sua efetiva implementação sejam garantidos por meio de alteração do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, por respectivos projetos de lei a serem devidamente encaminhados ao Congresso Nacional.

Objetivos: Apoiar os agricultores presentes em regiões fumicultoras tradicionais - que estiverem dispostos a diversificar suas atividades - de maneira a que a possível queda do consumo mundial de tabaco ocorra sem sobressaltos à estabilidade econômica e social dessas regiões.

Metas: Diversificar a economia rural nas áreas de produção de fumo, possibilitando a implantação de novas atividades agropecuárias. Observação: as metas deverão ser ajustadas anualmente, conforme indicar o monitoramento de mercado e a adesão de beneficiários ao Programa.

Linhas de Ação:

1) Financiamento

Atualmente, os agricultores produtores acessam financiamento de custeio agrícola para cultivo de fumo nas linhas de crédito rural tradicionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a juros de 8,75% ao ano.

Entretanto, desde 2003, estes mesmos agricultores também podem acessar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para custeio das lavouras (PRONAF – Custeio), que cobra juros de 4% ao ano, desde que o recurso seja destinado exclusivamente para a implantação de outras culturas agropecuárias (milho, feijão, leite, soja, mandioca, etc). Ainda ao amparo do PRONAF, a linha PRONAF - Investimentos passou a oferecer aos fumicultores recursos a juros de 3% ao ano para a aquisição de equipamentos agrícolas e pecuários, desde que não sejam destinados à atividade de fumicultura.

O Programa deverá continuar a promover políticas específicas de financiamento com o mesmo princípio da não penalização dos fumicultores, mas com incentivos para a diversificação de atividades e a transição paulatina e sustentável dos agricultores que desejarem adotar um novo perfil produtivo.

2) Acesso à Tecnologia

Acesso à informação e aos novos conhecimentos é extremamente importante em estratégias de diversificação produtiva. Nesse sentido, a pesquisa agropecuária e a assistência técnica são indispensáveis.

2.1) Pesquisa Agropecuária

Fortalecer e ampliar as iniciativas de pesquisas de universidades e de instituições públicas e privadas que sejam direcionadas à diversificação agropecuária das regiões tradicionalmente vocacionadas ao cultivo de fumo. A pesquisa deve visar a aspectos econômicos e comerciais inerentes ao perfil do fumicultor brasileiro, ou seja, buscar soluções tecnológicas para a viabilização econômica de agricultores que possuem pequenas áreas disponíveis para o cultivo e que necessitarão inserir-se em mercados de produtos de maior valor agregado.

Ressalta-se que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa já tem diversas iniciativas de pesquisa agropecuária em regiões fumicultoras (fruticultura, olericultura, cereais orgânicos, avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, floricultura e outras) e pode ter projetos de pesquisa apoiados com maior intensidade com vistas a sua consolidação junto às comunidades de agricultores fumicultores.

2.2) Assistência Técnica

O acompanhamento técnico será promovido através de protocolos e acordos específicos voltados para o atendimento deste público diferenciado, a serem firmados com instituições públicas e privadas de prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme a Política Nacional de ATER, em vigor.

3) Organizar e Agregar Valor à Produção Local

A estratégia é aumentar a renda disponível para as famílias de agricultores por meio da organização e agregação de valor à produção rural primária, viabilizando economicamente pequenas propriedades. O beneficiamento e a industrialização dos produtos também permitirá a criação de novos postos de trabalho, diretos e indiretos, nas comunidades e nos municípios das regiões fumicultoras, multiplicando o valor da produção rural.

3.1) Apoio ao Cooperativismo e Associativismo:

Organizar os produtores em cooperativas para obterem escala produtiva e, deste modo, alcançarem melhores condições para negociar a compra de insumos e a venda da produção, de preferência agregando valor aos produtos (agroindustrialização).

3.2) Implantação de novas agroindústrias:

Incentivar cooperativas e novas agroindústrias das cadeias da carne, leite, ovos, frutas, flores que queiram instalar-se nas tradicionais regiões produtoras de fumo.

3.3) Estímulo e capacitação aos agricultores fumicultores para participarem em novos mercados de produtos de alto valor agregado

A estratégia consiste em investir na pesquisa tecnológica de novos produtos e métodos de produção, e correspondente assistência técnica e financiamento, para a inserção dos agricultores em novos mercados de produtos de maior valor agregado, como os produtos orgânicos, com selo social, ou produtos especialmente dirigidos a consumidores diferenciados.

4) Garantia de Comercialização

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é uma ação estruturante do FomeZero e é destinado ao agricultor com dificuldades de inserção no mercado. O PAA tem comprovada eficácia para apoiar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento a populações em situação de insegurança alimentar.

Os agricultores fumicultores poderão ter a compra de seus novos produtos garantida pelo PAA, de forma a obterem sua inserção paulatina e sustentável no mercado. Para tanto,

recursos específicos deverão ser assegurados no contexto do Programa de Diversificação, de acordo com a adesão verificada ao Programa e o monitoramento de mercado.

Conclusão

Pelos motivos apresentados, entendemos ser possível a tranqüila, porém urgente, conclusão do processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Congresso Nacional, a fim de que o Brasil possa participar com poder de voto da primeira Conferência das Partes em fevereiro de 2006.

Brasília, de outubro de 2005

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA
Ministro de Estado da Saúde Interino

CELSO AMORIM
Ministro de Estado das Relações
Exteriores

MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO
Ministro de Estado do Desenvolvimento
Agrário

ROBERTO RODRIGUES
Ministro de Estado da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

ANTÔNIO PALOCCI
Ministro de Estado da Fazenda

Anexo B – Decreto nº 5.658/2006, que promulga a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco

DECRETO Nº 5.658, DE 2 DE JANEIRO DE 2006.

Promulga a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, por meio do Decreto Legislativo no 1.012, de 27 de outubro de 2005;

Considerando que o Governo brasileiro ratificou a citada Convenção em 3 de novembro de 2005;

Considerando que a Convenção entrou em vigor internacional em 27 de fevereiro de 2005, e entra em vigor para o Brasil em 1º de fevereiro de 2006;

DECRETO:

Art. 1º A Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003, e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de janeiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim